



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

A BAHIA IMAGINANDO-SE NAÇÃO: DISCURSOS QUE FORJARAM  
UMA IDENTIDADE CULTURAL BAIANA ENTRE AS DÉCADAS DE  
1940 E 1970.

ELISÂNGELA SALES ENCARNAÇÃO

SANTO ANTONIO DE JESUS-BA  
MAIO/2010

ELISÂNGELA SALES ENCARNAÇÃO

A BAHIA IMAGINANDO-SE NAÇÃO: DISCURSOS QUE FORJARAM  
UMA IDENTIDADE CULTURAL BAIANA ENTRE AS DÉCADAS DE  
1940 E 1970.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História Regional e  
Local da Universidade do Estado da  
Bahia (UNEB), como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do  
título de Mestre.

Orientadora: Márcia Maria da Silva  
Barreiros Leite.

MAIO / 2010

---

E561 Encarnação, Elisângela Sales.

A Bahia imaginando-se nação: discursos que  
forjaram uma identidade cultural baiana entre as  
décadas de 1940 e 1970. / Elisângela Sales  
Encarnação - 2010.

189 f.: il

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros  
Leite.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa  
de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010.

1. Nordeste - Bahia. 2. Identidade social. 3. Cultura - Bahia I. Leite,  
Márcia Maria da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia, Programa de  
Pós-graduação em História Regional e Local.

CDD: 306.098142

---

Elaboração: Biblioteca Campus VI/ UNEB  
Bibliotecária: Juliana Braga – CRB-5/1396.

A BAHIA IMAGINANDO-SE NAÇÃO: DISCURSOS QUE FORJARAM UMA  
IDENTIDADE CULTURAL BAIANA ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1970.

ELISÂNGELA SALES ENCARNAÇÃO

Orientadora: Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Leite  
Orientadora

---

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite

---

Prof. Dr. Aldo José Morais Silva

---

Profa. Dra. Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira  
Suplente

---

Prof. Dra. Andrea da Rocha Rodrigues  
Suplente

MAIO / 2010

A minha mãe D. Isabel – mulher guerreira e contadora de histórias. Presente até na  
ausência.

A Luis Gustavo – companheiro e amigo.

A meu filho Augusto – farol, força, inspiração.

A minha Família.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são muitos. A minha orientadora, a professora Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, pelo apoio e ajuda competente e sensível.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local Dra. Maria das Graças Leal e a todos os professores, técnicos e colegas do programa. Aos professores do Colegiado de História da Universidade do Estado da Bahia, Campus V.

À Fundação Casa de Jorge Amado pelo acesso ao acervo documental, indispensável à pesquisa, especialmente a Fernanda, Diego e Bruno estagiários de arquivologia que tanto me ajudaram no garimpo no emaranhado das fontes.

À banca de qualificação, os professores Dr. Rinaldo Leite e Dr. Aldo Moraes, pela leitura atenta e pelas sugestões tão preciosas. À amiga e professora Dra. Ana Maria Carvalho, pelo incentivo carinhoso. Ao AFROUNEB - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, do qual faço parte, pela experiência, pelas discussões.

A minha amiga Ms. Andréa Barreto Borges de Souza pela revisão do texto. Isento-a, no entanto, das escolhas que conscientemente fiz em desobedecê-la.

Aos meus alunos da educação básica dos Colégios Luis Eduardo Magalhães, em Muniz Ferreira, e do Rômulo Almeida, em Santo Antonio de Jesus. Também aos meus alunos do curso de História da Uneb, campus V.

A minha família, meu marido, meu filho, minha sogra, meus irmãos, agradeço o apoio recebido e peço desculpas pelos momentos de ausência. Aos amigos e colegas de trabalho, pela força e confiança.

A todos, meu muito obrigada.

Uma cultura nacional não é um folclore, nem um populismo abstrato, que se crê capaz de descobrir a verdadeira natureza de um povo. Uma cultura nacional é o conjunto de esforços feitos por um povo na esfera do pensamento para descrever, justificar e louvar a ação pela qual esse povo se criou e se mantém em existência. (Frantz Fanon. *Pele Negra, Máscaras Brancas*).

## Nordeste Independente

Já que existe no Sul este conceito  
que o Nordeste é ruim, seco, ingrato  
já que existe a separação de fato  
é preciso torná-la de direito

Quando um dia qualquer isso for feito  
todos dois vão lucrar imensamente  
começando uma vida diferente  
da que a gente até hoje tem vivido  
imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar independente

Dividido a partir de Salvador  
o Nordeste seria outro país  
vigoroso, leal, rico e feliz  
sem dever a ninguém no exterior

Jangadeiro seria o senador  
o caçador de roça era o suplente  
cantador de viola o presidente  
o vaqueiro era o líder do partido  
Imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar Independente

Em Recife o distrito industrial  
o idioma ia ser Nordestinense  
a bandeira de renda cearense  
Asa branca era o hino nacional

O folheto era o símbolo oficial  
a moeda o tostão de antigamente  
Conselheiro seria inconfidente  
Lampião o herói inesquecido  
Imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar Independente

O Brasil ia ter que importar  
do Nordeste algodão, cana e caju  
carnaúba, laranja e babaçu  
abacaxi e o sal de cozinhar

O arroz, o agave do lugar  
o petróleo, a cebola, a aguardente  
o Nordeste é auto-suficiente  
e o seu lucro seria garantido  
Imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar Independente

Se isso vier a se tornar realidade  
e alguém do Brasil nos visitar  
nesse nosso país vai encontrar  
confiança, respeito e amizade

Tendo o pão repartido na metade  
tendo o prato na mesa, cama quente  
Brasileiro seria irmão da gente  
vá pra lá que será bem recebido  
Imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar Independente

Eu não quero com isso que vocês  
Imaginem que eu tente ser grosseiro  
pois se lembrem que o povo brasileiro  
é amigo do povo português

Se um dia a separação se fez  
todos dois se respeitam no presente  
se isso aí já deu certo antigamente  
nesse exemplo concreto e conhecido  
Imagine o Brasil ser dividido  
e o Nordeste ficar Independente

(Braulio Tavares/Ivanildo Vilanova)



## RESUMO

O presente trabalho problematiza o processo de (re)construção da identidade cultural baiana entre as décadas de 1940 e 1970. Pensa como se deu a passagem de uma identidade cultural pautada nos valores das elites para uma outra que levava em consideração os valores da população afro-baiana. Elegemos como fonte principal para estudar essa nova identidade a obra do escritor baiano Jorge Amado, dentre elas, especialmente, os livros *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador* (1945) e *Tendas dos Milagres* (1969). No entanto, outras fontes foram também utilizadas como, a exemplo, dos escritos freyrianos, de jornais e discursos de parlamentares baianos e nordestinos para entender um outro fenômeno que ocorreu nesse mesmo período estudado: a inserção da Bahia na região Nordeste e como isso afetou (ou não) essa nova identidade cultural baiana. Compreendemos que apesar da entrada da Bahia na região Nordeste, ela continuou afirmando uma identidade cultural particular e apesar dessa nova identidade ter positivado alguns dos valores culturais dos afro-baianos, muitos dos estereótipos existentes sobre esse grupo étnico foram mantidos.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia, Identidade, Jorge Amado, Nordeste, Mestiçagem.

## ABSTRACT

This paper discusses the (re)construction process of cultural identity in Bahia between the 1940s and 1970s. It considers how was the transition of a cultural identity based on elites values to another that took into account the values of Afro-Bahian population. We chose, as a main source to study this new identity, Jorge Amado's work, and among them, especially the books *Bahia de Todos os Santos: A guide to streets and mysteries* (1945) and *Tent of Miracles* (1969). However, other sources were also used, as the example of Gilberto Freyre's writings, newspapers, and speeches from Bahia and Northeast legislators to understand another phenomenon that occurred during the same studied period: Bahia's insertion in the Northeast region and how it affected (or not) this new Bahia's cultural identity. We understand that despite the entry of Bahia in northeast region, it continued to sustain a specific cultural identity and although this new identity has positivised some of the cultural values of many Afro-Bahians, many of the existing stereotypes about this ethnic group were maintained.

KEYWORDS: Bahia, Identity, Jorge Amado, Northeast, Miscegenation.

## SUMÁRIO

1.0 - INTRODUÇÃO.....	11
2.0 - CAPÍTULO I- NARRATIVAS DA NAÇÃO: UMA COMUNIDADE IMAGINADA.....	22
2.1–Como se Narra uma Nação: uma contribuição da História e da Literatura.....	22
2.2 - Narrativas Regionais: o difícil desafio do equilíbrio de interesses.....	32
2.3 - “Em Favor do Nordeste”: um manifesto pela preservação dos valores culturais mais autênticos do país.....	39
2.4 - O “Outro Nordeste”: entre representações e apropriações.....	54
3.0 - CAPÍTULO II - A BAHIA IMAGINANDO-SE NAÇÃO: A NARRATIVA DA BAHIA COMO UMA NARRATIVA NACIONAL.....	72
3.1 - Identidades Individuais e Coletivas: solo movediço sobre o qual construímos a nação.....	72
3.2 - A Essência Baiana: O Guia <i>Bahia de Todos os Santos</i> como uma narrativa regional-nacional.....	80
3.3 – “Em Defesa da Bahia”: um Estado empobrecido e suas reivindicações.....	105
4.0 – CAPÍTULO III - A BAHIA NO POPULAR: A NOVA IDENTIDADE BAIANA.....	126
4.1 – Embates entre a Velha e a Nova: A “Athenas Brasileira” versus a “Mulata Velha”.....	126
4.2 – Negros e Mestiços na Identidade Cultural Brasileira.....	135
4.3 – A Bahia sob o olhar de Gilberto Freyre.....	150
4.4 – Miscigenação: a maior contribuição do Brasil para a Humanidade.....	157
5. 0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
6.0 – FONTES CONSULTADAS.....	179
7.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184

## 1.0 - INTRODUÇÃO

Ao iniciar sua fala na Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em dezembro de 1970, Michel Foucault expôs sua

inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.<sup>1</sup>

É deste poder do discurso que fala este trabalho. Dos seus perigos, do poder que possui de produzir e intervir no real vivido ou consumido, de suas vitórias, de sua duração indeterminada.

As várias instâncias do discurso (oral, escrito, visual, simbólico, etc.), mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, são instrumentos de constituição de poder e de transformação da realidade. A “representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”.<sup>2</sup>

Fruto do racionalismo científico do século XVIII, a oposição entre razão e imaginação, processo histórico que marginalizou o imaginário, foi o responsável pela visão deste como algo inventado, fantasioso, não sério porque não científico. Neste trabalho, porém, pensaremos o imaginário, o simbólico, não como o inverso da razão, mas sim como uma outra instância humana capaz também de dar conta de explicar determinados processos sociais.

A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros. Seriam, pois, representações coletivas da realidade, e não reflexos da mesma. Há, assim, uma temporalidade da história nas representações.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso: a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8 ed., São Paulo: Loyola, 2002, p. 8.

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Contexto, v. 15, n. 29, ANPUH, 1995, p. 18.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 16.

O controle, a reprodução, a difusão, o gerenciamento e a manipulação do imaginário possuem impacto sobre condutas individuais e coletivas, influenciando escolhas, forjando mitos, crenças, símbolos etc. A literatura é um campo privilegiado de contato com o imaginário, “tem o poder de reconstituir a vida cotidiana, desvendar contradições e revelar divergências presentes nas relações sociais e nas suas representações”.<sup>4</sup> Vemos, assim, a literatura como capaz de construir histórias, memórias, práticas sociais, identidades.

Neste trabalho buscamos entender com se deu o processo de (re)construção da identidade cultural baiana entre as décadas de 1940 e 1970, elegendo como fonte principal, para entender essa identidade, os escritos literários do escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), mais detidamente o guia *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*<sup>5</sup> e o romance *Tenda dos Milagres*<sup>6</sup>, sem deixar, no entanto, de dialogar com outras fontes como os discursos dos parlamentares baianos proferidos no Senado e na Câmara Federal, os textos do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, escritos amadianos em periódicos, jornais sobre a Bahia e sobre a obra de Jorge Amado.

Buscamos entender também como ocorreu o processo de integração da Bahia à recém criada região Nordeste. Na primeira divisão regional do Brasil feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na década de 1940, a Bahia não fazia parte desta região. Em 1958, o conceito de Nordeste é reformulado pelo governo Federal com a criação do Banco do Nordeste do Brasil, demarcando o Nordeste numa área denominada “Polígono das Secas”. Só então é que a Bahia seria incluída nessa região.<sup>7</sup> A Bahia, no entanto, não será conhecida/reconhecida no Brasil e fora dele por conta das mazelas da seca, mas por suas festas, sensualidade, exuberância.

O recorte temporal se processou, desta forma, no intuito de perseguir as duas problemáticas centrais desse trabalho, perceber como se dá a passagem da identidade baiana centrada nas elites para uma outra pautada nos valores culturais das classes populares e como ocorreu a inserção da Bahia na região Nordeste.

<sup>4</sup> ANDRADE, Celeste Maria P. de. A literatura no ensino da história da Bahia: a obra de Jorge Amado. In: *Sitientibus*, Feira de Santana: UEFS, n. 14, 1996, p. 13.

<sup>5</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A., 1951.

<sup>6</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Martins, 1969.

<sup>7</sup> MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marco A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.54.

Em estudo sobre a identidade baiana, entre as décadas de 1910 e 1920, Rinaldo Leite<sup>8</sup> percebe que esta era pautada nos ideais das elites baianas, mas que estas mesmas elites já davam sinais de perda do poder de representação. A literatura amadiana se insere nesse contexto como uma nova possibilidade de representação. O Guia, escrito em 1945, apesar de não figurar entre suas obras mais vendidas, se apresentava como um marco. É um “manifesto” de amor à Bahia. Um “convite” que, de uma forma ou de outra, figurará presente em todos os seus demais escritos. *Tenda dos Milagres*, de 1969, foi dos seus romances um dos mais aplaudidos pela crítica. Nele, Jorge Amado tematiza os embates existente nas relações raciais baianas fazendo uma apologia à mestiçagem como a resolução mais perfeita para essa questão.

A instalação da Petrobrás, a criação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a inserção da Bahia na região Nordeste, na divisão territorial oficial proposta pelo IBGE, marcaram as décadas de 1950-1970 e são também elementos importantes que mediarão decisivamente o processo de reconfiguração da identidade cultural baiana.

Jorge Amado nasceu em Itabuna, região sul da Bahia, no início do século XX e a partir da terceira década deste século narrou a Bahia para o Brasil e para o mundo. Autor de mais de trinta títulos foi durante muito tempo o escrito brasileiro mais vendido dentro e fora do país, só sendo ultrapassado por Paulo Coelho na década de 1990. Além disso, é ainda o escritor brasileiro mais traduzido para outras línguas. Adaptado para o cinema, televisão, teatro, revistas em quadrinhos, seus romances inspiraram músicos, artistas plásticos, seus personagens tornaram-se nomes de ruas, bares, restaurantes etc. Sua obra teve um alcance até então desconhecido por qualquer artista brasileiro e, dessa forma, contribuiu no processo de conhecimento/reconhecimento da Bahia e dos baianos pelo restante do mundo, inclusive pelo Brasil.

Com sua militância política de esquerda conquistou respeito nos meios político e intelectual. A sua saída do PCB - Partido Comunista Brasileiro, em 1956, inaugura uma nova fase na sua carreira com o gradativo abandono da literatura engajada no objetivo da transformação social para o tratamento literário das relações de gênero e etnia, questões muito presentes nos anos de 1950-60 com a emergência dos movimentos negro e feminista, “sinal do tempo e traços de uma escrita permanentemente demarcada

---

<sup>8</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005.

pelo relógio da história”<sup>9</sup>. Por essa razão a obra do escritor baiano Jorge Amado será tomada aqui como *corpus* privilegiado na construção/divulgação<sup>10</sup> dessa nova identidade cultural baiana. A Bahia que emerge destes discursos está fortemente carregada pelos signos da mestiçagem, da religiosidade, das tradições culturais, da sensualidade, da exuberância da natureza, do exotismo de seu povo, da singularidade de sua cozinha, de sua dança, de sua música, de seus batuques. “Na Bahia tem-se a impressão de que todo dia é dia de festa. Festa de igreja brasileira com folha de canela, bolo, foguete, namoro”.<sup>11</sup>

No discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, em 1961, Jorge Amado nos conta sobre o impacto que o livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, causou na intelectualidade brasileira e estrangeira da época, bem como a influência em sua obra.<sup>12</sup> A tese freyriana da miscigenação harmoniosa das raças passa a ser a teoria mais adequada para explicar o fenômeno da mestiçagem brasileira, sem igual em qualquer outro lugar. A alta carga de positividade dada à mestiçagem, nessa obra, era uma novidade, visto que, até então, a mistura de raças era apontada como o motivo do atraso econômico, político e humano do Brasil. No entanto, o livro *Casa-grande & Senzala* não é um fenômeno isolado, muitos outros autores já caminhavam no sentido de positivar a influência negra na constituição da identidade nacional brasileira. Manoel Quirino, Arthur Ramos, Thales de Azevedo e Edson Carneiro são exemplos disso.

A obra do escritor baiano Jorge Amado, assim como os escritos de Gilberto Freyre, foram partícipes da construção de uma imagem de Bahia, alegre, mestiça, sensual. Esta Bahia criada, assim como na invenção do Nordeste, também se configurará num espaço da saudade, de apego nostálgico ao passado, de um tempo de riqueza e poder das elites locais.

---

<sup>9</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*: Jorge Amado, n. 3, 1997, p. 97.

<sup>10</sup> Não se está postulando que Jorge Amado seja o criador da identificação da Bahia como mestiça e sensual, pois isso é algo presente desde o desembarque dos primeiros colonizadores, nos relatos dos viajantes, nos poemas de Gregório de Matos, nos escritos de Gilberto Freyre, entre outros. No entanto, pela dimensão da repercussão de sua obra ele é pelo menos o principal responsável pela elaboração do perfil mais bem acabado da baianidade e pela socialização dessa memória. Além dos teóricos da baianidade, entre eles Roberto Albergaria e Antônio Risério, Durval Muniz Albuquerque Jr. e Maria Celeste Pacheco Andrade também coadunam dessa opinião.

<sup>11</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed., Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 289.

<sup>12</sup> AMADO, Jorge. *Discursos*. Salvador: Casa das Palavras; Fundação Casa de Jorge Amado, 1993, p. 18.

Nas sacadas dos sobrados  
 Da velha São Salvador  
 Há lembranças de donzelas  
 Do tempo do Imperador  
 Tudo isso na Bahia  
 Faz a gente querer bem  
 A Bahia tem um jeito  
 Que nenhuma terra tem<sup>13</sup>

Aliado à invenção do Nordeste como um espaço da saudade, a partir de Casa-Grande e Senzala, veremos a construção da Bahia como o último espaço de conservação desta memória, reforçada em artigos de jornais escritos por Freyre e também nas obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi. No prefácio à primeira edição, em 1933, repetido na integra nas demais edições, o autor nos conta sobre sua visita à Bahia, este “último e Deus queira que invencível reduto”<sup>14</sup> da tradição de um Brasil patriarcal, e exalta as qualidades da “velha cozinha das casas-grandes”.<sup>15</sup>

É justamente a melhor lembrança que conservo da Bahia: a da sua polidez e a da sua cozinha. Duas expressões de civilização patriarcal que lá se sentem hoje como em nenhuma outra parte do Brasil.<sup>16</sup>

A Bahia seria então para Freyre a matriz da sua tão famosa teoria da *miscigenação harmoniosa das raças*, não só porque o Brasil *nasceu* na Bahia, mas também porque essa desempenhou muito bem seu papel nesta teoria, além de transformar-se no melhor reduto de conservação de sua tese. Por figurar como *espaço da saudade* e berço da *democracia racial brasileira* a identidade baiana, tanto a humana quanto a geográfica, será construída em franca oposição à imagem do Sul moderno e desagregador. Veloz, que não respeita o ritmo da natureza. Povo que não encontra tempo nem para *dar dois dedos de prosa*, contribuindo, inclusive, na criação dos estereótipos da lentidão e da preguiça baiana.

Amado e Freyre podem ter sido os mais importantes propagandistas das qualidades baianas do século XX, mas não foram os únicos. A Agência Baiana de

<sup>13</sup> CAYMMI, Dorival. *Você já foi à Bahia?* Álbum Dorival Caymmi, Odeon, 1969.

<sup>14</sup> FREYRE, G. Casa-Grande e Senzala...op.cit., Prefácio, p. XLV.

<sup>15</sup> Ibidem, p. XLV.

<sup>16</sup> Ibidem, p. XLVI



Turismo, a Bahiatursa, soube muito bem se aproveitar dos discursos desses dois autores para exaltar os atrativos desse Estado. Slogans como “Bahia, o Brasil nasceu aqui” ou “Bahia, terra da alegria” foram forjados por essa instituição e veiculados em propagandas na televisão, rádios, outdoors etc., sintetizando dois elementos da identidade cultural baiana. Um mais antigo nos fala da primordialidade baiana, berço da civilização brasileira, “cidade-mãe” do Brasil. O outro, mais recente, nos seus contornos atuais, exalta essa “terra boa”, farta de alegria, a “terra da felicidade”. Ambos, entretanto, visam apreender (e *vender*) a Bahia.

A identidade cultural baiana, tal qual a conhecemos hoje é fruto de um longo processo de mudanças e adaptações aos novos tempos. A representação da Bahia foi afetada por ela ter sido o palco do “Descobrimento”, por ter sediado a primeira capital, porque durante muito tempo foi o centro econômico, cultural e intelectual, por um lado, e pela grande presença negra, de outro. Por muito tempo, a representação da elite baiana era tomada para representar todo o Estado, escondendo a tensão de uma população majoritariamente negra ou mestiça. As sucessivas crises econômicas e a perda do posto de capital abalaram o poder das elites baianas e o seu poder de representação.

A partir da década de 1930 do século XX houve o surgimento de uma voz que se tornou uma das mais importantes no processo de reconfiguração da identidade baiana partindo dos valores culturais das classes populares. A obra literária do escritor baiano Jorge Amado será palco de um repensar da identidade cultural baiana, na qual tentou aliar as antigas representações como a originalidade, a primordialidade, a tradição, com os valores culturais da população afro-baiana. Com o passar do tempo essa nova identidade se tornou hegemônica, especialmente nos meios midiáticos e turísticos, mas em momento algum pode ser considerada como única.

Na contramão da idéia de que a baianidade centrada em Salvador e no Recôncavo seja a única identidade cultural baiana, temos a dissertação *Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja* de Valter Guimarães Soares<sup>17</sup>, que tematiza a construção de uma sertanidade baiana nos textos do autor feirense Eurico Alves. Os escritos de Eurico Alves se inserem, para Soares, na luta pelas representações e procura fixar uma paisagem e uma identidade sertaneja no universo identitário baiano, rivalizando com a identidade hegemônica, mas tendo em comum com ela a tentativa de proteger a Bahia da modernidade.

---

<sup>17</sup> SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Universidade Estadual de Feira de Santana; Feira de Santana-Ba, 2003, Dissertação de Mestrado.

Reafirmando a centralidade de Salvador e do Recôncavo baiano na identidade cultural baiana gestada por Amado está a tese de doutoramento de Celeste Maria Pacheco de Andrade, *Bahia, Cidade-Síntese da Nação Brasileira: uma leitura em Jorge Amado*<sup>18</sup>, afirmando que esse autor com sua obra definiu uma “nova geografia imaginária” sobre a Bahia na qual elegeu a “cidade da Bahia” como capaz de representar não só a identidade baiana, mas podendo também figurar como “síntese da nação brasileira”.

Lizir Arcanjo Alves, em *Os Tensos Laços da Nação: conflitos político-literários no segundo reinado*,<sup>19</sup> faz essa discussão recuar no tempo e toma os embates político-literários travados nos jornais e revistas durante o segundo Império entre a Bahia e o Rio de Janeiro, a antiga e a nova capital federal, para pensar nas disputas dos capitais simbólicos que serão escolhidos para a constituição da identidade nacional.

*A Bahia de Jorge Amado* de Jacques Salah<sup>20</sup> é um texto de um autor seduzido pelo escritos amadianos, os quais considera expressão da verdade baiana, fruto de uma vivência popular do escritor Jorge Amado junto ao povo. Conclui à semelhança de Ruth Landes<sup>21</sup>, quando esteve no Brasil em 1938, que na Bahia não há grandes choques culturais/raciais, uma vez que o “humanismo baiano” adotou e amenizou as relações. Já o estudo de Ilana Goldstein<sup>22</sup> toma a obra de Amado como local privilegiado para pensar a identidade nacional. Tece uma discussão com vistas a desmistificar a representação da identidade nacional mestiça e harmoniosa que a obra amadiana divulgou com seus *best sellers* tanto para o Brasil quanto para o mundo, percebendo que debaixo da aparente calma em relação às questões raciais no Brasil existem tensões, conflitos, frações e disputas.

O estudo pioneiro de Márcia Rios da Silva analisou Jorge Amado de uma perspectiva bastante diferente da que estamos acostumados, pensando não suas obras, mas sim sua recepção, por meio da análise das cartas de fãs e de leitores desse escritor para pensar como a literatura amadiana atuava na vida pessoal de seus leitores. Esta é uma chave de leitura importante para pensar um autor que atravessou o século XX tecendo interpretações da Bahia, dos baianos, do Brasil e dos brasileiros.

<sup>18</sup> ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Bahia, Cidade-Síntese da Nação brasileira: uma leitura em Jorge Amado*. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1999, Tese de Doutorado.

<sup>19</sup> ALVES, Lizir Arcanjo. *Os Tensos Laços da Nação: conflitos político-literários no segundo reinado*. Universidade Federal da Bahia. Salvador, vol. I e II, 2000, Tese de Doutorado.

<sup>20</sup> SALAH, Jacques. *A Bahia de Jorge Amado*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008.

<sup>21</sup> LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

<sup>22</sup> GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil Best Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

As mudanças ocorridas no campo historiográfico e da literatura tornaram nosso trabalho possível, pois proporcionaram à História incorporar a diversidade e a complexidade a seus métodos e discursos. A História Regional e Local surge nesse contexto para questionar a temporalidade e os locais de poder. O presente trabalho serve muito bem a esse propósito. Fazer História da Bahia, descortinar os processos históricos que levaram a Bahia a uma condição política e econômica secundária no presente é perceber em ação, a temporalidade dos espaços de poder. Na atualidade, fazer História fora do eixo Rio-São Paulo é fazer História Regional e Local.<sup>23</sup> Curiosamente, há algum tempo atrás, fazer História da Bahia era fazer História do Brasil. No entanto, não se pretende contrapor História Nacional a História Local e sim percebê-la parte integrante daquela, não uma história menor, mas capaz também de compreender, sobre outros ângulos, a história de um país.<sup>24</sup>

Essas novas preocupações da historiografia têm nos permitido “observar a heterogeneidade das experiências, incorporando toda a complexidade do processo histórico, o que implica aceitar as mudanças e descontinuidades históricas”<sup>25</sup>; nos permite, também, desierarquizar as fontes e perceber a literatura com capaz de intervir e instituir reais, de dialogar com o imaginário, com as representações sociais. Assim, tomamos os textos literários de Amado, os escritos sociológicos de Freyre, as matérias dos jornais, a fala do parlamentares, como discursos que ajudaram a configurar a identidade cultural baiana. Pensamos que o conceito de discurso não encerra apenas a verbalização escrita ou falada que assume a forma de um texto, mas como um conjunto de ações verbais e não verbais intimamente ligadas a uma prática de produção de sentidos. Dessa forma, não concebemos a dicotomia entre discurso e prática, pelo contrário, entendemos o discurso como uma prática consciente ou não de intervir na instância do vivido que chamamos de real.

Segundo Michel De Certeau, a operação historiográfica se inicia na escolha e seleção das fontes. Este ato transforma “certos objetos distribuídos de outra maneira” em “documentos”,

---

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE JR., D.M. op. Cit., p. 30.

<sup>24</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: Revel, J.(org) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 28.

<sup>25</sup> MATOS, M. Izilda de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998, p. 71.

Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. [...] Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente.<sup>26</sup>

Assim fizemos com as fontes eleitas para estudo. E fizemos mais: propusemos também uma forma de ler esses documentos como narrativas nacionais, segundo os critérios discutidos por Stuart Hall<sup>27</sup>, como narrativas capazes de, manipulando símbolos e representações coletivas, narrar a nação, uma vez que, tanto os escritos freyrianos quanto os amadianos, ao narrarem o Nordeste e a Bahia pensaram o Brasil e em muito contribuíram para a atribuição de uma identidade cultural brasileira ao pensarem esses espaços como o Brasil mais autêntico, e, por isso mesmo, capazes de representá-lo.

O presente texto está dividido em três capítulos. No primeiro intitulado: “Narrativas da Nação: uma comunidade imaginada”, fez-se uma discussão teórica sobre o conceito de nação e sobre como a narrativa nacional se constrói, baseado nos escritos de Benedict Anderson e Stuart Hall. Discutimos também os conceitos de região e regionalismo, aplicando estas discussões ao caso do Brasil e do Nordeste em particular. Interpretamos o Manifesto Regionalista de 1926, escrito por Gilberto Freyre, como uma narrativa regional-nacional, ou seja, como uma narrativa que possui todos os elementos discutidos por Hall como capazes de contribuir para a atribuição de uma identidade cultural regional, mas que se quer nacional.

O Nordeste se narra como o espaço no qual se encontram os valores culturais mais autênticos do Brasil, por esta razão pode representá-lo. No entanto, entre a representação freyriana do Nordeste e a sua apropriação pelos discursos políticos e jornalísticos houve uma grande distância, uma vez que a exaltação da riqueza cultural e da primordialidade nordestina funcionava apenas em parte para atender aos interesses políticos e econômicos das elites dessa região. É nesse contexto que o discurso da seca se acentua e o Outro Nordeste aparece exaltando o flagelo das populações expostas a esse terrível fenômeno climático. Nos discursos dos parlamentares analisados nesse capítulo, o Nordeste aparece como uma região de grande importância para o Brasil,

---

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 81-83.

<sup>27</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 47-65.

devido a seu passado, e atender às reivindicações nordestinas, era condição vital para a manutenção da unidade nacional.

No segundo capítulo, “A Bahia Imaginando-se Nação: a narrativa da Bahia como uma narrativa nacional”, discutimos como a Bahia se insere na região Nordeste e quais as diferenças e semelhanças nos discursos de Bahia e Nordeste. Para isso, comparamos alguns discursos de políticos da “bancada baiana” com o da “bancada nordestina” na Câmara de Deputados Federais e no Senado, com o intuito de perceber quando os baianos se utilizam do discurso da nordestinidade e quando se afastam dele, afirmando uma Bahia singular, particular no país, o berço da nação. Propusemos a leitura do *Guia Bahia de Todos os Santos* como uma narrativa regional-nacional, que, assim como o *Manifesto Regionalista*<sup>28</sup>, narra a sua região como a original, a portadora dos valores mais autênticos do país. Pensou, inspirado no trabalho de Rinaldo Leite, como a identidade baiana, que esteve ligada até o início do século XX às representações das elites, se constituirá com fortes traços populares na obra amadiana.

No terceiro capítulo, “A Bahia no Popular: a nova identidade baiana”, fizemos uma verticalização na discussão. Mergulhamos nos romances amadianos *Tenda dos Milagres*<sup>29</sup> e nos escritos de Gilberto Freyre, com destaque para os textos deste autor sobre a Bahia reunidos por Edson da Fonseca no livro *Bahia e Baianos*<sup>30</sup> e *Sobrados e Mucambos*<sup>31</sup>, com o intuito de buscar os elementos principais dessa nova identidade cultural baiana, agora pensada a partir dos afro-brasileiros. Dentro desses escritos, a mestiçagem se destaca. Segundo Amado e Freyre, esta é a melhor contribuição do Brasil para a humanidade. A Bahia aparece nesses discursos como o espaço onde a mistura entre brancos, negros e índios, as matrizes culturais do Brasil melhor se processou. No entanto, a miscigenação proposta por esses dois autores se revelou muito mais adequada às teorias de embranquecimento do Brasil do que à posituação dos valores afro-brasileiros.

Ao longo dos mais de dois anos de pesquisa e escrita desse trabalho, em muitos momentos, admito, senti uma sensação de *déjà vu*, ao folhear os romances amadianos, os escritos freyrianos, os jornais, os discursos dos senadores e deputados das bancadas

<sup>28</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Cultura, 1955.

<sup>29</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>30</sup> FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

<sup>31</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed., Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, Tomos 1 e 2, 1977.

baiana e nordestina na Câmara e no Senado Federal, escritos/pronunciados entre as décadas de 1940 e 1970, e me deparar com a defesa da produção do álcool extraído da mandioca, da mamona pelos baianos; com as enchentes nordestinas que deixavam milhares de pessoas desabrigadas nesse período; com a briga para aumentar o valor dos royalties pago pelo petróleo baiano-brasileiro, questões tão em voga em nosso momento histórico como a destacada presença brasileira em matéria de discussão de bio-diesel; as enchentes sofridas por alguns estados do Nordeste nos anos de 2008, 2009 e 2010 que causaram mortes e deixaram quase quatrocentas mil pessoas desabrigadas; e pela polêmica causada pelo projeto de Lei 5938/09 que altera a forma de divisão dos royalties do petróleo advindo da recém descoberta camada do Pré-Sal brasileiro, ainda em votação no Senado.

O repente *Nordeste Independente*, composto no início da década de 1980, por Braulio Tavares e Ivanildo Vila Nova foi muito antes defendido, nas pelejas entre deputados e senadores nordestinos e também de baianos (Bahia Independente!) travadas entre discursos inflamados na Câmara e no Senado.

Neste trabalho adentramos na árida questão das Identidades Nacional e Regional e a pensamos, como disse Frantz Fanon<sup>32</sup>, não como folclore ou populismo, mas como “a ação pela qual esse povo se criou e se mantém em existência”, criando-se e recriando-se continuamente pela literatura, pela música, nos jornais, nos discursos dos políticos, nos filmes, na poesia, no trançado dos cabelos, nas vestimentas e em muitos outros capitais simbólicos que podem ser agenciados para esse fim.

Como última observação, gostaríamos de assinalar que optamos por deixar a fonte aparecer, não só por uma paixão particular pelos documentos, mas também por acreditarmos ser importante para os leitores manterem contato direto com esses discursos e a partir deles tecer outras interpretações que, por ventura, deixamos de fazer, ou mesmo discordar das considerações feitas. Para os que não apreciam a opção fica franqueada a possibilidade de pular as citações que julgarem desnecessárias.

---

<sup>32</sup> FANON, FRANTZ. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Apud: HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, 1996, p.75.

## I CAPÍTULO

### 2.0 - NARRATIVAS DA NAÇÃO: UMA COMUNIDADE IMAGINADA.

As nações se narram com palavras, com gestos, com bandeiras, com escudos, hinos nacionais, com tratados, com guerras, com romances, poesia, músicas, filmes, enfim, de todas as formas que possam pensar a expressão humana.

As narrativas nacionais e regionais nos fazem sentir orgulho de sermos brasileiros, baianos, nordestinos, nos fazem diferentes dos argentinos, paulistas, norteamericanos. É a trama que nos une indiferente ao fato de não nos conhecermos.

As identidades nacionais e regionais suscitam solidariedades entre os seus e gestam conflitos com os outros. É um campo de batalha a espera do primeiro choque.

### 2.1 - Como se Narra uma Nação: uma contribuição da História e da Literatura.

Sejam bem vindos à Bahia de Todos os Santos e de todos os mistérios. Esta história que ora se inicia será o teu guia pelos sinuosos caminhos dos discursos literários, políticos, sociológicos, entre outros. Caminhos escorregadios, enganadores, que inventaram uma forma de ver e dizer a Bahia. Alguns desses discursos escondem mistérios e será preciso lê-los nas entrelinhas, outros são bastante explícitos, no entanto, todos dizem muito mais do que parecem dizer. Será um subir e descer nas ladeiras dos conceitos, visitar paisagens pela memória, pela história, por romances.

Há muito já não se pensa que a História é a medida da verdade e que a ficção seja igual a mentira. Todos os discursos, quaisquer que sejam eles, carregam em si mecanismos próprios à linguagem que jogam com estratégias lingüístico-literárias que nos fazem lembrar e esquecer, acreditar ou duvidar, emocionar. Em especial os discursos para dizer a nação, a região, o lugar ao qual se pertence, jogam com estratégias de não apenas falar a racionalidade humana, mas também falar à emoção, para a subjetividade tão característica (ou caracterizadora) da espécie humana.

No passado, a disciplina História esteve quase que exclusivamente atrelada ao discurso oficial, e os “historiadores”, de modo geral, tornavam-se os narradores oficiais

da nação, aqueles autorizados a contar a sua verdadeira história. Desde Heródoto, considerado o pai da História, ou mesmo antes dele, percebia-se a importância de narrar os grandes feitos, os feitos heróicos, de reis, príncipes, imperadores, generais, representantes supremos da nação. Narrar batalhas, as vitórias, mas também louvar a superioridade cultural, política, as grandes obras arquitetônicas foi aos poucos sendo percebido como importante no processo de alimento do espírito do povo, bem como para alimentar o temor nos inimigos.

No século XIX, quando a disciplina histórica se profissionalizou, bastante influenciada pelas doutrinas positivista-cientificistas, tão em voga naquele momento, este seu papel de portadora da história oficial da nação se reforça, e seus métodos incorporaram esta perspectiva ao privilegiar as fontes escritas oficiais, as temáticas ligadas à guerra, à política e economia, e ao considerar-se uma ciência neutra e capaz de expressar a verdade dos fatos históricos exatamente como ocorreram.

Os estudos históricos do século XX vêm questionando estas certezas, e trabalhos como os de Peter Gay<sup>33</sup> e Hayden White<sup>34</sup>, ao se debruçarem sobre esses autores positivistas, demonstraram as marcas deixadas pela subjetividade, suas filiações políticas, ideológicas, econômicas, de gênero, de raça, de religião, dentre outras.

Ao questionarem a objetividade histórica, esses e outros autores, como a exemplo de Michel de Certeau, evidenciaram os mecanismos implicados na escrita da História, sugerindo uma aproximação (vista por alguns historiadores como perigosa) com a literatura. Segundo Certeau,

o historiador é aquele que reúne menos os fatos do que os significantes. Ele parece contar os fatos, enquanto efetivamente, enuncia sentidos que, aliás, remetem o notado (aquele que é retido como pertinente pelo historiador) a uma concepção do notável. O significado do discurso historiográfico são estruturas ideológicas ou imaginárias; mas elas são afetadas por um referente exterior ao discurso, por si mesmo inacessível: R. Barthes chama este artifício próprio ao discurso historiográfico, o “efeito de real” que consiste em esconder sob a ficção de um ‘realismo’ uma maneira, necessariamente interna à linguagem, de propor um sentido. “O discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo repetindo sem cessar aconteceu, sem que esta asserção possa jamais

<sup>33</sup> Gay, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>34</sup> WHITE, Hayden. *Meta História: a imaginação do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.



ser outra coisa do que o avesso significado de toda a narração histórica.”<sup>35</sup>

Dessa forma, a operação historiográfica, que se acreditava transparente e isenta de subjetividades, se mostra, assim como os demais discursos, inclusive o literário, marcados por condicionantes (tempo, espaço, lugar social do historiador). Longe de apenas narrar os fatos tal como eles aconteceram, o historiador lida com os fragmentos deixados pelos sujeitos históricos e, a partir desses vestígios, tenta colar as partes, substituindo as que estão faltando por uma pitada de imaginação histórica. A própria escolha da temática já implica seleção, escolhas, esquecimentos<sup>36</sup>. Assim, continuando com Certeau, ele nos diz que a linguagem, algo inerente a qualquer trabalho histórico, mas não restrito a ele, essa mesma linguagem presente no dia-a-dia de todos nós e em todos os discursos humanos,

tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinária que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade.<sup>37</sup>

Ou seja, “a estrutura interna do discurso trapaceia”<sup>38</sup>, nos faz crer que está dizendo o real, quando na verdade, o máximo que ele pode fazer é representá-lo com maior ou menor proximidade/responsabilidade com o representado, isso dependerá das filiações ideológicas, bem como das intenções dos sujeitos do discurso. O que nos leva a perceber que, longe de apenas veicular o real, os discursos são partes importantes na instituição de reais, é parte constituinte daquilo que chamamos realidade.

Essas discussões, fruto daquilo que se convencionou chamar de Nova História, provocaram reviravoltas no campo da História, mas não apenas nela. A literatura, que por conta do surto racionalista do século XVIII passa a ser apreendida como ficção,

<sup>35</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.52.

<sup>36</sup> WHITE, Hayden, Teoria Literária e Escrita da História. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.

<sup>37</sup> Ibidem, p.101.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 103.

sinônimo de mentira, do avesso do real, re-adquire um novo status. Essa reconciliação<sup>39</sup> entre História e Literatura tem gerado muitos frutos à História, que incorporou uma outra fonte aos seus estudos: as obras literárias, bem como ficou mais atenta às diversas formas de funcionamento do discurso, inclusive na sua própria narrativa/disciplina.

A redescoberta da literatura como um objeto social, fruto de uma sociedade e tempo, e não apenas da cabeça de um artista desligado do tempo e do espaço, fez-nos perceber também a importância da Literatura enquanto narrativa capaz, tanto quanto a História, de recriar o real, (re)ordená-lo, de construir sentidos, memórias. Muitas vezes os discursos literários, por serem mais acessíveis do que o discurso histórico, chegaram mais facilmente às pessoas, principalmente quando este, acreditando ser ciência exata, ficou restrito a poucos iniciados capazes de decifrar suas áridas narrativas. A Literatura, mais do que a História, foi a responsável pelas memórias que se tem de feitos históricos, heróicos etc.

No Brasil, como nos conta Mônica Velloso, a literatura nasceu comprometida com a interpretação dos problemas sociais do país, especialmente, a definição de uma identidade nacional. Dessa forma, foi muito mais influenciada pela nova ciência sociológica do que pela arte. Documentar e/ou descrever o “real” era então sua tarefa principal e os autores que não estivessem engajados nessa missão eram taxados de alienados, descompromissados com as causas nacionais. Assim, as páginas de nossa literatura será palco de disputa entre vários projetos para a construção da nacionalidade. No século XX foi o romance regionalista de 1930 o que atendeu melhor aos anseios da “literatura como espelho da nação”, conseguindo unir a “objetividade” a “verdade” com as raízes e tradições locais e contribuindo para atribuição de identidades individuais e coletivas em nível local, regional e nacional.<sup>40</sup>

Vemos aqui também a literatura narrando à nação, auxiliando na construção de uma coesão social daquilo que hoje chamamos de país, nação, povo, um conjunto de pessoas que por diversos fatores se acreditam pertencentes a um mesmo grupo, a uma comunidade. Essa comunidade é “imaginada” conforme nos assinala Benedict Anderson, e ela é imaginada porque “nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem o encontrarão, nem sequer

---

<sup>39</sup> Até este surto racionalista do século XVIII a História era percebida como um ramo da Literatura, a partir daí e da profissionalização da disciplina no século XIX é que a História tenta desvencilhar-se da Literatura como forma de atender aos rigorosos métodos de objetividade do cientificismo.

<sup>40</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão ”.<sup>41</sup>

E essa percepção de pertencimento fomenta ações. As pessoas matam e morrem para defenderem aquilo que acreditam serem seus: território, cultura, co-irmãos. Percebemos então a História e a Literatura como duas importantes narrativas nacionais.

O nacionalismo, da forma que se apresenta hoje, é um fenômeno moderno, do fim do século XVIII. No entanto, os indivíduos, ou mesmo as nações, ao “narrarem-se”, ao exporem, por meio dos discursos, sua condição de pertencimento a determinada nação e ou cultura nacional, o fazem como se isso remontasse a tempos imemoriais, como se seus países tivessem existido desde o início dos tempos, buscando muitas vezes nas raízes mais longínquas, nos antepassados mais remotos, o germe da sua nacionalidade. Este é um mecanismo próprio, interno à forma da narrativa nacional: fazer perder-se no tempo, naturalizar a nacionalidade a ponto de que para os seres humanos modernos pareça óbvio, inerente à humanidade, possuir uma nacionalidade.

Mas, como se conta a narrativa de uma cultura nacional? Stuart Hall responde à este questionamento nos apontando cinco elementos constituidores das narrativas nacionais<sup>42</sup>. Primeiramente é necessária a criação e narração de uma trama que simbolize as experiências partilhadas pelo grupo, suas “perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”.<sup>43</sup> Essas histórias contadas pelos relatos oficiais, pela literatura nacional, pela cultura popular e, mais recentemente, pelas mídias, se constituirão na trama que conecta “nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte”<sup>44</sup>, dando sentido e importância às nossas vidas para além da individualidade, ligando cada indivíduo, cada existência, a algo maior: o destino da nação. Essa narrativa é deveras importante, pois é ela que dá o enredo comum a todos os indivíduos pertencentes à nação, ligando suas vidas irremediavelmente, tornando-se o lastro da comunidade imaginada.

“Em segundo lugar, há a ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*.”<sup>45</sup> Percebemos esses aspectos diretamente relacionados aos terceiro e quarto itens discutidos por Hall, a saber, a “invenção da tradição” e a escolha de um “mito fundacional”. A identidade nacional é percebida como essência que permeia todos

<sup>41</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

<sup>42</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 47-65.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 53.

os elementos da nação, dessa forma, sua datação é imprecisa, o que é algo positivo, pois é importante que ela seja percebida como se sempre estivesse estado lá, mas, era necessário algo para acordá-la do sono, daí a necessidade da escolha/criação de um mito das origens. Um episódio exemplar, no qual os elementos essenciais daquilo que se projeta enquanto nação estejam presentes.

O mito fundacional escolhido para representar o nascimento do Brasil foi o encontro romântico entre o português e a mulher indígena, habitante do Novo Mundo, encontro do qual surgiu um povo e uma nação mestiça, sensual e harmoniosa. Este mito foi contado pela História e Literatura nacionais, apropriado pela cultura popular e hoje paira no imaginário da nação brasileira. Um mito bastante adequado para apaziguar os ânimos, numa nação onde reinava (e ainda reina) o extremo da desigualdade e exploração, por meio da escravização de africanos e indígenas.

As tradições inventadas, conceito que Hall toma de empréstimo à Eric Hobsbawn e Terence Ranger<sup>46</sup>, constitui-se num conjunto de práticas rituais e simbólicas que são organizadas com o intuito de, por meio da encenação do mito (em paradas, desfiles, cerimônias), mas também por meio do respeito e reverência a determinados artefatos como bandeiras, roupas militares, medalhas, hino nacional etc., reatualizá-lo, tornando o passado um constitutivo do presente e do futuro. A nação se perde não apenas na intemporalidade do passado, mas também se projeta para o futuro. Ela vence os tempos e resiste à mudança porque, enquanto essência, resiste como aquilo que há de mais verdadeiro na nação e em suas instituições, sem, no entanto, ser necessário dizer com precisão exatamente o que é.

O último elemento da narrativa nacional é o povo. Idealizado muitas vezes como puro, original, a força motriz que carrega nas costas o destino da nação e, como tal, seus defensores legítimos contra todos aqueles que coloquem em risco a ordem e a coesão social imaginadas. Esse é um elemento de grande tensão, pois ao mesmo tempo em que (conjuntamente com os demais elementos) gesta a identidade nacional, o ideal de irmandade e pertencimento a uma nação, gesta também conflitos pela alteridade estabelecida com os demais povos, muitas vezes, inclusive, povos que habitam o mesmo território, do qual determinados grupos se acreditam os verdadeiros donos.

Diante disso, percebemos que a nação narrada como uma comunidade, como uma grande família, é na verdade atravessada por tensões e brigas internas. Mais do que

---

<sup>46</sup> HOBBSAWN, E. & RANGER, T(orgs.). *A Invenção das Tradições*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

uma unidade, nós temos um “impulso por unificação”<sup>47</sup> às custas do apagamento das diferenças de classes, étnico-raciais, de gênero, dentre outras existentes. A narrativa nacional precisa por em ação mecanismos de esquecimento.

Os mitos nacionais funcionam como elementos de coesão social, de irmandade, e, por isso mesmo, precisam esquecer os começos violentos que a grande maioria das nações teve em suas origens, especialmente no caso dos países colonizados. Não interessa à identidade brasileira, por exemplo, mas isso se estenderia à maioria dos povos colonizados, o genocídio cometido contra índios e negros ocorridos em nossas origens, a miscigenação harmoniosa entre os três povos: portugueses, africanos e indígenas, funciona melhor ao interesse da narrativa nacional.

Outro elemento importante é que a cultura brasileira (bem como as demais) não deriva da parceria em iguais condições entre as culturas que a compõe, muito pelo contrário, é fruto da hegemonia efetiva da cultura portuguesa, que, ao representar a si própria, faz parecer estar representando igualmente as demais culturas constituintes da identidade cultural brasileira, mas o faz por cima delas, como normalmente faz o vencedor. E esse é o grande esforço empreendido pelas narrativas nacionais “costurar as diferenças numa única identidade”.<sup>48</sup>

No Brasil, o projeto de formulação da identidade nacional já se encontrava posto para a primeira geração nacional empresária da independência. Na literatura, com a geração dos românticos, a identidade nacional já nasceu mestiça do encontro entre o português e o índio. Na falta dos cavaleiros medievais, nossos autores vão buscar no índio (um índio idealizado, muito mais próximo do europeu do que de um indivíduo situado nos trópicos) seus heróis e heroínas. Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, ou o corajoso e servil Peri, ambos, no entanto, submetidos (pelo amor) ao português. “A mestiçagem biológica que acompanhava a conquista era mediatizada pelo amor, e a força das armas cedia ante a afeição sincera que enobrecia mais ainda a figura do branco dominador”.<sup>49</sup> A Bahia também teve sua heroína indígena, a Catarina Paraguaçu, que também por amor a Diogo Álvares iniciou a mestiçagem em terras baianas.

---

<sup>47</sup> Ibidem, p.59.

<sup>48</sup> Ibidem, p.65.

<sup>49</sup> PESAVENTO, S. J., Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998, p. 25.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a fala autorizada sobre o passado naquele momento, completa essa visão, dando uma alta carga de positividade ao europeu colonizador em suas narrativas oficiais.

A primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929, as ondas nacionalistas desse período e a chamada Revolução de 1930 no Brasil, forçam um momento de reformulação da identidade nacional brasileira. O Brasil constrói para si, por meio de discursos históricos e literários, uma identidade particular, individualizada, na qual há a integração do múltiplo. Enquanto as demais nações guerreavam por razões étnicas, econômicas, políticas, o Brasil se auto-representava como uma nação pacífica, harmoniosa.

Gilberto Freyre, ao fazer a apologia da mestiçagem, enfatizando o seu potencial criativo e dulcificando o passado por uma visão ‘compreensiva’ e ‘sensual’ das relações entre a casa grande e a senzala, tornou-se o maior ideólogo do ‘novo Brasil’. Sua versão da realidade nacional correspondia ao otimismo dos anos 30-40, que parecia encontrar a saída para a modernidade na recomposição da coalizão dominante de classes e acomodando as velhas elites rurais com a nova burguesia urbana nos quadros do Estado.<sup>50</sup>

Jorge Amado surge também nesse contexto e sua literatura, bem como dos demais romancistas de 1930, traz essas marcas.

Desde sua obra inicial, a proposta de Amado é captar a identidade do país e de sua cultura, e captar singularidade a partir de uma busca das raízes populares, da realidade do povo da recuperação para o texto e para a imagem do país, da fala, das figuras e cenas populares.<sup>51</sup>

Nesse período de incertezas para as nossas velhas elites rurais, em que o Brasil se mira na Europa e deseja a modernidade por um lado, e que as classes populares estão ganhando espaço no cenário político por outro, gera um momento de tensão que

---

<sup>50</sup> PESAVENTO, S. J., Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998, p. 33.

<sup>51</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 212.

movimenta a identidade da nação. No entanto, de acordo com os mecanismos inerentes à narrativa nacional, essa mudança acontece para continuar garantindo a coesão social e a mudança se dá sem grandes choques, visto que a essência da nação continua a mesma. No caso específico do Brasil, seu caráter mestiço e harmonioso, mesmo que tenha sido preciso que as classes dominantes cedessem um pouco mais de espaço na narrativa nacional para os elementos populares, tributários, principalmente, das culturas indígenas e africanas. Foi preciso mudar para continuar no poder.

Nesse momento, teremos também outras vozes, silenciadas pela hegemonia cultural do eixo Centro-Sul, predominante na cultura nacional desde meados do século XIX, levantando-se. As diferenças regionais e étnicas que o discurso nacional se esforça em unificar encontram nesse período de crise, de início do século XX, terreno propício para aflorarem, tomando novo fôlego. Países como o Brasil, que carregam dentro de si regiões que são verdadeiras “nações”, com histórias e literaturas regionais, mitos próprios e até um povo com características étnico-culturais bastante diferenciadas, precisam mediar os conflitos gerados pela “luta das representações”, pois cada região se acredita a mais importante, a que representa de forma mais autêntica a essência da identidade nacional brasileira.

O que se vê no Brasil, no geral, não são brigas separatistas pelo direito a diferença. O regionalismo brasileiro briga para se afirmar como hegemônico culturalmente, ou seja, para definir qual região tem a verdadeira cara da nação. No Brasil, essa identidade tem sido mutável e tem havido alternância ao sabor das mudanças econômicas. A Bahia, primeira capital, o Nordeste açucareiro e o eixo Centro-Sul mineiro-cafeeiro-industrial, já se configuraram como a cara da nação.

Os regionalismos são fruto das desigualdades regionais, ou seja, no processo de distribuição territorial das benesses do desenvolvimento econômico, “onde recursos escassos são distribuídos desigualmente pelo território, as regiões prejudicadas tendem a pressionar para a redistribuição, enquanto as mais ricas resistem ou ignoram o problema.”<sup>52</sup>

A reivindicação regionalista(...), é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de facto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como ‘província’ definida pela distância económica e

---

<sup>52</sup> CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1992.

social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e económica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objectivas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo económicos – assume a forma de reivindicação regionalista.<sup>53</sup>

E foi assim com o Nordeste, foi assim também com a Bahia. Revoltaram-se contra a má divisão económica que relegava apenas migalhas a essas regiões, mas brigaram também por conta da perda do prestígio, do poder, da importância simbólica, por tudo o que essas regiões representavam: tradição, primordialidade, *os valores culturais mais autênticos*. Esses espaços já haviam ocupado os lugares de centros privilegiados e é quando perdem esta centralidade e decaem económica e simbolicamente que os surtos regionalistas se intensificam.

Segundo Hall, há nações que se narram no passado. Em momentos de crise no presente, voltam-se a um passado glorioso, a um “tempo perdido”, como forma de retomar o fôlego, fortalecendo seu povo com a narrativa dos tempos de glória como um preparativo para uma nova marcha para frente. Percebemos, no entanto, com a análise da região Nordeste e da Bahia, que essa marcha para frente nem sempre acontece, (no sentido do desenvolvimento económico, da retomada do poder) e essas nações/regiões parecem ficar presas no passado, a narrativa se repete indefinidamente. A própria narrativa do passado passa a ser o seu poder de barganha no presente.

Utilizando-se dos mesmos mecanismos para narrar à nação, as regiões vão à luta para a conquista ou reconquista da sua fatia do poder, ou até para retomar prestígio e poderes perdidos. Nordeste e Bahia foram exemplos disso, foram à luta e brigaram pelo poder e prestígio perdidos, por lugares dantes ocupados no cenário económico, político e também cultural da nação.

Suas reivindicações obtiveram ganhos como a atuação do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (1945) da transformação da IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909), a mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste; a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene (1959), do Banco do Nordeste(1952), da instalação da Petrobrás na Bahia em

---

<sup>53</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 126-7.



1954, entre outros, bem como o sistema de incentivo fiscal criado pelo governo federal, comprovam isto. Essas medidas foram uma tentativa da nação de manter a coesão social da comunidade imaginada.

## 2.2 - Narrativas Regionais: o difícil desafio do equilíbrio de interesses.

Já dissemos que a narrativa da nação se funda num “impulso por unificação”. Todavia, este discurso mal dissimula os conflitos latentes que tenta encobrir. Algumas situações são mais propícias ao fortalecimento dessas diferenças como nos momentos de crise econômica, política, cultural. Numa nação do tamanho do Brasil essas diferenças/divergências podem tomar, e normalmente tomam, dimensões de lutas regionais, pois grupos sociais se unem, quase sempre as elites, para melhor lutarem por aquilo que acreditam estarem perdendo para outros grupos regionais.

Quando algumas regiões se desenvolvem mais do que outras, surgem suspeitas, nem sempre infundadas, de que as verbas nacionais não estão sendo distribuídas igualmente, que algumas estão se desenvolvendo às custas da exploração, da expropriação de outras.

Num país do tamanho do nosso, mas mesmo em territórios pequenos, dificilmente se consegue governar sem dividir, sem diferenciar regionalmente. A divisão é condição de governabilidade. Mas dividir implica em instituir conflitos; as divisões regionais são tanto fruto quanto instituidoras de diferenças e nisso há sempre perigos, a produção de rivalidades é um deles.

Nossa primeira divisão regional fundou-se num decreto real com o qual Dom João III (1532) dividiu sua colônia em quinze partes e as entregou a valorosos portugueses, com o intuito de povoar e desenvolver economicamente essas suas terras do além mar. Esse sistema acabou não dando muito certo devido a falta de recursos e de interesse dos donatários, mas deixou marcas profundas na divisão regional brasileira. Apenas duas capitanias tiveram algum sucesso, a de Pernambuco e a de São Vicente. A Bahia, com a morte de seu donatário, retorna às mãos do governo português que estabelece ali a sede do governo. Vemos aqui que nossas diferenças regionais vêm de longe.

Bahia e Pernambuco possuíram forte influência econômica e política nesse primeiro momento da história brasileira. A descoberta do ouro no Centro-Sul, a

transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763), o declínio da cana-de-açúcar, o cultivo do café e seu ascendente sucesso no mercado internacional, assim como os primeiros surtos industriais vividos pelo Centro-Sul, impuseram mudanças na divisão espacial do poder no Brasil. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais passam a ocupar o espaço de centralidade na vida política e econômica do país.

No entanto, a divisão dos territórios regionais nunca é um processo simples. No nosso caso não foi dada única e exclusivamente pelo sucesso ou fracasso das capitanias, mas também pela capacidade de liderança e negociação das elites locais que aqui estavam se formando. Assim, as regiões são inscritas sobre o espaço dos interesses, no qual as classes dominantes têm um importante papel na sua formação/definição. É a materialização de um processo histórico de lutas, interesses, acordos, negociações, conquistas, desenvolvimentos, fracassos, inscritos num traçado territorial. Mas afinal o que define uma região?

As regiões já foram pensadas como naturalmente dadas ou mesmo magicamente reveladas. Mas, longe de serem inscritas na natureza ou em preceitos divinos, elas são construídas, imaginadas na ação e na *imagina-ação* de homens e mulheres. Aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais, identitários, limites políticos brigam pela primazia, pelo direito de melhor defini-la. A região, ou melhor, a definição de uma região, sempre foi um (ou no) campo de batalha e não seria diferente no terreno epistemológico. A briga pelo campo científico da região opôs geógrafos, economistas, historiadores, etnólogos, sociólogos, cada um acreditando serem seus critérios os mais importantes para definirem uma região.

Já vivemos um período da ditadura do natural em que uma região se definia apenas por seus aspectos físicos, que determinariam inclusive as ações humanas. No entanto, a escola *possibilista* do geógrafo francês Vidal De La Blache veio nos mostrar que “a região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar”.<sup>54</sup> Segundo esta perspectiva,

as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-construídas, mas sim como resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma

---

<sup>54</sup> GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. & GOMES, P. C. C. (orgs.) *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 56.

determinada região. São eles que dão unidade, pela complementaridade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território.<sup>55</sup>

Segundo Durval Muniz Albuquerque Jr., a noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar, vem de *regere*, comandar. Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização.<sup>56</sup> A *regere fines*, ou o ato que consiste em traçar as fronteiras em linhas retas, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro, conforme nos assinala Pierre Bourdieu (e acrescentaríamos ainda, o eu do outro), é um ato religioso realizado pelo personagem investido da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de um dizer executório que faz sobrevir o porvir enunciado.<sup>57</sup> É o poder de que nos fala Durval Albuquerque Jr. de traçar linhas imaginárias, de dividir, de estabelecer fronteiras.

Para Bourdieu, este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia.<sup>58</sup> Este poder que dizemos simbólico, por ser invisível, é uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças a sua capacidade de mobilização, mas que só consegue se exercer se for reconhecida a legitimidade de quem o enuncia.<sup>59</sup>

Nesse sentido, exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Assim, para garantir a dominação simbólica, é de

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>56</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 25.

<sup>57</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113-114.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 9-15.

importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças.<sup>60</sup>

Vemos à luz dessas discussões, a conformação histórica de regiões, frutos tanto de sangrentas batalhas quanto da enunciação por quem de direito. Se na Antiguidade estes poderes foram quase sempre exercidos por reis e religiosos, a Modernidade e Pós-Modernidade trazem consigo novos personagens investidos sobretudo do poder simbólico, do poder de intervir, reelaborar e instituir novos símbolos nos imaginários de determinadas coletividades. É disso que nos fala os estudos de E. Said, Durval Muniz Albuquerque Jr., Celeste Maria Pacheco Andrade<sup>61</sup>, entre tantos outros. Nestes trabalhos um dado se repete, as recriações artísticas como a literatura, a música, o cinema etc., são tomados como suportes privilegiados de contato com o imaginário, *corpus* no qual símbolos espaciais: locais, regionais, nacionais são tomados, reelaborados e devolvidos ao público com novas feições. Segundo esses estudos, interesses políticos, econômicos, identitários etc., se conjugam para o estabelecimento de novas fronteiras, nem sempre novas demarcações territoriais, mas uma nova forma de encará-lo, de identificá-lo, ou seja, novos limites simbólicos para vê-los e serem vistos.

Este discurso dito regionalista é um discurso performativo que tenta impor como legítima uma nova definição das fronteiras<sup>62</sup> físicas, culturais e identitárias. Mas o efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém, ele depende também do grau em que o discurso, que enuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertencimento que pode aparecer a relação entre estas propriedades.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi: Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, vol. 5, 1985, p. 298-299, 313.

<sup>61</sup> SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999. ANDRADE, M. C. P. de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia. In: FONSECA, Aleilton & PEREIRA, Rubens (orgs). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.

<sup>62</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 116.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 117.

Por isso que o domínio e manipulação dos símbolos se tornam tão importantes, na medida em que não é mais necessário mover as fronteiras, basta apenas dar novos significados aos antigos símbolos, bem como forjar outros e então, movimentaremos as fronteiras simbólicas, dando a antigos espaços, novos conteúdos. Com isso, pode-se até suscitar crenças na superioridade de alguns e na inferioridade de outros, e, como consequência, no direito de dominar outros povos (a história está repleta de exemplos desta natureza). Vemos assim o poder simbólico, as crenças inscritas no imaginário social se materializando em ações concretas. Então, acrescentado mais um item de complexidade à definição de uma região, não poderemos esquecer que regiões são também demarcadas por instâncias imaginárias, por meio da manipulação simbólica.

Assim, na luta simbólica regionalista, os intelectuais têm grande valor, pois eles manuseiam o capital simbólico da narrativa regional que, assim como o ato de narrar a nação, cumpre com o importante papel de forjar a identidade cultural por meio da resolução (meio mágica) dos conflitos pela narrativa ao atualizá-la e (re)encená-la toda vez que a narrativa é re-contada.

Como já foi dito antes, o povo é um dos elementos cruciais ao narrar a nação e é deveras importante que esse povo se reconheça nessa narrativa, que se sinta orgulhoso e desejoso de nela participar. A identificação com a narrativa é um elemento selante entre o indivíduo, a coletividade e o espaço, forjando a comunidade imaginada. Essa condição de pertencimento cria os laços sociais que impulsionam a ação e reconhece na transformação do espaço suas marcas, criando laços sentimentais que levam à proteção do espaço visto como auto-proteção, como auto-preservação.

Nesse contexto, o regionalismo tem em mãos todos os elementos capazes de mobilizar um povo a “defender” seu espaço, seu lugar, portadores da sua identidade cultural, referência para sua identidade individual, o espelho para o qual se volta quando necessita auto-afirmar-se. Iná de Castro nos sugere que o regionalismo

deve ser entendido como a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado, o regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém,

aos interesses territoriais (...). Em termos objetivos, o regionalismo constitui a expressão das relações políticas entre regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural. Assim, tanto a intervenção e manipulação políticas, como a base territorial, compõem as duas dimensões fundamentais do regionalismo.<sup>64</sup>

Assim, se os intelectuais têm grande importância num movimento regionalista ao criar os elementos, os capitais simbólicos que forjam a região, as elites locais e os políticos têm também papel fundamental ao gestar e principalmente ao manobrar esses capitais simbólicos para mobilizar ações de disputa com outras elites regionais ou barganhar diretamente, junto ao poder central, para angariar uma maior participação nas benesses do Estado.

Percebemos no Brasil um aspecto que já foi assinalado anteriormente. Este país continental, com dimensões e história tão propícias ao aparecimento de diferenças que desembocaram em regionalismos, de modo geral, não gestou fortes ideais de separatismos. O regionalismo brasileiro se manifestou dentro da lógica da “luta de representações”. As regiões brigam pelo privilégio de representar o Brasil, para serem a região hegemônica culturalmente, para serem reconhecidas como aquela que mais autenticamente representa o país.

Desse modo, mineiros se narram como sujeitos simples, moderados, pragmáticos, conciliadores, equilibrados, virtudes perfeitas para liderar os destinos da nação, especialmente nos momentos de crise.<sup>65</sup> Sua época de glória com o ouro é lembrada como fundamental para o destino econômico do país e certeza de que nasceram para brilhar. Diferentemente dos gaúchos (ou melhor, do regionalismo gaúcho), que se auto representa como bravos, lutadores, chegados às lutas, aos ideais de liberdade e até de libertação do Brasil.

O Rio Grande do Sul foi sempre o ‘*paladino da liberdade*’, lutou sempre por ‘*causas justas*’ e seu povo possui ‘*virtudes inatas*’, representadas na figura do gaúcho: altaneiro, destemido, livre, etc. Tal visão idealizada se complementa na idéia de que na sociedade sulina

<sup>64</sup> CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1992, p. 40.

<sup>65</sup> ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

não havia hierarquias ou distinção sociais. Teria vigorado uma verdadeira ‘*democracia dos pampas*’, na qual peão e estancieiro trabalhavam lado a lado, irmanados ambos pela identificação na mesma figura mítica do gaúcho, ‘*centauro dos pampas*’, ‘*monarca dos coxilhas*’.<sup>66</sup>

A classe dominante tenta impor a idéia que ela constrói de si mesma, como a válida para representar toda a população, como nos fala Sandra J. Pesavento em relação à “figura do gaúcho mítico”. Assim, o herói bandeirante, o mineiro conciliador, o pernambucano vigilante, o gaúcho mítico, o baiano e sua primordialidade, sua tradição e intelectualidade, brigam para representar, mas também para liderar a nação. São brigas pelo poder e não apenas o de representação.

A pernambucanidade para Freyre está mais para o lutador gaúcho do que para a civilidade baiana. O pernambucano “é amigo da luta e antes rusticamente cavalheiro do que maciamente urbano. Como o paulista, seco e calado e não como o baiano, ou carioca ou cearense, fácil de acomodar-se a estranhos”<sup>67</sup>. Ou, como sugeria o nome de um periódico do século XIX, são os sentinelas da liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco de onde bradam alerta.<sup>68</sup>

A Bahia se narra, segundo Rinaldo Leite<sup>69</sup>, como o berço da civilização brasileira, a “alma mater” da nação, como a terra da tradição e da intelectualidade onde habitam os mais autênticos brasileiros por conta da sua primordialidade. Freyre reforça essa idéia ao afirmar que todo brasileiro é um pouco baiano, e nos diz:

Triste do brasileiro que não tenha dentro de si algumas coisas de baiano. E não só de urbanidade baiana; não só de polidez baiana; não só de gentileza baiana; não só de civilidade baiana; não só do bom gosto baiano; não só religiosidade baiana; não só de ternura baiana; não só de civismo baiano; não só de inteligência baiana; mas também alguma coisa de malícia, de “humor” de gaiatice compensadora dos excessos de dignidade, de solenidade e da própria elegância.<sup>70</sup>

<sup>66</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco zero, 1990, p. 73.

<sup>67</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed., Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, 1977, Tomo 2, p. 655.

<sup>68</sup> Ibidem, Tomo 1, p. XXXIV.

<sup>69</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005.

<sup>70</sup> FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990, p. 10 -11.

Já o regionalismo paulista se configura, pois, como um “regionalismo de superioridade, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho se sua ascendência européia e branca”. São Paulo seria, para este discurso regionalista, o berço de uma nação “civilizada, progressista e desenvolvimentista”.<sup>71</sup>

Diante disso, podemos ter mínimas noções sobre as lutas travadas no seio da nação que se quer una. O regionalismo paulista, representando a entrada do Brasil na modernidade, nos tempos da civilização e progresso começa a tornar-se hegemônica a partir de meados do século XIX. São Paulo seria a locomotiva que conduziria o resto do Brasil rumo ao desenvolvimento, deixando para trás seus arcaísmos, seus valores ultrapassados, tradicionais que eram representados principalmente pelos regionalismos nordestino e baiano. Contexto propício para o fortalecimento desses regionalismos que defendiam a validade de suas narrativas regionais/nacionais para a nação, bem como tentativa de manter-se no poder.

### 2.3 - “Em Favor do Nordeste”: um manifesto pela preservação dos valores culturais mais autênticos do país.

Na década de 1920, houve no Brasil um profundo abalo sísmico, um remexer de placas tectônicas que fez elevar-se uma nova região: o Nordeste. As elites dos, então, estados do Norte, levantaram-se. Uniram-se para produzir um discurso pautado na seca, capaz de comover os estados do Sul e o governo Federal e de angariar os recursos financeiros necessários à sobrevivência desta mesma elite que, com a Independência, vinha perdendo gradativamente (e assustadamente) seu prestígio junto ao poder central.

O regionalismo nordestino proposto estava para além dos estadualismos e previa uma unidade sócio-histórico-cultural dos estados que o compunham, marcados por uma herança da casa-grande e senzala, da cana-de-açúcar, dos sobrados e mucambos, da mistura não apenas racial, mas também cultural das três matizes étnicas formadoras desse ideal de Brasil (portugueses, africanos e indígenas), de um Brasil patriarcal, tradicional. O fenômeno da seca, que se acentua nos discursos das elites locais, será o

---

<sup>71</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Op. Cit. p. 45.



fator em torno do qual essa nova região se formará e se fortalecerá, com o intuito de cobrar do poder central seu espaço político e econômico.

Esse processo é amplamente discutido por Durval Muniz Albuquerque Jr. no seu livro *A Invenção do Nordeste*.<sup>72</sup> Este Nordeste que surge relacionado ao

discurso da seca, traçando ‘quadros de horrores’, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolve todos ‘os Estados sujeitos a este fenômeno climático’. A descrição das ‘misérias e horrores do flagelo’ tenta compor a imagem de uma região, ‘abandonada, marginalizada pelo poderes públicos’.<sup>73</sup>

E as vozes que se levantaram a partir daí, sejam de políticos, grandes proprietários, comerciantes ou de intelectuais, gritarão e repetirão, quase que num uníssono, estas imagens nordestinas nas quais sertão mistura-se com violência, fome com messianismo, cangaço com terra gretada, mandacaru com banditismo, *coronelismo com enxada e voto* de cabresto. Não faltaram, nesse período, discursos *científicos* que explicariam, em consonância com as teorias racistas e deterministas do século XIX, o atraso dos estados do Norte e o progressivo desenvolvimento do Sul relacionado a questões climáticas e raciais.

A emergência da Semana de Arte Moderna de 1922 trouxe para nossas artes e cultura o moderno: o futurismo, o dinamismo, a velocidade, todas estas características relacionadas com a urbe, o progresso, a industrialização, o capitalismo e a sociedade burguesa que são assimilados, sobretudo pelo *Sul* do país, onde esses movimentos encontram aceitação, reconhecimento, que os vê como objeto de desejo; de um *Sul* do país que pretende identificar-se com a *Europa civilizada* e não com um *Brasil primitivo e bárbaro* que o nascente Nordeste representaria. Desse choque é que se forjam as identidades de nordestinos e sulistas, num processo de alteridade, de visão do outro que prevê: inclusão e exclusão, autoridade e subalternidade, provedores e beneficiários, benevolência e mendicância, submissão e autoritarismo.

Não seria a primeira vez, nem o primeiro estudo, o de Durval M. Albuquerque Jr., que percebe a construção de identidades a partir de choques e “problematizam a

<sup>72</sup> ALBUQUERQUE JR., D. M. Op. cit.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 59

produção histórica e cultural de uma região geográfica, a partir da construção de sua identidade enquanto alteridade.”<sup>74</sup>

Romances, poemas, relatos de viagem, escritos políticos e estudos sobre a cultura dos povos muçulmanos concorreram para a construção e consolidação de uma visão hegemônica do Oriente como um espaço longínquo e misterioso. Tal invenção foi essencial para a definição da identidade ocidental e para a legitimação dos interesses das nações colonialistas. Estes discursos domesticaram o saber sobre o Oriente, impondo sua autoridade, instituindo imaginários. Assim, com seu amplo estudo, E. W. Said percebe que “O Oriente era quase uma invenção européia, e fora, desde a Antigüidade, um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis.”<sup>75</sup> Na percepção deste *outro*, que é o Oriente (para) a Europa, constrói esta região, cercanda-a de exotividade, erotividade, de repetições obsessivas que moldam o olhar ocidental sobre o Oriente, conservando-o num espaço de subalternidade adequado a seus interesses. Talvez seja o mesmo olhar torto de que reclama Rachel de Queiroz com relação à mídia brasileira que, ao mostrar o Nordeste, só o faz pelo estigma da miséria.<sup>76</sup>

Também no Brasil, as várias artes foram partícipes, principalmente a arte regionalista (ou regionalizante), a partir da década de 1930, da construção do tom e da significação do ser nordestino. Este foi um momento de intensa briga política, ideológica e intelectual com vários projetos de identidade nacional em disputa. Integralistas, comunistas, aliancistas, a recém assunção de Getúlio Vargas ao poder, as crises e revoltas, transformaram o Brasil num terreno com intensas batalhas para atribuição de um novo sentido e narrativa à nação. Fortalecida por esse momento de “vazio narrativo”, ou seja, na falta de uma nova narrativa oficial da nação adequada aos novos tempos, a literatura encontra espaço propício para, captando as subjetividades coletivas, propor ela também seus projetos à nova identidade nacional. De um lado os modernistas ligados a São Paulo, e do outro, os artistas ligados ao Nordeste, cada um com uma proposta de Brasil, mas ambos concordavam num aspecto: o caráter mestiço do país.

---

<sup>74</sup> RAGO, M., Prefácio: Sonhos de Brasil. In: ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., p. 15.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 13

<sup>76</sup> Citação de ALBUQUERQUE JR, D. M. Op. Cit., p. 20-21, posteriormente o autor conclui que ela também ajudou na invenção do Nordeste.

Aliado aos artistas, os discursos sociológicos de Gilberto Freyre foram capitais para a configuração racial, social, mas, sobretudo, psicológica ou emocional do povo do Nordeste, gerando um dos elementos centrais da nova identidade nacional.

A produção sociológica de Gilberto Freyre, bem como a dos chamados ‘romancistas de trinta’, têm no trabalho com a memória a principal matéria. Estes últimos vão tentar construir o Nordeste pela rememoração de suas infâncias, em que predominam formas de relações sociais agora ameaçadas. Eles resgatam a própria narrativa como manifestação cultural tradicional e popular, ameaçada pelo mundo moderno, e a tomam como expressão do regional. Enquanto em São Paulo os modernistas procuravam romper com a narrativa tradicional, assumindo a própria crise do romance no mundo moderno, no Nordeste (...) Como numa épica, estes romances querem garantir a continuidade do que foi narrado, querem garantir a reprodução, por meio de gerações deste mundo desentranhado e suspenso na memória: o mundo ‘regional’.<sup>77</sup>

Cria-se, a partir daí, o Brasil Moderno: Sul-Sudeste, e o Brasil Tradicional (espaço da saudade): o Nordeste. Estes intelectuais, filhos da elite regional decadente, vão buscar na memória o período áureo de sua região para apreendê-lo e eternizá-lo através da escrita. Esta escrita também será combativa. Foi a arma escolhida para lutar (ou se defender) contra a modernidade, esta desagregadora que vinha para alterar as relações de mando patriarcais há séculos estabelecidas. O Nordeste é inventado num momento em que é necessário sair em defesa desse espaço em franco declínio econômico, político e cultural e paulatinamente alijado das benesses do Estado.

O Nordeste que emergiu daí

é menos um lugar que um *topos*, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos. Ele parece ser uma citação, ter origem no fragmento de um texto, um extrato de imaginação anterior, uma imagem que sempre se repete. Nordeste, um feixe de recorrências.<sup>78</sup>

Mais do que uma identidade regional, o tom reducionista e repetitivo das imagens sobre o Nordeste levou a estereotipia dessa região, da sua cultura e do seu povo. O Nordeste passa a não existir sem a seca, a não ser verossímil sem os coronéis, jagunços, beatos, santos.

<sup>77</sup> ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., p. 80-81.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 66.

Da mesma forma como ocorreu com o orientalismo,<sup>79</sup> o Nordeste será dito e visualizado a partir de imagens repetidas obsessivamente, como numa atitude desesperada de aprisionar o passado no presente e garanti-lo para o futuro. E da mesma forma que as nações que se narram no passado, ou seja, que vivem da narração de glórias passadas como forma de fugir de um presente no qual vêem seu poder e prestígio se esvaírem, o Nordeste tentou por meio da repetição da narrativa do passado estender suas glórias até o presente.

Quando em 1926<sup>80</sup> Gilberto Freyre leu seu Manifesto Regionalista no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo causou frisson, principalmente, nas elites sulistas que o acusavam de defender ideais separatistas.<sup>81</sup> Certidão de nascimento, base ideológica da consciência regional nordestina, esse manifesto define, discute, exemplifica e propõe ações para a preservação daquilo que Gilberto Freyre considera como sendo os maiores tesouros dessa região: seu povo, sua cozinha, sua arquitetura, o traçado das ruas, o artesanato, dentre outros.

Esclarece que,

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e rêdes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das sêcas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido orgânicamente brasileiro e até americano, quando não mais amplo, que ele deve ter.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> Entendido como a forma de dizer o Oriente de acordo com as imagens criadas pela Europa, Cf. SAID, E.W. Op. cit.

<sup>80</sup> Há controvérsias sobre o ano da escrita do Manifesto Regionalista e se ele realmente foi lido durante o evento. Esta polêmica foi reavivada por Fátima Quintas organizadora da sétima edição do Manifesto Regionalista. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1996. O próprio Freyre reconhece na sexta edição que a primeira edição aparecia “25 anos depois de ter surgido oralmente”, apesar de na primeira edição afirmar que “reconstituiu com alguns pequenos acréscimos o manuscrito há anos abandonado”, “sem nenhuma alteração essencial”. Reconhece, contudo, que a nomeação Manifesto Regionalista foi dada posteriormente. Segundo o noticiário do Diário de Pernambuco de 09/02/1926, o trabalho lido na primeira sessão plenária tratava da “estética e as tradições da cozinha nordestina”, apenas mais uma dentre as numerosas comunicações apresentadas no simpósio. Discussão apresentada por Wilson Martins. *O Manifesto Regionalista que não houve*. Jornal de Poesia. 24/08/2005. Disponível em: <http://jornal.de.poesia.jor.br/wilsonmartins033.html>. Acessado em: 30/04/2009.

<sup>81</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5 ed., Rio de Janeiro; Recife: José Olympio; FUNDARPE, 1985, p. XXVII.

<sup>82</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Cultura, 1955, p. 15.

e continua,

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com antiinternacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo. Êle é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – êste sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por sua formas regional de expressão – que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de interrelação que, ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-rio-grandense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano.

Dizendo sistema não sei se emprego a expressão exata. Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil. Uma nova organização em que as vestes em que anda metida a República – roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gêlos que não existem por aqui – sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e tôda sob medida.<sup>83</sup>

O regionalismo proposto por Freyre inspirou toda uma geração de intelectuais nordestinos e também brasileiros de todas as regiões. Sua proposição de valorização do nacional e a percepção positiva dos valores culturais populares, especialmente a herança africana, até então rechaçada por nossas elites que fitavam invejosos a Europa e que se envergonhavam dos tons negro e mestiço de nossa população, se configurará na marca mais importante da narrativa nacional, a essência da nação brasileira.

Sua ousada proposição de “inspirar uma nova organização do Brasil” pautada não mais nas diferenciações das “ficções estaduais”, mas na criação de regiões maiores que agregassem esses Estados a partir das afinidades sócio-culturais, comporá um ideário importante no sentido de legislar pela coesão social brasileira, mesmo que com o posterior acirramento das desigualdades regionais isso tenha levado a grandes rivalidades, como veremos mais a frente.

Seu regionalismo é conciliador, mas não deixou de estar na briga pela hegemonia cultural na representação do Brasil. Mas deixemos que ele mesmo fale:

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 15-16.

A verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. Alguns até ganharam renome internacional como o mascavo dos velhos engenhos, o Pau Brasil das velhas matas, a faca de ponta de Pasmado ou de Olinda, a rêde do Ceará, o vermelho conhecido entre os pintores europeus antigos por “Pernambuco”, a goiabada e Pesqueira, o fervor católico de Dom Vital, o algodão de Seridó, os cavalos de corrida de Paulista, os abacaxis de Goiana, o balão de Augusto Severo, as telas de Rosalvo Ribeiro, o talento diplomático do Barão de Penedo – doutor “honoris causa” de Oxford – e o literário de Joaquim Nabuco – doutor “honoris causa” de universidades anglo-americanas. Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?

Sem se julgar estultamente o sal do Brasil, mas apenas o seu maior e melhor produtor de açúcar nos tempos coloniais – açúcar que está à base de uma doçaria, rica como nenhuma do Império, e à base, também de uma doce aristocracia de maneiras, de gostos, de modos de viver e de sentir, tornada possível nesta parte da América pela produção e exportação de um mascavo tão internacionalmente famoso como, depois o café de São Paulo – o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempêro. Com Duarte Coelho, madrugaram na Nova Lusitânia valores europeus, asiáticos, africanos que só depois se estenderam a outras regiões da América Portuguesa. Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram aqui recriados para benefício do Brasil inteiro. Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores para tornar-se uma população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias: o paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos. Ou o refúgio daqueles patriotas meio necrófilos cujo patriotismo se contenta em poder evocar, nos dias de festas nacionais, glórias remotas e antecipações gloriosas, exagerando-as, nos discursos, dourando-as nos elogios históricos com brilhos falsos, revestindo-os nas composições genealógicas de azuis também excessivamente heráldicos.<sup>84</sup>

Temos a nordestinidade aqui evocada como matriz da brasilidade, fruto de um tempo em que o Nordeste reinava soberano política, econômica e culturalmente sobre o Brasil, ou melhor, era o Brasil. A nordestinidade não é o sal do Brasil, mas é o açúcar

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 19-21.

“seu maior e melhor produto”, e como o “açúcar” da identidade brasileira tornou-se para Freyre um dos valores civilizatórios mais importantes da brasilidade, adotou as relações entre a casa-grande e a senzala, entre o português colonizador e o negro escravizado, gerando uma democracia racial jamais vista em qualquer outro país. Freyre não esquece, no entanto, de lamentar o lugar ocupado pelo Nordeste no seu presente. Longe dos poderes políticos e econômicos, fora relegado também culturalmente, cabendo a ele apenas o lugar de espaço exótico, perdido no passado, incapaz de representar o novo Brasil que nascia a partir de São Paulo, antenado com os valores da modernidade. Entretanto, recusava-se a ficar parado ante a essa invasão estrangeira, que, com suas “bebidas engarrafadas” e tratores, estava desfigurando desde o traçado das ruas aos valores nacionais, e assevera que o regionalismo que defende não é como o dos “patriotas meio necrófilos”, ou seja, seu movimento não se contentará em evocar um passado morto, mas construirão condições para não deixar morrer esse passado, para revivê-lo, reinventá-lo no presente com o fim de retomar o lugar pelo Nordeste dantes ocupado. Deixemo-lo falar novamente,

Ainda há pouco um estrangeiro viajadíssimo era com que se encantava no Rio de Janeiro: com as velhas ruas estreitas. E não com as largas. Não com avenidas incaracterísticas. Não com as nossas imitações às vezes ridículas de “boulevards” e de “broadways”, por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se sob o sol forte com que o bom Deus ora nos oferece ora nos castiga. Entretanto, quando eu primeiro elogiei aqui as ruas estreitas e lamentei o desaparecimento dos velhos arcos que harmonizavam com elas e das casas e sobrados pintados de vermelho, de verde, de azul ou revestidos de azulejos – azulejos que chegaram a ser condenados estupidamente, no Recife, por lei municipal – foi como se tivesse escrito heresia em porta de igreja ou obscenidade ou safadeza em muro de colégio de moça. O mesmo quando louvei na cidade do Recife o seu resto de recato mouro: outros absurdos para os modernistas da terra pois as cidades deviam ser tôdas abertas ao sol e aos olhos dos turistas e nunca fechadas dentro de paredes, muros e rótulas, aqui mais protetoras do homem do que o vidro nos países de pouca luz e de sol parecido com a lua.<sup>85</sup>

Freyre não poupa críticas aos estrangeirismos introduzidos no Brasil, segundo ele, via Rio e São Paulo, e seu movimento procura reabilitar as tradições do Nordeste. Critica também alguns governantes que, seduzidos pelas modernidades estrangeiras,

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 24-25.

procuravam imitá-las, descaracterizando a singular paisagem brasileira e nossas tradições culturais.

Procuramos defender êsses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e “progressistas” pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como “elegante” e como “moderno”: inclusive êsse carnavalesco Papai Noel que, esmagando com suas botas de andar em trenó e pisar em neve, as velhas lapinhas brasileiras, verdes, cheirosas, de tempo de verão, está dando uma nota de ridículo aos nossos natais de família, também enfeitados agora com arvorezinhas estrangeiras mandadas vir da Europa ou dos Estados Unidos pelos burgueses mais cheios de requê-fifes e de dinheiro.<sup>86</sup>

Mas, ao defender os valores culturais das classes populares, sobretudo a herança africana, sofreu também críticas, provavelmente de uma elite que não aceitava ter sua representação atrelada aos valores culturais africanos e indígenas, pois se percebia como descendente direta de europeus e não de uma corja de selvagens e de negros escravos.

Êste próprio Congresso – o Primeiro Congresso de Regionalismo que se realiza no Brasil e, talvez, na América e, dentro do seu programa, diferente de quantos têm sido realizados noutros países onde já floresce, com outros aspectos, a idéia regionalista, animada na França pelo espírito poético de Mistral e pela inteligência de Maurras – está sendo criticado pelos mesmos aristarcos por se afastar rasgada e afoitamente dos estilos convencionais dos congressos; e juntar a vozes de sábios higienistas como a de Gouveia de Barros, a de poetas folcloristas como Ascenço Ferreira; a comemorações ou a cultos como o da palmeira, o de plantas humildemente provincianas ou regionais como o jasmim de banha ou a herva cidreira ou mesmo o pega-pinto, de que a medicina caseira prepara chás tão úteis; à evocação de velhas modinhas dos salões do tempo de Pedro II, a revivescência de divertimento da gente mais plebêiamente do povo que os requintados desprezam como “cousas de negros”: maracatus, bumba-meu-boi, mamulengo, côco, fandango, xangô, nau-catarineta.

Mas o pecado maior contra a Civilização e o Progresso, contra o Bom Senso e o Bom Gôsto e até os Bons Costumes que estaria sendo cometido pelo grupo de regionalistas a quem se deve a idéia ou a organização dêste Congresso, estaria em procurar reanimar não só a arte arcaica dos quitutes finos e caros em que se esmeraram, nas

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 19.



velhas casas patriarcais, algumas senhoras das mais ilustres famílias da região e que está sendo esquecida pelos doces dos confeitores franceses e italianos, como a arte – tão popular como a do barro, a do cêsto, a da palha de Ouricuri, a de piassava, a dos cachimbos e dos santos de pau, a das esteiras, a dos ex-votos, a das rêdes, a das rendas e bicos, a dos brinquedos de meninos feitos de sabugo de milho, de canudo de mamão, de lata de doce de goiaba, de quenga de côco, de cabaça – que é, no Nordeste, o preparo do doce, do bolo, do quitute de taboleiro, feito por mãos negras e pardas com uma perícia que iguala, e às vêzes, excede, a das sinhás brancas. Porque neste ponto não se limitam os regionalistas do Recife a atitudes de tradicionalistas do paladar nacional à maneira de Eça e Ramalho em Portugal: vão além e dão valor a quitutes até hoje desprezados entre nós como os de origem ameríndia, africana e plebéia.<sup>87</sup>

E a importância dos “valores culinários do Nordeste”, sua “significação social e cultural”, o valor, “quer dos quitutes finos, quer dos populares” foi tema destacado por Freyre em seu Manifesto, visto “a necessidade de serem todos defendidos pela gente do Nordeste contra a crescente descaracterização da cozinha regional”. Pois, “a verdade é que não só de espírito vive o homem: vive também do pão – inclusive do pão-de-ló, do pão-doce, do bolo que ainda é pão”.<sup>88</sup> Segundo ele, três regiões culinárias principais se destacam no Brasil: a baiana, a nordestina e a mineira, influenciadas pelas três grandes matizes de cultura e que também se encontram na base das principais cozinhas regionais brasileiras e de sua estética; a portuguesa, a africana e a ameríndia. O Brasil possui outras influências, sem contudo serem tão marcantes como essas, bem como há diferenças regionais na intensidade dessas influências. Mas,

Onde parece que essas três influências melhor se equilibraram ou harmonizaram foi na cozinha do Nordeste agrário onde não há nem excesso português como na capital do Brasil nem excesso africano como na Bahia nem quase exclusividade ameríndia como no extremo Norte, porém equilíbrio. O equilíbrio que Joaquim Nabuco atribuía à própria natureza pernambucana.<sup>89</sup>

O Nordeste aparece sempre como o espaço onde os valores culturais brasileiros estão melhor equilibrados, onde a mistura deu vazão à melhor síntese onde esses valores culturais estão melhor preservados; figura nesse discurso como a expressão mais

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 28-29.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 30-31.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 33.

autêntica do Brasil. E dentro do Nordeste a centralidade de Pernambuco é destacada, Recife, capital do Nordeste, espaço do qual seu grupo bradava alerta como os guardiães de valores e tradições regionais que se fizeram nacionais e até internacionais.

Outro detalhe que também chama atenção é a predominância portuguesa. Apesar de Freyre dizer valorizar as demais matizes étnicas formadoras do Brasil, ter sido um dos primeiros a positivar a influência cultural africana e exaltar seus valores culturais (culinária, artesanato, moradia, etc.), a matriz da cultura e identidade brasileira no seu discurso é a portuguesa, ele não consegue disfarçar sua admiração dos colonizadores portugueses. Sua influência diante no temperamento harmonioso, da arquitetura, culinária etc. As demais culturas (negra e indígena) são influências, contribuições. A matriz sobre a qual essas outras contribuíram foi a portuguesa.

É claro que a dívida da cozinha brasileira, em geral, e do Nordeste agrário em particular, às tradições de forno e de fogão de Portugal, é uma dívida imensa. Sem êsse lastro, de toucinho e de paio, de grão-de-bico e de couve, bem diversa seria a situação culinária do Brasil. Não haveria unidade nacional sob a variedade regional.<sup>90</sup>

Seu texto é uma tentativa de conciliar as iaiás, as sinhás brancas com as negras “baiana” de tabuleiros, duas grandes tradições culturais brasileiras, a portuguesa e a africana. Mais do que apenas conciliar é como se elas se completassem harmoniosamente, uma fosse complemento da outra. “Uma quase maravilha de acomodação” cultural, social, com “todas as facilidades de comunicação”, de interação entre portugueses e africanos, brancos e negros, criando essa sociedade mestiçamente brasileira e não apenas mestiça na pele, mestiça também no comer, no morar, no vestir, no ser, no viver. Mas ele mesmo nos fala isso:

O sistema casa-grande-senzala, que procuramos estudar em trabalho anterior, chegara a ser – em alguns pontos pelo menos – uma quase maravilha de acomodação do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pai, da mulher ao marido. Também uma quase maravilha de adaptação do homem, através da casa, ao meio físico, embora neste particular, o sobrado e o mucambo talvez tenham superado o sistema inicial.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>91</sup> Idem. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed. Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A., 1977, Tomo 1, p.XLI.

E ainda,

O sobrado, mais europeu, formando um tipo, o mucambo, mais africano ou indígena, formando outro tipo social de homem. E a rua, a praça, a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raça e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo.<sup>92</sup>

O texto do Manifesto encontra-se salpicado de referências às mais tradicionais famílias do Nordeste, os donos de engenhos e sobrados, continuadores dos colonizadores portugueses, já completamente “abrasileirados”, mas mantenedores das heranças culturais portuguesas, matriz sobre a qual, segundo Freyre, a cultura brasileira se formou incorporando outras influências, especialmente a africana. E isso se deveu para Freyre tanto ao tipo psicológico português “o tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis”<sup>93</sup>, quanto a uma história de contatos culturais entre portugueses e outros povos (africanos, mouros, etc.).

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando uma acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura.<sup>94</sup>

Assim, para Freyre, a civilização portuguesa já se erigia sob a marca da mestiçagem e as terras coloniais do Brasil foram seu maior e melhor laboratório. Dessa forma, nossa marca mais famosa, aquela da qual devemos nos orgulhar, segundo Freyre, é ter a civilização mais harmoniosa jamais vista, na qual raças e culturas convivem harmoniosamente, enquanto o resto do mundo, especialmente no período em que os principais escritos de Freyre surgem, décadas de 1930 e 1940, os demais povos estão se

---

<sup>92</sup> Ibidem, p. XLVI.

<sup>93</sup> Idem. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49 ed. rev. São Paulo: Global, 2004, p. 265.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 66.

digladiando por questões étnico-raciais. O Brasil dava exemplo de conciliador e harmonioso e essa herança era mais uma vez um legado português.

Por outro lado, se esse texto está marcado pelas referências às mais tradicionais famílias do Nordeste, “Entre êsses sobrados ou essas casas de sítios, a de Bento José da Costa e depois a da família Siqueira, em Ponte d’Uchoa; a do velho Maciel Monteiro; os sobrados da Madalena e, no centro da cidade, os do Cais do Colégio...”<sup>95</sup>, está também recheado com a cultura e as figuras populares. Entre as mais importantes citadas no texto está a negra vendedora de comida.

Enquanto isto, foi se mantendo a tradição, vinda de Portugal, de muito quitute mourisco ou africano: o alfenin, o alfeolo, o cuscuz, por exemplo. Foram êles se conservando nos tabuleiros ao lado dos brasileirismos: cocadas – talvez adaptação do doce indiano, as castanhas de caju confeitadas, as rapaduras, os doces secos de caju, o bolo de goma, o munguzá, a pamonha servida em palha de milho, a tapioca sêca e molhada, vendida em fôlha de bananeira, a farinha de castanha em cartucho, o manuê. E o tubuleiro (sic) foi se tornando, nas principais cidades do Brasil, e não apenas no Nordeste, uma arte, uma ciência, uma especialidade das “baianas” ou das negras: mulheres, quase sempre imensas de gordas que, sentadas à esquina de uma rua ou à sombra de uma igreja, pareciam tornar-se, de tão corpulentas, o centro da rua ou do pátio da igreja. Sua majestade era as vezes a de monumentos. Estátuas gigantescas de carne. E não simples mulheres iguais às outras.

Muitas envelheceram como que eternas, como os monumentos – as fontes, os chafarizes, as árvores matriarcais – vendendo, no mesmo pátio ou na mesma esquina, doce ou bolo a três gerações de meninos e até de homens gulosos. Algumas ficaram famosas pelo asseio do seu trajo de côr e das suas mãos pretas ou pardas; pela alvura dos panos quase de altar de igreja dos seus tabuleiros, pelo primor dos enfeites de papel azul, vermelho, verde, amarelo, dentro dos quais arrumavam seus doces, seus quitutes: papéis caprichosamente recortados. Outras pelos seus pregões. Outras, ainda, pelos seus cabeções picados de rendas, pelos seus panos da Costa, pelas suas chinelas, pelos seus balangandãs pelos seus turbantes, pelas suas tetéias, pelo seu ar de princesas ou de rainhas não de maracatus, mas de verdade; pelos angus que só elas sabiam fazer gostosos. Rara é a meninice, raro é o passado do brasileiro, hoje pessoa grande ou grave, a que falte a imagem de uma negra dessas, vendedora quase mística de angu, de tapioca ou de bolo ou alfenin recortado em forma de gente, de cachimbo, de bicho, de árvore, de estrêla. Ou a figura de uma mãe, avó, tia, madrinha, senhora de engenho, que o tenha iniciado nos segredos da glutoneria das casas-grandes.<sup>96</sup>

<sup>95</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Cultura, 1955, p. 38.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 36-37.

Lamenta, entretanto, o fato dessas comidas regionais não serem encontradas nos “cafés elegantes”, sendo consideradas vergonhosas, e, por conta da invasão estrangeira, estavam ameaçada de desaparecerem, cedendo lugar para os “doces e pastéis afrancesados e bebidas engarrafadas”. Lamenta desapontado e sentencia: “Tôda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se”.<sup>97</sup> E vocifera,

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não tem gosto nem tempo para ler os velhos livros de receita de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receita de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e ao mesmo tempo boas quituteiras para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa.<sup>98</sup>

Está então nas mãos das mulheres, sejam negras quituteiras ou das moças de famílias tradicionais, as futuras iaiás, grande parte da responsabilidade de manter as tradições nordestino-brasileiras e não apenas a culinária, cuja importância já foi bastante frisada por Freyre, mas também como nos sugere o citado acima, a tradição religiosa cristã e a família patriarcal.

Como forma de barrar essa marcha para a descaracterização da cultura nordestina, propõe ações concretas, com vistas à preservação desses valores culturais,

Creio que não haveria exagero nenhum em que este Congresso, pondo no mesmo plano de importância da casa, a mesa ou a cozinha regional, fizesse seus seguintes votos: 1º Que alguém tome a iniciativa de estabelecer no Recife um café ou restaurante a que não falte côr local – umas palmeiras, umas gaiolas de papagaios, um caritô de guaiamu à porta e uma preta de fogareiro, fazendo grude ou tapioca – café ou restaurante especializado nas boas tradições da cozinha nordestina. 2º Que os colégios de meninas estabeleçam cursos de cozinha em que sejam cultivadas as mesmas tradições. 3º Que todos quantos possuírem em casa cadernos ou Mss. antigos de receitas de doces, bolos, guisados, assados, etc., cooperem param a reunião dessa riqueza hoje dispersa em manuscritos de família, esforço de que o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste tomará a iniciativa,

---

<sup>97</sup> Ibidem, p. 40-42

<sup>98</sup> Ibidem, p. 42.

nomeando uma comissão para a colheita de material tão precioso e digno de publicação.<sup>99</sup>

A narrativa do Manifesto Regionalista tem muito a dar, é um texto no qual sentimos, a cada palavra escrita, a tentativa de aprisionar o passado no presente, por meio da evocação desse passado rico e glorioso que se encontra ameaçado no presente. Tingido pela saudade, este discurso possui todos os elementos de uma narrativa regional, mas que se pretende nacional. O Manifesto Regionalista é uma narrativa da nação, ela se coloca nesse rico cenário nacional da década de 1920, como uma alternativa de narrar a nação (naquele vazio narrativo temporário, para a escolha da versão que melhor se adéqua aos novos tempos).

E como narrativa nacional, possui todos os elementos necessários para a atribuição de uma identidade nacional. É uma narrativa envolvente, que consegue juntar na trama que cria os símbolos nacionais, a tradição, a preocupação com o retorno às origens, com a continuidade e também com a intemporalidade. A identidade brasileira se perde no tempo: sua essência, o caráter mestiço, é anterior à conquista do Brasil, vem de longe. Os portugueses já a carregavam em germe, mas é no contato voluptuoso do português com a mulher exótica (índia e negra) que se dá o mito fundacional que gerou o povo brasileiro, que é fruto da “combinação, fusão, mistura” povo único, singular que apesar de ser representado pelos ioiôs, sinhôs e bacharéis de um lado, e por negras quituteiras, curandeiros, sertanejos, matutos, jangadeiros do outro, é uno, é o povo brasileiro que se formou nessa “quase maravilha de acomodação”.

Mas houve entre o discurso regionalista de Freyre, a sua exaltação da riqueza histórica e cultural do Nordeste e a forma como a região se configurou nos discursos políticos, jornalísticos etc., marcado sob o estigma da seca, conforme nos assinalou o estudo de Durval Albuquerque Jr., uma enorme discrepância. Ademais o Nordeste figurar como o reduto dos valores mais tradicionais do Brasil, ele o fez muitas vezes sob o signo do arcaísmo, como território da saudade, e, aliado a esse, um outro discurso, que passando a tornar-se mais presente a partir da segunda metade do século XIX, ainda sob a designação de estados do Norte, os problemas climáticos que assolavam (e ainda assolam) esta região passam a ganhar força representativa muito grande, especialmente nos discursos políticos, com o fim de obter recursos para a região.

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 43-44.

## 2.4 - “O Outro Nordeste”: entre representações e apropriações.

Existem dois nordestes, na verdade existem muitos outros, mas dois se fixaram na memória dos brasileiros da época. O primeiro vinha de longa data dos tempos em que o Nordeste reinava sozinho na história do Brasil, o tempo da opulência e poderio político nordestino da casa-grande, da cana de açúcar, dos sobrados. O outro que começa a aparecer nos discursos a partir da segunda metade do século XIX, quando “parece ter tido seu primeiro eco nacional por ocasião da seca de 1877”<sup>100</sup>, mas que se configura física e ideologicamente a partir da década de 1920 do século passado, momento de crise da primeira representação nordestina e no qual, o segundo (o outro) Nordeste passa a ganhar campo e muitas vezes a se sobrepor ao primeiro.

A descoberta da força política de mobilização pela piedade do discurso do flagelo da seca transforma as elites políticas e econômicas nordestinas, os aristocráticos senhores de engenho, em pedintes lamurientos, dependentes das verbas federais para a manutenção de seu *status quo*, se não no cenário federal, pelo menos no regional/local. Num tempo em que a lavoura da cana já havia passado por sucessivas crises e que havia deixado de ser o produto principal do Brasil, desde meados do século XIX, essa elite passa a viver em função da importância que tiveram no passado, em frisar que, por séculos, o Nordeste sustentou o Brasil e que agora, quando enfrentavam as adversidades climáticas e econômicas, o Centro-Sul, que ajudou a enriquecer, deveria comprometer-se em ajudá-los.

Essa narrativa no passado, que vai caracterizar o Nordeste a partir desse momento, será evocada como lembrete às elites sulistas do dever nacional de socorrer região tão importante para o país, berço da civilização brasileira. Este discurso, tendo como força dramática as paisagens ressequidas, a terra rachada, as carcaças do gado espalhadas pelo caminho, o povo morrendo de fome e de sede, foi eficaz. Recurso imagético-discursivo ao qual era impossível ficar imune diante de tanto sofrimento de seus irmãos nordestinos sob pena de advogar contra a unidade nacional, ou mesmo não

---

<sup>100</sup> VIANA FILHO, Luiz. Em favor do Nordeste: discurso do Senador Luiz Viana Filho, em 23 de setembro de 1975, sobre a situação do Nordeste. Brasília, 1975, p. 3.

ser considerado humano por não se comover com tão grande calamidade que afligia seus compatriotas.

Vejamos o que nos fala Freyre em seu livro *Nordeste*, escrito em 1937,

A palavra “Nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol.

Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sancho-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, de feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra.

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. Onde a água faz da terra mais mole o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios.

Um Nordeste com a cal das casas de telhas tirada das pedras do mar, com uma população numerosa vivendo de peixe, de marisco, de caranguejo, com as mulheres dos mucambos lavando as panelas e os meninos na água dos rios, com alguns caturras ainda iluminando as casas a azeite de peixe.

Um Nordeste oleoso onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas. Da terra. Do cabelo preto das mulatas e das caboclas. Das árvores lambuzadas de resinas. Das águas. Do corpo pardo dos homens que trabalham dentro do mar e rios, na bagaceira dos engenhos, no cais do Apolo, nos trapiches de Maceió.

Esse Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar – de que não se sabe o nome – e talvez da primeira casa de pedra-e-cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; do Palmares de Zumbi – uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo seu centro em Pernambuco.

Alias há mais de dois Nordeste e não um, muito menos o Norte maciço e único de que fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças, às vezes profundas.



O Nordeste do massapê, da argila, do húmus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, de areia seca. A terra aqui é pegajenta e melada. Agarra-se aos homens com modos de garanhona. Mas ao mesmo tempo parece sentir gosto em ser pisada e ferida pelos pés de gente, pelas patas dos bois e dos cavalos. Deixa-se docemente marcar até pelo pé de um menino que corra brincando, empinando um papagaio; até pelas rodas de um cabriolé velho que vá aos solavancos de um engenho de fogo-morto a uma estação da Great Western.

Há quatro séculos que o massapê do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos tópicos pela civilização agrária dos portugueses.

O massapê é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger da areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjôo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões.<sup>101</sup>

Temos então colocados dois Nordeste mediado pela água, sua abundância ou sua falta. Este é o aspecto definidor dos *Nordestes* para Freyre. O Nordeste abundante de água é rico econômico e culturalmente, é alegre, doce, acomodaticio, no *outro*, a secura se espalha pela paisagem, pelas pessoas, a terra se torna agressiva a expulsar seus habitantes. Esse último foi o apropriado pelo Sul no seu “exagero de simplificação”, como ele nos diz, chegando ao ponto da palavra Nordeste não sugerir nada além de seca.

Gilberto Freyre foi o maior responsável pelos discursos, imagens, conceitos que sintetizados e, incorporados ao imaginário nacional, passaram a representar o Nordeste, sobretudo o Nordeste da cana-de-açúcar, opulento, primeiro “centro da civilização brasileira” do qual herdou os valores culturais mais ricos e autênticos. No entanto, ele não fez isso sozinho, manteve a seu lado uma série de artistas, intelectuais, políticos, entre outros, homens diversos entre si, de várias cores e matizes políticas, unidos, contudo, por uma consciência regional que se sobrepunha aos estadualismos, uma “unidade essencial, que nos une”, reunidos em torno do Centro Regionalista do Nordeste fundado em 1924 no Recife, conforme nos conta em trecho do Manifesto:

---

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5 ed., Rio de Janeiro; Recife: José Olympio; FUNDARPE, 1985, p. 5-7.

Tôda terça-feira, um grupo apolítico de ‘Regionalistas’ vem se reunindo na casa do Professor Odilon Nestor, em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região – inclusive sorvete de Coração da Índia – preparados por mãos de sinhás. Discutem-se então, em voz mais de conversa que de discurso, problemas do Nordeste. Assim tem sido o Movimento Regionalista que hoje se afirma neste Congresso: inacadêmico mas constante. Animados por homens práticos como Samuel Hardman e não apenas por poetas como Odilon Nestor; por homens politicamente da “esquerda” como Alfredo Moraes Coutinho e da extrema “direita” como Carlos Lyra Filho.<sup>102</sup>

Ademais aos esforços freyrianos de não ver o seu Nordeste reduzido ao discurso da seca, as elites nordestinas estavam mais interessados em montar um discurso que aliasse a antiga importância nordestina com a atual situação de miséria causada pela seca. Assim os discursos dos políticos nordestinos foram constituídos pelas apropriações e reelaborações dos discursos freyrianos; do movimento regionalista; dos romancistas de 1930; das expedições científicas, a partir do interesse das elites políticas e econômicas locais.

Como um dos maiores ideólogos do Nordeste, Freyre influenciou toda uma geração. Os romancistas de 1930, outra grande força representativa desse espaço, incorporaram boa parte da visão freyriana de Nordeste, mas ressaltaram também o outro Nordeste. O Nordeste da seca, da terra gretada, dos flagelados, dos retirantes em paus-de-arara. O sucesso alcançado pelos dramas nordestinos, romanceados por essa literatura regionalista foi muito grande.

Essa literatura ajudou a mediar à percepção e o conhecimento do Nordeste pelo restante do país, especialmente pelo Centro-Sul, seus maiores consumidores. Aliado aos romances, uma série de expedições jornalísticas, políticas, científicas foram empreendidas em direção ao Nordeste, especialmente em períodos de grandes estiagens, e os relatórios/notícias dessas visitas figuraram na imprensa, no Senado, na Câmara, junto ao governo federal, aos ministérios, cobrando ações, criando e mediando identidades.

Dessa forma, a representação freyriana do Nordeste adequava-se apenas em parte aos interesses das elites nordestinas. A exaltação da opulência e primordialidade Nordestina funciona no sentido de recolocar a importância do Nordeste no cenário nacional. No entanto, sozinho não possuía a força mobilizadora necessária à consecução

---

<sup>102</sup> Idem. *Manifesto Regionalista*. p. 14.

dos recursos financeiros necessários. Nesse sentido, o discurso da seca era mais adequado, funcionava melhor

Chartier já nos alertava que os discursos (escrito ou falado, “ficcional”, “científico” ou “político”, verbais ou não verbais) podem ser apropriados de formas radicalmente diferentes da pensada por seus produtores, pois “as práticas de apropriação sempre criam uso ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”.<sup>103</sup> Assim, os discursos estão sujeitos às práticas e condições de recepção desses mesmos discursos, recepção essa permeada por uma série de fatores, desde as diferentes formas que a tríade texto, o objeto que o comunica, e o ato que o apreende<sup>104</sup> se combinam, quanto às relações do discurso com o lugar, com o tempo, e com os interesses dos “consumidores” desse discurso.

O discurso da seca, como já foi dito, é mais antigo, contudo ele só adquire os contornos de uma “indústria da seca” mais tarde, em meados do século XX, quando da sua intensificação e as reivindicações tomam corpo, personificando-se numa série de “instituições” como DNOCS, Sudene, Banco do Nordeste, entre outras.

Ao fazermos um rápido passeio pelos anais do Congresso Nacional logo nos deparamos com as reivindicações da bancada Nordestina, como a que ocorreu no dia 15 de setembro de 1903, no qual constava, na Ordem do dia, em segunda discussão, o projeto do Senado de número 21, que versava sobre os “socorros às populações flagelladas pela secca”,

Autorizando o Poder Executivo a despende, pela verba “Socorros Publicos”, do Orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, as quantias necessárias para acudir ás populações reduzidas á miseria pela secca que flagella os sertões de alguns Estados do Norte, abrindo para tal fim os creditos suplementares que forem precisos.<sup>105</sup>

Projeto sobre o qual o senador Vicente Machado teceu as seguintes considerações:

<sup>103</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 234.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 224.

<sup>105</sup> *Annaes do Senado*. Discussão do projeto autorizando as despesas necessárias como socorros às vítimas da seca. Livro vol. 2, 1903, p. 378.

Sr. Presidente, comprehende-se bem que a situação afflictiva das populações do Norte do paiz reclama severas e enérgicas medidas por parte do Governo: e, justificada estava a eliminação de todos os tramites regimentaes para que o projecto de lei salvadora fosse levar o necessario allivio e conforto solicitados ás populações batidas pela secca; mas, infelizmente – e é sobre este ponto que vae versar a minha exposição – as medidas lembradas no projecto, para que votámos urgencia, são medidas das quaes está autorizado a lançar mão o Governo pela legislação vigente. (*Apoiados*)

(...)

Desejo votar tudo quanto for necessario para derimir a situação melindrosa em que se debatem as populações de alguns Estados do Norte, mas acho que estamos votando, permitta-me o Sr. Senador pela Capital Federal, um projecto que absolutamente não satisfaz.<sup>106</sup>

E, segundo o senador, o projeto não satisfazia por dois motivos principais. Primeiro estava-se votando a autorização do poder executivo para algo que ele já estava autorizado a realizar, qual seja a utilização das verbas de “Soccorros Publicos” em situações emergenciais, e, segundo, o projeto impunha limites aos gastos que o governo federal poderia depreender para atender as populações do Norte<sup>107</sup> atingidas pela seca. E como se tratava de despesa que

pela sua propria natureza, não póde ser prevista e, portanto, torna-se necessario autorizar o Governo a reagir contra a acção das forças naturaes, deixando-o aparelhado a resistir á acção destruidora e damnificadora dos poderosos elementos da natureza; e assim é necessario que essa despesa vá até onde o damno possa tambem ir.<sup>108</sup>

Acentuemos que o autor do projeto, o Sr. Lauro Sodré, era senador pelo Distrito Federal e que as discussões versaram pela adequação do mesmo a real necessidade dos estados do Norte, que era “enormissima”. Vemos então, desde o início de século XX, e arrastada por todo o século (e ainda presente hoje no início do século XXI), a questão da seca presente nos discursos políticos no cenário nacional, como uma questão nacional e não apenas regional a qual necessitaria de esforços de toda a nação para a sua

---

<sup>106</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>107</sup> Como o Nordeste é uma “invenção” recente, da segunda década do século XX, em várias passagens do texto e nas fontes teremos a antiga expressão “Estados do Norte” para designar a região Nordeste e mesmo em documentos de 1970 ainda encontramos a denominação Norte referindo-se, na verdade, ao Nordeste.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 380.

resolução. A força mobilizadora do discurso da seca era tamanha que quando um parlamentar se levantava para questionar algum projeto que previsse verbas para socorro aos Estados vítimas da seca, o fazia com todo o cuidado para não ser mal interpretado, e o questionamento se dava para dizer que as verbas eram insuficientes ou apoiar o regime de urgência passando o projeto a ter prioridade sobre todos os outros. O apoio era incontestado ou pelo menos quem se opunha não tinha coragem de se pronunciar.

Voltando ao período estudado neste trabalho, entre as décadas de 1940 e 1970, muitos outros discursos podem ser encontrados nos anais do senado federal sobre os problemas nordestinos, dentre eles a seca, como o mais grave e os demais, na maioria das vezes, decorrentes dele: migração, pobreza, falta d'água, de comida, analfabetismo, desigualdades regionais, dentre outros.

Encontramos um discurso em 1947 do deputado Luiz Viana Filho, que foi publicado com o título: *O aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*, versando sobre a necessidade urgente de estudos que viabilizassem obras de recuperação do Rio São Francisco<sup>109</sup> que estava “morrendo”, se não fossem tomadas as medidas preventivas necessárias, por meio de obra “verdadeiramente gigantesca”, uma verdadeira “cruzada” para salvar tão importante rio o que resolveria tanto grande parte do maior problema gerado pela seca, a falta d'água, quanto alavancaria o desenvolvimento regional do Nordeste, e utilizava para sustentar isso o sucesso obtido por obras semelhantes no rio Tennessee nos Estados Unidos que fez o vale do Tennessee entre outras coisas sextuplicar sua capacidade transportadora.

Todavia se grande é meu entusiasmo e minha fé nas obras que devem ser realizadas no São Francisco, não é menor minha convicção de que, primeiro, há muito que pensar. Só numa coisa não devemos pensar: no quanto a gastar. Mas, devemos meditar sobre o modo por que há de ser realizada essa obra verdadeiramente gigantesca, única no Brasil, e rara no mundo: obra que se destina não apenas aproveitar o vale, mas a constituir-se também num exemplo para toda a nacionalidade. Será posta à prova a própria capacidade de realização, de iniciativa, de execução de nossa gente, porque, verdadeiramente, dentro das

---

<sup>109</sup> Sobre esse mesmo tema versava outro discurso encontrado nos Anais do Senado: NOVAES, Henrique de. As obras contra as secas e a recuperação do vale do São Francisco; conjugação de dos dois serviços; caixas de custeio: discurso, requerimento, sugestões e estudos técnicos. Anais do Senado, Livro vol. 9, p. 230-235; 347-385.

dimensões que requer, ela transcende de muito a uma realização regional para ser de fato grande obra nacional.<sup>110</sup>

Entretanto, caso as obras no São Francisco não fossem realizadas, “o curso do rio, que tem sido, através de nossa história, o elo de ligação entre o Norte e o Sul do país”, se transformará “no deserto que separará as populações do Norte e do Sul do país”.<sup>111</sup>

Outro exemplo foi o discurso pronunciado em 1957 pelo senador Fernandes Távora, no qual aprecia os problemas impostos à recuperação econômica do Nordeste. Assinala o senador a carência de indústrias, de eletrificação, de estradas pavimentadas, mas salienta o potencial dessa região conforme as conclusões constantes nos relatórios emitidos pela Missão Econômica Paulista, as quais cita em seu discurso: “que aquela região apresenta possibilidades econômicas de imediato aproveitamento, facilitadas pela energia elétrica de Paulo Afonso, - fatura de matérias-primas naturais e pelo enorme mercado em embrião, ali existente.”<sup>112</sup> E ainda completa,

Pensa êsse grande industrial que todos os homens de negócio deveriam compreender que o Brasil não limita suas possibilidades econômicas aos Estados do centro e sul. Salientou ainda o Senhor Caporossi que na América Latina, somente o México e a Argentina possuem população superior à do Nordeste, o que reforça a opinião sobre as qualidades desse enorme mercado, ainda praticamente inexplorado e onde os industriais encontrarão mão-de-obra fácil e força motriz de baixo custo.<sup>113</sup>

Seu discurso se ergue “na defesa do nosso Nordeste, que, de fato, tem sido abandonado pelos governos da Federação, nestes últimos anos”, a favor “de um povo que vive entre ansiedades, tormentos e agonias”, “sempre à mercê das inconstâncias climáticas”. Mas se ergue também para salientar a importância do fortalecimento da economia do Nordeste para o futuro econômico do Brasil, visto ser o Nordeste o maior consumidor dos produtos sulistas e que, “se não houver positivo aumento do consumo interno, ergo, do poder aquisitivo do Nordeste sombrias perspectivas se abrirão às novas

<sup>110</sup> VIANA FILHO, Luiz. *O aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Discurso proferido na sessão de 23/09/1947 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 9. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>112</sup> TÁVORA, Fernandes. O problema da recuperação econômica do Nordeste. *Anais do Senado*, Livro vol. 5, 1957, p. 141. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 141.

indústrias e, conseqüentemente, ao futuro econômico do Brasil.”<sup>114</sup> Assim o desenvolvimento do Nordeste é uma questão nacional e não apenas regional.

A nação é um grande todo complexo, um vasto sistema de vasos comunicantes os quais circula a seiva que deve alimentar igualmente todos os seus órgãos.

Compreende-se, facilmente, que, para a perfeita sanidade dessa imensa máquina viva, possa cada órgão executar trabalho diferente, mas sob o ritmo de uma coordenação, preestabelecida, sem o que não seria possível unidade de ação, isto é, a vida.

Se, por qualquer circunstância, algum desses membros não receber o necessário nutrimento, certa será a mutilação ou morte do organismo, de acordo com a importância do órgão atingido.

Como os organismos animais, as comunidades sociais não podem viver sem qualquer dos seus órgãos essenciais.

Assim, pois, se o Brasil deseja conservar a sua unidade, só tem um caminho a seguir: envidar todos os esforços para melhorar quanto possível, a economia do Nordeste, assertiva que dispensa comprovação a quantos têm qualquer noção do nosso intercâmbio comercial e da nossa precária economia política.<sup>115</sup>

Assim, seu discurso percebe o Nordeste como órgão vital para o funcionamento do Brasil e assevera, em tom de alerta, a necessidade de se reverter os desequilíbrios econômicos para o bem da unidade nacional. Esse é um fator sobre o qual vários outros discursos proferidos no senado federal voltarão, tanto em relação ao Nordeste como um todo, quanto com relação a Bahia em particular, como veremos no próximo capítulo, e que chegara a seu ápice dentre os discursos aqui analisados num discurso do senador Luiz Viana de 1975, ao qual nos voltaremos mais adiante.

No ano seguinte será a vez do senador Ezequias da Rocha reclamar:

Sr. Presidente, não obstante notícias de chuvas no Piauí e Ceará, continuam a ressoar os clamores que vêm do Nordeste.

No meu Estado, a situação é calamitosa. É o que referem notícias que de lá me chegaram.

Ainda agora recebi telegrama de velho amigo, Sr. Jeremias Gomes Costa e outros contrerrâneos, informando-me da falta de água na cidade de Paulo Jacinto, onde desde setembro último não chove. Diz-me, também, em carta, o Sr. Oswaldo Souto, que estão sofrendo

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 138-142.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 140.

grandes prejuízos alguns fazendeiros do sertão alagoano. Na zona da mata, é grande a redução da safra de cana.<sup>116</sup>

e junta-se a ele, por meio de aparte, a voz do senador Leônidas Mello: “Associo-me ao apêlo que V. Exa. dirige, neste momento, à Nação. Também de diversos pontos do meu Estado, continuo a receber inúmeros telegramas sôbre a calamidade da sêca”. E continua o senador Ezechias,

Agradeço o aparte de V. Exa. Muito séria, pois, a situação em meu Estado.

Segundo já nos informou o Senador Ruy Carneiro, o Presidente da República prometeu todo o apoio aos nordestinos, promessa já concretizada com a assinatura de dois decretos abrindo crédito no total de Cruzeiros 150.000.000,00 pelo Fundo Socorro Contra as Sêcas. Além dêsses decretos, o Ministro Lúcio Meira, pediu a liberação de todas as verbas consignadas no orçamento e destinadas às estradas, açudes e irrigações do Polígono. E mais ainda, o Presidente Juscelino Kubitschek declarou que se êsses recursos não fôsem suficientes, abriria novos créditos extraordinários. Como se vê, o Govêrno Federal está empenhado em levar às vítimas da sêca todos os recursos necessários para enfrentarem vantajosamente os maléficos efeitos do flagelo.

Diante dessas providências, estou certo de que os sertanejos alagoanos serão socorridos, não lhes faltando trabalho e, conseqüentemente, os meios de subsistência, que os livrarão da fome e da miséria a que os atirou a inclemência da sêca.<sup>117</sup>

Duas questões curiosas chamaram-nos atenção neste discurso, mas também noutros discursos analisados, por serem questões silenciadas em numerosos trabalhos que discutem a região Nordeste. O primeiro foi a quantidade de reclamações acerca das inundações no Nordeste. Parece contraditório, mas o Nordeste, que se construiu sob o signo da seca, cai um pouco por terra, quando se percebe o número de vezes que subiu à tribuna do senado, nordestinos reclamando a respeito das calamidades causadas pelo excesso de chuva.<sup>118</sup> A outra questão refere-se à percepção de São Paulo, e do Centro-

<sup>116</sup> ROCHA, Ezechias da. A sêca que assola o Nordeste. *Anais do Senado*, Livro vol. 2, 1958, p. 388. Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 389.

<sup>118</sup> Dentre os discursos analisados encontramos seis discursos que versam sobre inundações por excesso de chuva ou que fazem referência a esse assunto, perfazendo um total de 25% do total lido, são eles: GONÇALVES, Ribeiro. Inundações no Nordeste; amparo às populações das zonas devastadas. *Anais do Senado Federal*. Livro vol.4, 1947, p. 6-7; ROCHA, Ezechias da. A sêca que assola o Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 2, 1958, p. 388-389; FIGUEIREDO, Argemiro de. Lendo telegrama a respeito dos prejuízos causados pelas enchentes na região do Nordeste do País. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 5, 1960, p. 449-450; PARENTE, Joaquim. As inundações no Nordeste. *Anais do Senado Federal*.



Sul como um todo, não como inimigos, mas como aliados na luta contra a seca, tão diferente dos antagonismos acentuados entre Nordeste e Sul em trabalhos a respeito do Nordeste. Se essa aliança não foi uma constante nos discursos, tampouco a rivalidade o foi.<sup>119</sup> Assim, o senador Ezechias da Rocha agradece a contribuição paulistana para o enfrentamento do problema da seca:

Quero aqui, também, assinalar o gesto humano e fraterno de São Paulo diante do flagelo. O Governador Jânio Quadros, preocupado com as conseqüências da calamidade, depois de afirmar “que seu Estado não pode ficar indiferente à sorte daquela região”, determinou que o titular da Secretaria do Trabalho viesse ao Nordeste e verificasse, *in loco* a situação, apresentando-lhe, de volta, seu relatório.

Por sua vez, o Sr. Francisco Franco, do PR daquele Estado, apresentou à Assembléia Legislativa projeto de lei autorizando o Poder Executivo a despendar dez milhões de cruzeiros com os socorros ao flagelados.

Com essas providências, São Paulo, para cujo engrandecimento tem contado com o braço e a inteligência dos nordestinos, revela não só se reconhecimento à capacidade dos vigorosos colaboradores do seu progresso, mas também o sentido nacional que norteia o espírito público de seus filhos e preside aos seus destinos.

A São Paulo, ao seu Govêrno, ao seu grande povo, os agradecimentos de Alagoas, através dêste seu representante nesta Casa. (*Muito bem; muitobem*).<sup>120</sup>

Percebemos que o debruçar sobre as fontes pode nos trazer surpresas, pondo por terra algumas conclusões taxativas, ou pelo menos perturbando nossa percepção de determinados assuntos que pareciam resolvidos, cujas conclusões pareciam inquestionáveis. Mas voltemos aos discursos. O então Deputado Luiz Viana retorna à

---

1960, p. 776-779; MAYNARD, Jorge. As inundações no Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 7, 1960, p. 842-848; VIANA FILHO, Luiz. Em defesa da Bahia: discursos proferidos na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa Nacional, 1960, p.11. Isso nos faz perceber que o problema enfrentado atualmente (2009) pelo Maranhão, há mais de um mês debaixo d’água, é um problema antigo, mais um problema do Nordeste.

<sup>119</sup> Noutros cinco discursos percebemos Centro-Sul e Norte-Nordeste irmanados contra os problemas que afligem essa região (na maioria das vezes não está explícito o estado que o parlamentar representa razão pela qual creio que o número é maior, inclui aqui só os exemplos que o apoio do Centro-Sul ao Nordeste é explicitado), são eles: Annaes do Senado. Discussão do projeto autorizando as despesas necessárias com socorros às vítimas da seca. Livro vol. 2, 1903, p. 378-385; TÁVORA, Fernandes. O problema da recuperação econômica do Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 5, 1957, p. 138-142; ROCHA, Ezechias da. A seca que assola o Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 2, 1958, p. 388-389; MAYNARD, Jorge. A visita feita ao Nordeste pela Missão Econômica Paulista. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 1, 1958, p. 856-858; CANEIRO, Ruy. Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 2, 1958, p. 113-126.

<sup>120</sup> ROCHA, Ezechias da. A seca que assola o Nordeste. *Anais do Senado*, Livro vol. 2, 1958, p. 389. Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

tribuna em 1960 para denunciar “o progressivo, ininterrupto e continuo abandono dessa infeliz região chamada Norte do Brasil”, e prossegue

Não desejo, entretanto, Sr. Presidente, perder-me em palavras dêsse perecimento constante e cada vez maior, dada a diferença de tratamento que se estabelece, terrível discriminação nacional, em que se trata do Sul de uma maneira e o Norte de outra, quando o normal seria que, justamente por necessitar mais, fôsse o Norte objeto do maior cuidado, do maior desvêlo, da maior atração por parte dos poderes do País. Entretanto, se consultarmos as próprias publicações oficiais, vamos ver que dia a dia o Norte estará em piores condições que o Sul.<sup>121</sup>

As disparidades entre o Norte-Nordeste e o Sul do país será uma constante nos discursos consultados. Vários dados são lançados mãos para comprovar as desigualdades: atendimento de rede elétrica, de rodovias abertas, número de indústrias, renda per capita, entre muitos outros fatores, são chamados à baila para comprovar as grandes desigualdades regionais em prejuízo do Norte-Nordeste e a menor quantidade de investimento total e proporcional na região em detrimento do Sul.

Diante dessa situação, reclama que o apelo dos deputados da bancada nortista não está sendo ouvido pelo governo “Embora o Norte tenha um grande número de representantes aqui, entre os quais me incluo, vivemos a lançar palavras ao neutro, vivemos a falar não e a não ser ouvidos, como se o Govêrno fôsse composto não de homens que ouvem, mas apenas de surdos”. Acrescenta em aparte, o deputado Colombo de Souza, que o problema nem sempre é o governo, muitas vezes ele está nos próprios deputados nortistas,

O que se verifica, senhor Deputado, é a mais absoluta decadência política do Norte e do Nordeste brasileiros nesta fase atual da vida nacional. Os representantes daquelas regiões nesta Casa – o que é lamentável – não agem, não se unem na defesa dos interesses das mesmas.<sup>122</sup>

e ainda continua o deputado Colombo de Souza,

<sup>121</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Em Defesa da Bahia: discursos proferidos na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p. 11. Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 11.

A diferença, hoje, entre o Sul, desenvolvido, e o Norte, subdesenvolvido, é muito maior do que entre o Brasil e as nações industriais, portanto a renda média de São Paulo é superior 3 vezes à renda média, per capita, de um Estado como o Piauí. Portanto, o desnivelamento é, realmente, estrondoso. Mas o que vai acontecer, daqui a cinco anos, quando forem executados os planos de desenvolvimento industrial que estão sendo projetados e estão em curso no Sul do País, então a diferença entre o Sul, desenvolvido e o Norte, subdesenvolvido, será tamanha que não suportará, talvez, a unidade nacional, muito embora o nosso amor, a nossa dedicação e o nosso já longo espírito de sacrifício pelo (sic) unidade nacional.<sup>123</sup>

Retomando a palavra, o deputado Luiz Viana acrescenta,

É justamente contra isso que protestamos. O Norte tem fome de estradas, de energia, de assistência. Previu-se uma construção de 6.895 quilômetros de estrada pavimentada, dos quais 5.308 na região sul e 1.577 no Norte, isto é 77% contra apenas 23%. Já era uma cifra clamorosa, mas, se verificarmos o que se fez o que se construiu, na realidade, durante êsse quinquênio de metas, constataremos que, enquanto no Sul se realizaram 85% das obras construídas, isto é, 4.531 quilômetros, no Norte essa construção não atingiu senão 817 quilômetros, isto é, o montante apenas de 15%. Isso mostra que os programas embora medíocres, já feitos em detrimento do Norte, ainda são realizados em piores condições para nós. Enquanto estava previsto que devíamos ter 23% isso já era pouco, o que se fez foi reduzir essa migalha ainda mais, atingindo apenas a 15% de estradas pavimentadas.

É com isso que se vive a dizer aqui que o Governo está voltando para o Norte, que tem interesse no Norte, que é mãe do Norte, que é o pai do Norte, é tudo no Norte. Não, Sr. Presidente, é preciso que o Norte saiba que nada disso é verdade...<sup>124</sup>

Várias vozes ecoam endoçando o discurso do deputado Luiz Viana, apontando tudo o que o Nordeste não tem e tudo de que ele precisa para se desenvolver e tornar-se tão forte e rico quanto o Sul, lugar que, por direito, por sua história, por sua riqueza cultural, o Norte-Nordeste deveria ocupar. Assim, acrescenta o deputado Alves Macedo,

No Nordeste, não: recebemos financiamentos bancários; no Nordeste não recebemos divisas para importação de máquinas que venham melhorar o nível técnico da nossa agricultura; no Nordeste, não recebemos financiamentos nem ajuda dos fundos de eletrificação, para construir hidrelétricas que possibilitem surto industrial na região; no

---

<sup>123</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 13.

Nordeste, não recebemos pavimentação, nem sequer construções de estradas de primeira classe.<sup>125</sup>

E apesar disso, “no último decênio, o Nordeste prestou uma contribuição substancial para o desenvolvimento da região Centro-Sul” e isso porque “ao realizar suas compras no Centro-Sul do País, o Nordeste desembolsou, no período referido, uma média de 70 milhões de dólares por ano”, assim reclamam os deputados que o enriquecimento se dá às custas do sofrimento, do empobrecimento de sua região, razão pela qual a nação precisará tomar medidas substanciais e urgentes para resolver tal estado de coisas, pois, “É o Sul que precisa do Norte, porque o sul não será estável, não será próspero, não será seguro...”. A tudo isso uma pergunta ecoa “é possível continuar-se escravo durante muito tempo, sem um largo sentimento de revolta?”<sup>126</sup>

Esses apelos e ameaças tiveram efeito e a década de 1950 foi marcada pela tomada de uma série de medidas para mudar o rumo dessa história. Em retorno de viagem ao Nordeste “para ver de perto os estragos causados pela seca de 1951”, o Ministro da Fazenda Horácio Láfer apresentou ao presidente Getúlio Vargas a proposta de criação de um banco para a região. A Lei número 1.649 de 19 de julho de 1952 assinada por Vargas, criou o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia”. O banco começou a funcionar efetivamente em 1954 e, junto com ele, também o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Por iniciativa dessas instituições foi criado em 1956 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), posteriormente transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que teve papel decisivo na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, em 1959.

A década de 1960 foi marcada pela tomada de empréstimos, pelo Banco do Nordeste do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para fomentar a industrialização da região e pela inauguração do programa do governo federal de incentivos fiscais para a região Nordeste.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 12-15.

<sup>127</sup> Informações obtidas no site oficial do Banco do Nordeste, no endereço: [http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao/O\\_Banco/Historico/gerados/hist\\_1960.asp?id...](http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_1960.asp?id...) Acessado em 30 de abril de 2009.

Tudo isso tem reflexos nos discursos da década de 1970 analisados, no entanto, o tom de reclamação e a denúncia da persistência de antigos problemas reaparecem a todo o tempo. Outro fator também interfere no conteúdo e no tom desses discursos. Não podemos esquecer de que falamos de um período de vigência da Ditadura Militar no Brasil e os três discursos do então senador Luiz Viana Filho analisados percebem que, com a “Revolução”, a situação nordestina melhora muito, visto que na sua interpretação há uma maior preocupação dos governos militares para com os “problemas do Nordeste”. Essa interpretação não surpreende, vinda de um senador pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA (partido que apoiava a Ditadura Militar), e mesmo para os senadores do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, era temerário ter uma interpretação diferente dessa e defendê-la na tribuna do Senado. No entanto, veremos que, apesar dessa situação, as críticas às políticas voltadas as questões nordestinas vinham de ambas as partes.

Quando sobe a tribuna em 24 de setembro de 1975, para falar “*Em Favor do Nordeste*” o senador Luiz Viana Filho acentua o

notório interesse demonstrado por todos os Presidentes da Revolução, a partir de 1964, pelo desenvolvimento do Nordeste, que por esse tempo, malgrado já se haver criado a SUDENE e o Banco do Nordeste, atingiria índices alarmantes de empobrecimento. Desde a primeira hora, quando visitou o Nordeste em junho de 1964 foi peremptório o inesquecível Presidente Castello Branco ao declarar que era impossível e insuportável prolongar a existência de um Brasil em desenvolvimento, ao lado de outro mergulhado na miséria.<sup>128</sup>

A sensação, no entanto, passados os anos áureos da Sudene e dos incentivos fiscais, era de que “O Nordeste realmente se desenvolveu, mas o Centro-Sul se desenvolveu mais”.<sup>129</sup> A região, no máximo, ficou “menos pobre”, porém naquele momento as verbas federais para o desenvolvimento nordestino eram insuficientes para reduzir as disparidades entre as duas regiões. Luiz Viana Filho ressalta, no entanto, que o Executivo é “sensível”, tem “boa-vontade” e “interesse” pelos “problemas do Nordeste”.

<sup>128</sup> VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 23/09/1975. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 4894-5. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93816>. Acessado em 30/04/2009.

<sup>129</sup> VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 29/04/1975. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 1460. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93826>. Acessado em 30/04/2009.

Mas a “situação nordestina” é, para o referido senador, muito séria, pois, “Hoje, a SUDENE é uma sombra do que foi: urge vificá-la. Dotá-la de recursos, de técnicos, daquele espírito que a fez num real fator de prosperidade para o Nordeste.”<sup>130</sup> Ao que rebate o senador da oposição Leite Chaves, dizendo que o que foi feito pelo Nordeste, foi durante o período no qual Celso Furtado esteve à sua frente, e que “depois da Revolução, a SUDENE passou a ser administrada por burocratas, homens de conhecimentos limitados”<sup>131</sup>, diminuindo assim sua eficácia.

Apesar da sua posição de governista, Luiz Viana sobe a tribuna e faz o seu longo discurso tecendo duras críticas ao II Plano Nacional de Desenvolvimento proposto no governo de Ernesto Geisel, por esse destinar recursos infinitamente inferiores aos necessitados por sua região e, ainda, por destinar maiores recursos as regiões desenvolvidas,

Bastava dizer-se que o mesmo II PND, por sinal elaborado por um nordestino, como é o caso do Ministro Reis Velloso, prevê somente para Indústria Básicas, Desenvolvimento Tecnológico e Infra-estrutura, 716 bilhões para a Região Centro-Sul. Isto é, mais de sete vezes o que se oferece para todo o Nordeste com os seus trinta milhões de habitantes. Salvo se houver o milagre da multiplicação dos pães, bem se vê que o Nordeste não se salvará com recursos relativamente tão modestos. Aliás, para uma população que representa 30% da brasileira, e cerca de 20% do território reservou-se apenas 5,7% dos investimentos previstos naquele Plano de Desenvolvimento Nacional. E isso quando o próprio Plano, muito sensato e patrioticamente, proclama ser necessário que cresçamos a uma taxa superior à do País, para assim diminuirmos o hiato, o doloroso fosso que nos separa das regiões já em desenvolvimento ou desenvolvidas.<sup>132</sup>

Diante disso, o senador não se intimida em afirmar que o Nordeste é “vítima de um sistema espoliativo, que não falta quem o tenha como mais duro do que o colonialismo”.<sup>133</sup> Exauridas suas forças, sugada suas riquezas, expropriadas pela fuga dos capitais, a região Nordeste perece e nela perece também o seu povo. Os sertanejos, cansados de tanto sofrer, migram para o Sul em busca de uma vida melhor, deixando para trás sua terra natal, ficando no Nordeste “somente os velhos, os doentes e os

<sup>130</sup> VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 23/09/1975. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 44901. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93816>. Acessado em 30/04/2009.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 4897.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 4901.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 4902.

homens sem esperança”.<sup>134</sup> Para barrar essa situação é que se eleva sua voz na tribuna e não apenas do senador Luiz Viana, pois a cada vez que pronuncia seu discurso, várias outras vozes da bancada nordestina se juntam para engrossar o coro das lamentações e reivindicações nordestinas, a ponto de Iná de Castro, ao analisar 476 discursos de 84 deputados federais da bancada nordestina entre os anos de 1946 a 1985, concluir que o pedido se tornou o exercício político desses parlamentares.<sup>135</sup> Essa autora percebe também que a bancada nordestina é governista e barganha com isso, ora pedindo, ora exigindo, ora ameaçando velada ou abertamente.

Assim, o senador conclui que a situação tornou-se insuportável e a disparidade entre o Norte e o Sul tornou-se o “mais importante problema de segurança interna do País”. “Ou o Brasil se entrega de corpo e alma, como se estivesse numa guerra, para suprimir o alargamento desse hiato, ou não estaremos contribuindo para a unidade nacional de que tanto nos orgulhamos”, pois a “riqueza e a miséria não viverão indefinidamente juntas.”<sup>136</sup> A essas afirmativas reagiu severamente o senador da oposição Dirceu Cardoso – MDB, dizendo que “não ouvi, aqui, de parte da Bancada da Oposição, nenhuma acusação, nenhuma citação, nenhuma diatribe tão violenta como a que acabo de ouvir.”, razão pela qual “Quero trazer o meu protesto, como sulista, diante da acusação gravíssima que V. Ex deixou transparecer nas suas palavras”.

É uma ameaça maior, a que V. Ex disse, nobre Senador: “uma ameaça à integridade territorial do Brasil”. V. Ex faz, então, uma acusação, um libelo, uma ameaça, e na sua lança atrevida hasteia uma bandeira de desintegração do Território Nacional. Ora, o Sul tem acudido ao Norte no quanto nos é possível. Mas V. Ex Chefe da Casa Civil de um Presidente da República dizer: “ou o Governo da Revolução, depois de 1970, acode ao Norte ou V. Ex não responderá pela integridade nacional”. V. Ex faz uma ameaça tremenda, uma ameaça que nunca aqui ouvimos, nem dos novos Membros da Oposição nem tampouco daqueles do Governo.

(...)

Quero dizer a V. Ex que, como sulista e como brasileiro, quero que minha área passe fome, mas não quero, de modo algum, comprometer a unidade nacional. Quero, sim – e aqui cito as palavras de João Batista para Cristo: “Quero diminuir, mas quero que Ele - minha Pátria – cresça.”<sup>137</sup>

<sup>134</sup> Ibidem, p. 4896.

<sup>135</sup> CASTRO, Iná Elias de. Op. Cit. p. 195-203.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 4893-4.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 4899-4900.

Vemos diante desta celeuma criada a importância da integridade nacional, de proteger a “comunidade imaginada”, mesmo que seja às custas do sofrimento de alguns. Por outro lado, ameaçar com a desintegração dessa comunidade se mostrou uma arma poderosa de barganha, mesmo que no fundo isso não passe de ameaça, e que os mesmos que ameaçam, sejam capazes de discursos tão patrióticos quanto os acima relatados.

Como bem disse o senador Fernandes Távara “a nação é um grande todo complexo” que funciona como um corpo humano composto de partes diferentes, mas que se completam. Cada parte tem seu papel no funcionamento do corpo e todas as partes precisam ser alimentadas para sobreviverem. O que os discursos analisados nos dizem é que o Nordeste não estava sendo alimentado como deveria, pois, assim como no corpo humano alguns órgãos são mais vitais que outros, o Nordeste era uma região de grande importância para o Brasil e não poderia ser tratada como um *órgão de menor importância*.

Veremos no próximo capítulo que os discursos sobre a Bahia seguem essa mesma lógica. A Bahia era também vital para o Brasil, seu berço, sua *alma mater*, pólo econômico de grande importância, e alimentá-la adequadamente era fundamental para manutenção da unidade nacional.



## II CAPÍTULO

### 3.0 - A BAHIA IMAGINANDO-SE NAÇÃO: A NARRATIVA DA BAHIA COMO UMA NARRATIVA NACIONAL.

Não é fenômeno recente que a narrativa da identidade cultural baiana é tingida por elementos como a primordialidade e a singularidade. O fato dos portugueses terem atracado no Monte Pascoal, no que seria posteriormente a Bahia, no dia 22 de abril de 1500 e dela ter abrigado a primeira capital da colônia, sede do governo geral, fez-la crer num destino de liderança das capitanias e posteriormente da nação.

Suas elites consideravam-se mais aptas para governar o país devido a uma destacada inteligência de povo primordial, por essa razão quis manter-se indefinidamente no poder, mas a proclamação da República nos fins do século XIX veio quebrar com a hegemonia baiana.

Singular por ser o berço e espaço de conservação de uma tradição cultural, a Bahia sempre se narrou como o Brasil mais autêntico e as vezes até como um Brasil melhor, e, portanto, podendo até viver em separado do restante do país.

Da necessidade de se repensar após a perder o posto de primeira no Brasil e, conseqüentemente, sua relevância política e econômica, a Bahia vê-se com a tarefa de reinventar-se e o faz de duas formas: Na primeira, assume definitivamente sua herança cultural africana abafada pelas representações da elite. A obra amadiana é um dos palcos desse primeiro repensar. No segundo, insere-se na região Nordeste como forma de obter as verbas federais de apoio às áreas atingidas pela seca e posteriormente para o desenvolvimento regional.

E mesmo apesar de continuar sempre sendo a Bahia tornou-se também Nordeste todas as vezes que necessário.

3.1 – Identidades Individuais e Coletivas: solo movediço sobre o qual construímos a nação.

No capítulo anterior tratamos um pouco sobre as identidades culturais, ou seja, “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”<sup>138</sup>. Enfatizamos, especialmente, as identidades culturais nacionais e regionais. Precisamos pensar agora como as culturas nacionais afetam nossa percepção de nós mesmos, influenciando assim, as identidades individuais.

O ser humano pós-moderno perdeu o chão sobre o qual se assentavam as identidades do sujeito do Iluminismo e do sujeito sociológico.<sup>139</sup> A identidade individual pensada como una, centrada, fixa, como um todo coerente, se desmanchou no ar, sinal de tempos de profundas mudanças que culminaram a partir da segunda metade do século XX. Tempo de incertezas, de questionamentos, de relações sociais cada vez mais complexas, que levou o sujeito pós-moderno a questionar o seu entendimento do mundo, de si próprio. Voltando o olhar para si, interrogando questões até então tidas como resolvidas, homens e mulheres perceberam que não eram apenas um, mas múltiplos. Questões relacionadas à classe, gênero, etnia, sexualidade, posições políticas, pertencimentos a culturas nacionais, dentre outras, concorriam para a sua auto-definição, bem como as representações que, sobre esses sujeitos, se faziam nos vários espaços por eles ocupados: família, escola, trabalho, movimentos sociais, lazer etc., também influenciavam comportamentos, chegando a fazer com que as pessoas assumissem identidades conflitantes, divergentes e até contraditórias.

Por conta dessas redefinições, muitos acreditam que passamos por uma “crise de identidade”. Pensamos, no entanto, que essas mudanças estruturais pelas quais as sociedades e os sujeitos vêm passando criaram as condições propícias para o debate e apreensão de uma nova forma de pensar a identidade. Com o afloramento dos conflitos internos, durante muito tempo silenciados, foi possível percebê-la não como algo pronto e acabado, como uma questão resolvida. Nesse momento, percebemos a identidade como uma questão sempre em aberto, uma produção inacabada na qual trabalhamos diariamente de forma consciente ou não.

O fato de pensarmos hoje a identidade como uma “‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”<sup>140</sup>, não quer dizer que os sujeitos

---

<sup>138</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 8.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 10-13.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 13.

vivam suas identidades dessa forma, que se olhem no espelho e vejam suas imagens refletidas como num espelho quebrado, em pedaços, e o mecanismo que funciona como a “cola” que unifica os “cacos” das nossas identidades é o que Hall chama de “narrativa do eu”. Assim como a nação, os sujeitos também constroem suas próprias narrativas em torno das quais unificam suas identidades conflitantes, construindo-se internamente como um todo coerente. Já dissemos anteriormente que as narrativas nacionais utilizam-se de soluções meio mágicas para resolverem problemas que pareciam insolúveis. Não é diferente com as narrativas individuais. Por meio deste mecanismo é possível conciliar até identidades contraditórias com a criação de uma trama que seja a justificação da sua existência.

Vemos assim que existem afinidades nos processos de produção das identidades individuais e coletivas, pois elas utilizam-se de mecanismos parecidos, o que muda é a escala. Vemos também que a “morte” dos sujeitos do Iluminismo e sociológico se deu apenas em parte, e, principalmente, no terreno epistemológico. Em pelo menos um aspecto, na percepção individual, por mais consciente que as pessoas estejam hoje dos diferentes elementos que compõem suas identidades individuais e coletivas, o esforço da “narrativa do eu” ainda se dá no sentido de unificar essas várias identidades. Além disso, a Pós-Modernidade, juntamente com seu agente difusor, a Globalização, não atingiu todos os espaços com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. Espaços como a Bahia do período estudado, 1940-1970, sofreram menos seus impactos por possuir uma identidade cultural sólida e por não ter sofrido com grandes ondas emigratórias, como o Centro-Sul brasileiro. Seus efeitos começarão a ser sentidos na Bahia a partir da segunda metade da década de 1960, devido a uma onda de reformas urbanas modernizadoras, a um incipiente investimento no turismo e a emersão dos movimentos sociais.

Para Hall, existem pelo menos duas formas de pensar as identidades culturais.<sup>141</sup> Na primeira, ela é atravessada pelo esforço para unificação, na segunda pela diferença. Pelo que discutimos até aqui, percebemos essas duas tendências como parte do mesmo processo. De um lado, por conta das mudanças estruturais pelas quais as sociedades passaram, sobretudo as ocidentais, não permitem mais fecharmos os olhos diante das gritantes diferenças que existem no seio da nação, diferenças e conflitos esses que nasceram no interior das identidades individuais. As lutas sociais ligadas aos

---

<sup>141</sup> HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, 1996.

movimentos dos trabalhadores, ao feminismo, as lutas contra o racismo, xenofobia, fruto de identificações individuais e coletivas, mudaram a cara do mundo moderno e as relações sociais. Por outro lado, esses mesmos movimentos precisavam utilizar-se do mecanismo da unificação presente no impulso identitário. É justamente o sentimento de pertencimento, de partilhar de uma mesma essência unificadora presente em todos os membros de um grupo, que dá forças para lutar por uma causa comum. Então, igualdade e diferença, unidade e multiplicidade, são questões inerentes às identidades, pelo menos, na sua percepção atual.

Entendemos que as identidades culturais e individuais são também frutos das “lutas de representações” discutidos por Chartier<sup>142</sup>, ou seja, elas são construídas como resultado da relação de forças, de um lado, pelas representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar, nomear, definir e manipular símbolos, ações, e, principalmente, possuem os meios de comunicar suas representações, do outro, pelos modos de aceitação, resistência, apropriação, além das próprias representações que os grupos representados têm de si próprios. Fica claro que a identidade é sempre estabelecida na relação, as pessoas se identificam em relação a um “nós” de referência e em oposição aos “outros”.

Outro aspecto relevante sobre a identidade cultural é que ela

não é uma essência fixa, que se mantenha, imutável, fora da história e da cultura. Nem é dentro de nós, algum espírito transcendental e universal no qual a história não fez marcas fundamentais. Também não é “de uma vez para sempre”. Não é uma origem fixa à qual possamos fazer um retorno final e absoluto. E é claro, não é um simples fantasma. Mas é alguma coisa – não um mero artifício da imaginação. Tem suas histórias – e as histórias, por sua vez, têm seus efeitos reais, materiais e simbólicos. O passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação de uma criança com a mãe, é sempre já “depois da separação”. É construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento.<sup>143</sup>

<sup>142</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, n. 11, vol. 5, 1991.

<sup>143</sup> HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, 1996, p. 70.

Então, como conciliar o segundo elemento discutido por Hall como constituidor da narrativa da cultura nacional, a saber, a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade, com essa nova forma de apreender a identidade? Sugerimos dois caminhos interpretativos que se completam. Primeiro, como discutimos no capítulo anterior, essa ênfase na imutabilidade da essência da identidade nacional está baseada numa definição não muito precisa dessa essência. Assim, esses elementos constituidores que estiveram presente nas origens e que continuam imutáveis, perdidos na intemporalidade do passado e do futuro são difusos, generalizantes e por isso mesmo passíveis, de serem preenchidos como outros e novos significados, em momentos históricos diferenciados, sem causar a sensação de que mudaram. Em segundo lugar, e completando esse aspecto, assim como o indivíduo usa de soluções nas quais fantasia para si possuir uma identidade una, a imutabilidade da essência da nação também é fantasiada, compõe o imaginário que a narrativa da nação constrói para representar a si mesma.

Esse aspecto da identidade muito interessa a esse trabalho, visto que ele lida com o processo de mudança da identidade baiana, uma identidade que era representada com os elementos que as elites forjaram para a Bahia, quando essa ocupava lugar de destaque no poder, e o gradual movimento de mudança dessa identidade, ou pelo menos dos significados dos elementos que a compunha, se aproximando mais dos valores culturais das classes populares, num período de declínio do poder político, econômico e cultural da Bahia em relação a nação. Constatamos aqui que as identidades culturais, atravessadas que são pela história, são mutáveis, mesmo que seus membros vejam essa mudança, reorganizada dentro da lógica interna da narrativa da nação, como continuidade.

Para as identidades individuais, a cultural nacional funciona como ponto de apoio e identificação, fonte na qual vão buscar uma série de elementos que ajudarão o indivíduo a se constituir. Elas organizam “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]”. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos, com os quais podemos nos identificar, constroem identidades<sup>144</sup>. A “narrativa do eu” tem essa função importante: conectar, selar nossos destinos medíocres a algo maior, à narrativa/ao destino da nação.

---

<sup>144</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 50-51.

Segundo Hall, as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente<sup>145</sup>, diferentemente das sociedades tradicionais nas quais,

o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.<sup>146</sup>

Na nação brasileira, o Centro-Sul, especialmente São Paulo, é a região que melhor se adequa a definição de sociedade moderna, aquela que fita e reflete sobre o presente, de olho no futuro. A região Nordeste, e também a Bahia, pelos elementos que foram discutidos no capítulo anterior, prestígio no passado e declínio no presente, se identificam mais com as sociedades tradicionais, voltam-se ao culto do passado, com vistas a superar a situação de dificuldade no presente e fazer estender as glórias do passado ao presente e ao futuro. A ênfase nos discursos nessas sociedades é na tradição, na continuidade e não na mudança. Segundo Rinaldo Leite,

Houve um tempo em que a “Bahia” podia se vangloriar de ser a melhor no Brasil. Tempo esse em que as garras de sua hegemonia teriam se estendido pelos mais diversos ramos da vida nacional. Uma certa proeminência econômica, política, artística, intelectual, religiosa e espiritual, conforme as pressuposições de muitos, fizera da Bahia um lugar privilegiado. Foram “templos de glória”, que se tornaram memoráveis, invejáveis e, portanto, estimuladores do desejo de que se fizessem repetidos.<sup>147</sup>

Alguns dos títulos recebidos pela Bahia nesse tempo de opulência, que tem seu auge no século XIX, mas que remontava ao período colonial, fazem entrever as representações sobre esse Estado. Mãe, rainha, deusa, heroína. “Terra mater, berço da nacionalidade brasileira”, “alma mater”, “berço da civilização cristã no Brasil”, “o coração do Brasil, a alma nacional”, “primogênita de Cabral”, “Athenas Brasileira”,

<sup>145</sup> Ibidem, p.14.

<sup>146</sup> GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990. Apud HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.14-15.

<sup>147</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005, p.36.

“Rainha do Norte”, “legendária capital, a antiga metrópole do paiz”, “eterna metrópole da intelectualidade brasileira”, “terra da tradição e intelectualidade”, “Bahia tradicional”, “terra privilegiada desde os dias remotos da descoberta, terra de heroísmo e de amor, terra de opulência e de inexcedível hospitalidade”<sup>148</sup>.

Um rápido olhar sobre essas representações e três aspectos nos chamam a atenção; a ênfase na primordialidade baiana, e por conta disso a Bahia se torna a portadora e defensora natural dos valores e tradições; um povo que estava acima dos demais membros da nação, visto a ênfase dada a maior intelectualidade dos baianos, isso, provavelmente, devido a sua originalidade, (são os primeiros “brasileiros”); o caráter essencial da identidade baiana tida como a alma, o coração do Brasil. Primordialidade, originalidade e essência, três dos mais poderosos elementos da narrativa nacional brasileira são contados na narrativa regional baiana como nascidos ali.

Nessa narrativa, a Bahia é duplamente mãe do Brasil, do território, com o “descobrimento”, e da nação, com as lutas pela Independência. A Bahia pariu a nação brasileira e o fez com dor, sangue, dando vidas, e saiu disso exaurida, por isso, que no presente, o Brasil possui o dever de respeitar e concorrer para que a Bahia ocupasse seu lugar de direito.

Os elementos da identidade baiana forjados pelas elites: berço da tradição, da intelectualidade, da religião cristã católica, das festas religiosas e cívicas, da alegria, gestaram a figura do baiano típico, “inteligente, ‘libertário’, estadista, patriota, dotado de dons literários, grande orador, ‘o perfeito cidadão ateniense’”.<sup>149</sup> Um elemento importante dessa auto-representação das elites baianas relaciona-se com o pertencimento étnico desse baiano típico. Essa elite se pretendia etnicamente branca e os baianos legítimos eram “fortes, morenos, bellos, ou brancos, ou mesmo trigueiro, todos eles se aperfeiçoam cada vez mais, e demonstram em suas feições os reflexos luminosos da sympatia, da lisura, da sociabilidade e da intelligencia”.<sup>150</sup> Nessa representação, os baianos legítimos eram os brancos ou mesmo morenos e trigueiros que estavam cada vez mais se embraquecendo, aperfeiçoando-se racial e culturalmente para refletir de forma luminosa os valores dessa elite.

---

<sup>148</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>150</sup> Revista *Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 39, jun. 1921. Apud: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005, p.182.

Dessa representação estavam excluídos os baianos pretos e pobres. A herança negra era vista como um dos “infortúnios” da Bahia, um dos fatores de atraso desse estado, e para retomar seu lugar e destaque, essa região deveria se alinhar aos valores civilizatórios modernizadores vindos da Europa, como já estavam fazendo o Rio de Janeiro e São Paulo. A África representava a barbárie, selvageria, incivilidade, por isso suas influências deveriam ser descartadas. No entanto, parece haver uma contradição, uma sociedade que, como foi dito anteriormente, se identifica mais com as “sociedades tradicionais” querer mudar, modernizar-se, mas não é. Essa é uma mudança de olho na continuidade, mudar para adequar-se aos novos tempos, para continuar ocupando o lugar de destaque outrora ocupado e cultuando os mesmos valores, símbolos, tradições do passado, ou como disse Rinaldo Leite,

deverá se realizar o progresso material e econômico, as reformas urbanas, a adoção de novos hábitos e de uma vida social e cultural civilizada, a expansão da instrução e até a imigração branca européia: ações que permitirão a entrada da Bahia na civilização e sua equiparação aos demais grandes centros do país, resgatando, assim, sua opulência; só que agora inserida em uma nova ordem e investida de um novo caráter, ambos típicos dos tempos modernos de então.<sup>151</sup>

A Bahia não abre mão da sua condição de primordialidade, originalidade e essência, pelo contrário, a mudança era vista como condição de resgate da importância desses elementos no presente. Contudo, o declínio político e econômico das elites baianas, nas primeiras décadas do século XX, levou também ao enfraquecimento do seu poder de representação, e pouco a pouco, uma nova<sup>152</sup> identidade centrada em torno dos valores afro-baianos começa a ganhar espaço na narrativa regional baiana.

A obra do escritor baiano Jorge Amado foi uma das que mais contribuíram para a definição dessa nova identidade, bem como para a mudança nessa narrativa regional. Seu trabalho aproveitou-se, no nível local, desse enfraquecimento do poder representativo das elites, e, no cenário nacional, daquele momento, chamado no capítulo anterior de “vazio narrativo”, quando, nas décadas de 1920-30, o Brasil passou por um período de reorganização da sua narrativa nacional para adequá-la aos novos tempos. As

<sup>151</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005, p. 251-252.

<sup>152</sup> Essa identidade não é nova estava silenciada pelas elites que possuíam a hegemonia da representação cultural baiana, silenciando as demais.



narrativas freyriana e amadiana em muito contribuíram para essa nova identidade nacional, que surge entre as décadas de 1930-40 voltada para o caráter mestiço da nação e para a convivência harmoniosa entre as diversas raças e tradições culturais.

Assim como Freyre, Jorge Amado também reuniu em torno de si, ao longo de seus mais de setenta anos de carreira, um grupo de artistas e intelectuais que foram colaboradores de sua obra, referências constantes de sua fala, personagens em seus romances, monumentos de seu Guia, que o ajudaram a construir e repetir uma nova identidade cultural para a Bahia, pautada não mais nos capitais simbólicos das elites, mas levando em consideração as representações das classes populares, marcadamente de origem africana.

Veremos a seguir que num processo de mudança identitária, como o que ocorreu com a Bahia, há transformação em alguns dos elementos que constituem esta identidade. No entanto, muitos elementos da identidade anterior permanecem, só que ressignificados, pois são despojados de seus conteúdos anteriores e preenchidos com novos significados, novos elementos, novas interpretações, no caso em questão, agora pautados nos mestiços e pobres que estavam excluídos da representação anterior.

### 3.2 – A Essência Baiana: O Guia *Bahia de Todos os Santos* como uma narrativa regional-nacional.

O livro *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*<sup>153</sup>, publicado em 1945, difere, no gênero, dos trabalhos até então escritos por Jorge Amado. Essencialmente um romancista, já famoso na época, Amado resolve debruçar-se não sobre uma trama, mas sim sobre o seu cenário, o lugar onde boa parte de seus romances anteriores se desenrolaram, lugar de tamanha personalidade, tão cheio de histórias e personagens que se elevou a categoria de personagem central. Mais do que guiar o visitante pelas ruas de Salvador e adjacências (Recôncavo, Ilha de Itaparica, Feira de Santana) ele fornece um mapa interpretativo das histórias, mitos, significados

---

<sup>153</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951. Trabalharemos com três edições do guia. A segunda, que é a reprodução da primeira edição de 1945; a décima sexta edição, que incorpora a atualização feita na oitava edição em 1960 e a revisão empreendida na décima segunda edição em 1966 e a vigésima sétima edição, que também incorporou revisões. Contudo grande parte das citações fará referência à segunda edição. As demais serão utilizadas apenas para marcar as modificações.

inscritos numa geografia física e imaginária que fornece a forma de ver, sentir, imaginar e experienciar esse lugar. A cidade da Bahia tem alma, cheiro, gostos, mistérios, ritmos, curvas, passado, tradição.

Este Guia reconta a história desse lugar, apropria-se dos elementos que compunham a identidade baiana, pelos quais ela vinha sendo reconhecida ao longo do tempo, como: cidade mãe, o berço da civilização brasileira, tradição, religiosidade, intelectualidade, alegria, festa, hospitalidade, uma cozinha rica etc., e reorganiza estes elementos numa nova narrativa, dando novos significados, interpretações a antigos símbolos e, principalmente, rearrumando a importância das contribuições culturais dos sujeitos de forma diferenciada. Já dissemos que a identidade baiana, até as primeiras décadas do século XX, privilegiava as representações das elites que se queriam brancas; os negros e pobres eram vistos como incultos, atrasados, um mal que emperrava sua marcha rumo ao progresso e à modernidade.

Na narrativa amadiana, a Bahia assumirá sua grande influência africana que, segundo esse autor, deixou marcas profundas no modo de ser e de viver do povo baiano. O momento histórico das décadas de 1930-40 era propício a essa nova interpretação que positivava a influência africana. Depois de séculos de escravização africana e da grande influência das teorias racialistas do século XIX, que viam o negro como um ser inferior e a miscigenação como um fator de degenerescência, o que irremediavelmente condenava o Brasil ao atraso e à incivilidade, visto a grande quantidade de negros e mestiços que havia no país, os escritos freyrianos propõem uma saída para esse impasse ao pensar o mestiço não como um ser degenerado, mas como o legítimo brasileiro, fruto da mistura harmoniosa das raças e herdeiro das culturas portuguesa, africana e indígena.

Na Bahia, autores como Manuel Quirino, Arthur Ramos, Édison Carneiro, Thales de Azevedo, Afrânio Peixoto, dentre outros, já desde o início do século XX vinham contestando os ideais racistas importados da Europa. A efervescência político-cultural da década de 1920 em torno da Academia dos Rebeldes (da qual faziam parte Jorge Amado e Édison Carneiro) e do grupo Arco & Flexa, mais influenciados pelo modernismo, já propunham uma identidade nacional/regional centrada na diversidade racial e cultural do país.<sup>154</sup>

---

<sup>154</sup> ALVES, Ivã. *Arco & Flexa: contribuição para o estudo do modernismo*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. AMADO, Jorge. *Discursos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993. BACELAR, Jéferson. *A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas,

Nesse momento, para a Bahia, o Guia funcionou como uma nova narrativa fundamental, ou seja, aquela que refundou sua identidade, que reorganizou seu passado e projetou seu futuro. Por isso, propomos a leitura desse Guia com uma narrativa da cultura nacional, nos termos discutidos por Hall, ou o que cremos que melhor se adequa ao nosso caso, como uma narrativa regional-nacional. Já vimos desenvolvendo essa idéia desde o capítulo anterior, quando discutimos o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, portador ele também dessa característica. O que entendemos como uma narrativa regional-nacional é aquela que possui todos os elementos de uma narrativa de uma identidade cultural (não apenas de uma nação, pode ser de uma região, grupo, etnia etc.), mas que essa narrativa se narra como possuidora de elementos cruciais à narrativa nacional e pretende ser, se não a narrativa da nação, pelo menos, contribuir decisivamente para ela.

No Guia *Bahia de Todos os Santos*, a trama criada para religar o presente-passado-e-futuro da história baiana, encarnada em seu espaço síntese<sup>155</sup>, a cidade da Bahia buscou conciliar a identidade cultural hegemônica, os valores, as características, que vinham representando a Bahia havia séculos, fruto das representações das elites baianas, com representações diferentes, por vezes divergentes, como as oriundas das camadas populares, sobretudo, dos afro-descendentes. A maciça presença negra nos períodos colonial e imperial, por conta da lavoura da cana-de-açúcar, deixou marcas profundas na paisagem humana dessa região do país, fazendo com que visitantes estrangeiros, e mesmo de outras partes do território brasileiro se espantassem diante da grande quantidade de negros e mestiços transitando e trabalhando pelas ruas da cidade, especialmente em Salvador e no Recôncavo, e identificassem a Bahia pejorativamente como uma “mulata velha”, identificação que as elites baianas rejeitavam e abafavam.

No Guia temos essa tentativa de conciliação. De um lado a Bahia aparece como “Mãe das cidades do Brasil”, “cheia de histórias, lendária, maternal e valorosa”, “símbolo das tradições”, com suas “janelas coloniais e suas portas centenárias”, “bolorenta de história”, “Cidade religiosa”, “ligada ao passado”, de “uma beleza

---

2001. LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2002. LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Quirino entre Letras e Lutas – Bahia: 1851-1923. *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Culturas e Diversidade*. Universidade do Estado da Bahia – DCH VI, Caetitê, 2006. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O Debate sobre a Questão Racial no Brasil Urbano: passado e presente. *Biblio 3W- Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales*. Serie Documental de Geo Crítica. Universidade de Barcelona, vol. XII, n. 729, 15 de junio de 2007.

<sup>155</sup> ANDRADE, M. C. P. de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia. In: FONSECA, Aleilton & PEREIRA, Rubens (orgs). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.

antiga”, com “tanto colorido, tanta graça e tanta alegria”, como uma “inquieta cidade revolucionária”, “onde muita gente continua na saudade dos tempos de D. Pedro II e dos escravos, das aias negras para catar cafuné e para levar cocorotes”. Mas, do outro lado, temos também a Bahia como “a cidade negra por excelência do Brasil”, onde “a influencia do negro sente-se em tôda parte”, a “Roma negra”, “portuguêsa e africana”, onde reina “os deuses negros”, e vivem “os baianos como descendentes dos africanos”, “essa mulataria baiana”, de “aura fetichista”, onde ouve-se o “baticum dos candomblés nas noites de macumba”, e encontra-se os “feitiços pelas ruas nas manhãs”.<sup>156</sup>

Assim, no Guia, a nova identidade baiana nasce da tentativa de harmonizar as representações das velhas elites com as dos negros e pobres, relendo a história baiana a partir da perspectiva desses últimos, ao tempo que funciona como uma poderosa narrativa de refundação da identidade cultural baiana, pois vai buscar no passado (numa nova leitura do passado) os elementos que reforçam a primordialidade, as tradições, a originalidade e a singularidade baiana. Revive e reencena (ao recriar) a trama urdida da “narrativa da nação” baiana ao recontar as batalhas, vitórias, as origens, as derrotas, a força do povo, ao dizer para a Bahia e para o mundo quem é o verdadeiro povo baiano.

“Roma negra” já disseram dela. “Mãe das cidades do Brasil”, português e africana, cheia de histórias, lendária, maternal e valorosa. Nela se objetiva, como na lenda de Iemanjá, a deusa negra dos mares, o complexo de Édipo. Os baianos a amam como mãe e amante, numa ternura entre filial e sensual. Aqui estão as grandes igrejas católicas, as basílicas, e aqui estão as grandes macumbas, o coração da seita fetichista dos negros brasileiros. Se o Arcebispo é o primaz do Brasil, o pai Martiniano era uma espécie de Papa das seitas negras em todo o país. Seus pais-de-santo vão bater candomblés no Recife, no Rio, até em Pôrto Alegre. E seguem como bispos em viagem pastoral. De tudo isso escorre um mistério denso sobre a cidade que toca o coração de cada um.<sup>157</sup>

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de destacar alguns aspectos que nos chamam atenção na narrativa do guia *Bahia de Todos os Santos*. Primeiro, o caráter definidor do passado para a Bahia, fornecendo a aparência da cidade, mas, não apenas isso: dá forma, cheiros, alma. A narrativa está recheada de referências ao passado nos

<sup>156</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951, Passim.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 31.

grandes aspectos estruturadores ao rememorar o Descobrimento, Cabral, os portugueses, a África e a escravidão, mas também está nos detalhes arquitetônicos, nas comidas, no modo de ser, fruto de uma origem, de um passado que se faz organizador do presente. Outro elemento que aparece salpicado em todo o texto e que definiria a personalidade da Bahia e dos baianos é seu caráter misturado, conciliador. Mistura de cores, culturas, comidas, classes, religiões, festas. Gente misturada, flexível e alegre. A Bahia é única exatamente porque nesse espaço negros, portugueses e indígenas permitiram se misturar e gerar um povo e cultura totalmente novos e impossíveis de se repetir, o que nos leva ao terceiro elemento constituidor da personalidade baiana enfatizado no Guia – o mistério. O fenômeno que ocorreu na Bahia é singular, não é passível de apreensão total. É uma terra estranha, exótica, inatingível e, por isso mesmo, apaixonante.

O Guia é um (texto) sedutor. Envolve, fascina, descreve, esconde. Chama a visitar, mas oferece primeiro o sentido da visita, o clima e o motivo. Expõe as chagas baianas, como diz seu autor: “junto com o pitoresco e a poesia te direi da dor e da miséria”<sup>158</sup>, mas, não permite que o visitante a julgue: “não tenteis explicá-la”.<sup>159</sup> É uma visita permeada pelo poder (você deve ir a Bahia para “aprender e melhorar”<sup>160</sup>). A Bahia é sábia, é antiga, paira acima de seus visitantes, estabelece com eles uma relação maternal e, como tal, de superioridade e dominação.

As estratégias lingüístico-literárias utilizadas no texto jogam com o poder e a autoridade, fecham o texto, cerram significados, oferecem uma interpretação diversa e colorida que encanta e fascina dispensando questionamentos. Além disso, tentam traduzir a diversidade, a intensidade e a mistura da cultura baiana, reforçando essa imagem por meio de uso de exemplos, de repetição. A própria construção dos parágrafos, cheios de informação, as mais diversas, tenta passar a intensidade e a diversidade da Bahia. Misturam-se assuntos diversos, como se na vivência popular esses assuntos não estivessem separados e sim juntos, misturados.

Mistura que esteve presente desde o primeiro encontro e que se tornou um dos constituidores do caráter da baianidade. O mito fundacional baiano (e brasileiro) é narrado no Guia da seguinte forma,

Caramuru atirou. Naquele tempo ele se chamava Diogo Álvares Correia. Os companheiros de naufrágio haviam sido almoçados pelos

---

<sup>158</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 19.

Tupinambás, guerreiros que moravam na cidade da Bahia que ainda não tinha êsse nome porque tampouco existia. O pássaro caiu ferido com o tiro e os índios desistiram de comer Diogo Álvares Correia com seu instrumento de morte que vomitava fogo. Em compensação deram-lhe o nome de Caramuru e a filha de Itaparica, o chefe dos Tupinambás, em casamento. Moça bonita, de nome Paraguaçu, que por amor ao esposo aderiu ao catolicismo e foi batizada como Catarina.

Moema era mais bonita, mais ardente, menos nobre no entanto. Desejou ela também o amor do português recém-chegado. Deu-lhe seu coração e, se bem as histórias silenciem o fato, todos nós desconfiamos que, no fundo, houve alguma coisa entre eles. É muito possível que o lusitano colonizador, de natural polígamo, tenha constituído duas famílias índias, uma sob a bênção da Santa Madre Igreja, outra apenas com os laços do amor.

Um dia Diogo Álvares Correia embarcou com sua senhora de volta à Europa. A abandonada Moema espiou a partida do navio. Seus olhos langues estavam cheios de lágrimas, seu coração dorido cheio de amor pelo ingrato que a deixava. Quando a caravela, aproveitando o vento, rumou para o mar, ela se atirou n'água e nadou. Gritava o nome de Caramuru, queria, na sua apaixonada loucura, alcançar o barco que partia. Nadava, nadava, nadava, os peixes em torno de si, as águas se abrindo para ela passar, gritava pelo amado, queria tê-lo junto ao seu corpo. Moema nadava. O navio desapareceu, Moema continuou nadando e o amor povoou para sempre a Bahia de Todos os Santos.<sup>161</sup>

Jorge Amado não escolheu o desembarque de Cabral no Monte Pascoal em 22 de abril de 1500. Não, o mito fundacional baiano não é a chegada oficial, a tomada de posse de Portugal sobre o Brasil. É um mito de amor, de amores, de entrega por amor, inclusive da própria vida, amor que povoou a Bahia de mestiços e que, com a morte da lendária Moema, povoa liricamente a Bahia de Todos os Santos. Ele não quis enfatizar os portugueses devorados, mas a união de Diogo Álvares, o Caramuru, à Paraguaçu e a tribo Tupinambá, a sua completa acomodação, bem como ressaltar a boa vontade também da índia Paraguaçu que, por amor, adere ao catolicismo, sendo batizada com o nome cristão de Catarina. Este mito mostra a plasticidade de ambas as raças, dos portugueses e dos indígenas, capazes de adaptações, especialmente se movidas pelo amor que parece ter surgido fácil e farto. É o que nos faz crer a narrativa.

Mas, se esse é o momento fundante, muitas outras batalhas, vitórias, são constituidoras da trama, da narrativa da história baiana. O papel fundamental que a Bahia exerce na Independência brasileira é algo acentuado em várias narrativas baianas,

---

<sup>161</sup> Ibidem, p.217-218.

inclusive a heroicidade é um dos elementos marcantes da identidade baiana anterior, aquela pautada nas elites e discutido por Rinaldo Leite, e não é diferente na amadiana.

O príncipe D. Pedro, no caminho de São Paulo, deu o grito da Independência. Depois foi dormir com a Marquesa de Santos. Os baianos então expulsaram os portugueses que ainda desejavam conservar a colônia. As tropas de Madeira foram batidas no Recôncavo, em Pirajá, em Itaparica. Um avô de Castro Aves, major das forças da Independência, comandava um batalhão. Foi o batalhão mais valente de toda a campanha. Puseram-lhe o nome de “Batalhão dos Periquitos” por causa da farda. Os “Periquitos” ficaram célebres tais foram as suas façanhas na guerra de libertação. Entraram triunfantes na Bahia pelo caminho da Lapinha. Depois mataram num motim, o general que queria afastar o major Silva Castro para outro comando.<sup>162</sup>

O papel secundário que, na versão amadiana, D. Pedro possui na Independência, é claramente perceptível. Ele a formaliza ao dar o grito do Ipiranga e sai de cena, então entram na arena os baianos os quais efetivaram realmente a Independência, quando expulsaram os portugueses desejosos de retomar sua Colônia. O heroísmo das tropas baianas é exaltado, o heroísmo baiano é exaltado, nem as mulheres escapam dele,

Certa moça baiana, de nome Maria Quitéria, de família pobre, não quis assistir de braços cruzados à libertação da sua pátria. Vestiu uma roupa de soldado, apresentou-se avô de Castro Alves, mostrou que sabia atirar e fez toda a campanha. Foi um soldado disciplinado, corajoso, capaz, consciente. Honrou o batalhão dos “Periquitos” e sua tradição é orgulho da mulher baiana.<sup>163</sup>

E então Amado completa “Maria Quitéria é o caso mais escandaloso de sabotagem na História do Brasil”, uma mulher pegar em armas, alistar-se no exército, passar por homem! Isso só poderia ocorrer na Bahia, nesse estado heróico, revolucionário, berço da nação, sempre pronta a defendê-la. Mas a trama da “narrativa da nação” baiana inclui outras lutas, Jorge Amado dedica em seu Guia um item as “Revoluções baianas”, lembra desde as sublevações indígenas até as palavras combativas de poetas e tribunos baianos. Exalta os muitos levantes dos negros escravizados,

---

<sup>162</sup> Ibidem, p.218.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 218.

Em 1826 um grande levante de negros abalou novamente a Bahia. Durou vários dias de encarniçada luta entre os negros e a tropa e só quando foi prêso o chefe dos revoltosos, a quem haviam dado o título de Rei dos Negros, é que voltou a cidade à calma habitual. O chefe negro só foi feito prisioneiro quando já não podia lutar, todo crivado de balas. Êsse levante foi a 25 de agosto de 1826 e já em 17 de dezembro do mesmo novamente os negros tomaram das armas roubadas aos senhores. Em 11 de março de 1828, novo levante. E assim, heróicamente, tenazmente lutavam os negros pela sua liberdade.<sup>164</sup>

e nos oferece uma nova versão da participação negra na abolição tecendo duras críticas a historiadores que tentavam apagar a importância das lutas negras ou mascarar as cruéis condições suportadas pelos negros escravizados.

Existem ainda alguns cretinos tão salafrários que dizem que a abolição se deve à bondade da casa reinante do Brasil, ao suposto bom coração de dom Pedro II e da Princesa Isabel, sua filha. Isso é desconhecer não apenas as condições econômicas do Brasil de então, como esconder, criminosamente, a longa batalha que os negros lutaram pela sua libertação. Foram muitos os levantes de negros em todo o Brasil. Nas senzalas brasileiras não lhes corria a vida tão doce como nos querem fazer crer certos historiadores interessados em apresentarem os senhores de escravos como santos de auréola à vista. E os negros se bateram muitas vezes pela sua libertação. Como esquecer a epopéia imortal de Palmares?<sup>165</sup>

Ele não esquece da revolta dos Malês, da Revolução dos Alfaiates (Conjuração Baiana), nem da Sabinada,

De toda essa agitação nasceu a “Sabinada” que pedia a “República da Bahia”. Sob a chefia do dr. Sabino Álvares da Rocha Vieira, a grande revolta baiana foi precedida em 1798, por um levante de mulatos que desejavam a “República Bahiense”. Quatro desses conspiradores morreram na fôrca, na Praça da Piedade. Os demais foram deportados para Angola.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Ibidem, p. 244.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 243-244.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 245.



Mas o ápice do heroísmo baiano se dá mesmo nas batalhas pela Independência,

E na Bahia deram-se as batalhas da Independência. Quando Pedro I declarou o Brasil desligado de Portugal foi em terras baianas, na capital e no recôncavo, que se ganhou a Independência. Correu sangue do povo baiano para que a liberdade fôsse uma realidade no Brasil. Um ano depois da proclamação da Independência estavam os baianos expulsando os últimos soldados portugueses que ainda tentavam manter sob o jugo de Portugal o país do Brasil. Em 2 de julho de 1823 as tropas libertadoras entraram triunfantes na cidade da Bahia.<sup>167</sup>

Esse aspecto essencial da personalidade baiana não esteve presente apenas nas grandes batalhas, está presente no dia-a-dia, no cotidiano dos baianos. Por toda a parte do texto, Jorge Amado nos fala desse povo revolucionário, que não aceitava injustiças, que havia ateado fogo em 90 bondes em 1930 para protestar contra as péssimas condições dessas conduções e os altos preços cobrados, protestou também contra a derrubada da Sé. Fala-nos também dos estudantes baianos os “mais vigilantemente democráticos do Brasil” e nos diz,

Quando o Brasil declarou guerra ao Eixo os estudantes baianos que haviam clamado pela declaração vieram para a rua, à frente do povo, em inesquecíveis demonstrações que derrubaram o governo estadual da época considerado suspeito de integralismo. A coragem então demonstrada pelos estudantes que não se acovardaram ante as violências policiais, os da polícia especial e os da polícia política soltos sobre a massa, é tradição da estudantada baiana. É preciso não esquecer que esta é a cidade que deu os estudantes Castro Alves e Rui Barbosa.<sup>168</sup>

Mas as batalhas baianas não acabam por aí. O povo baiano é um povo de grandes lutas. As lutas baianas têm importância nacional. A Bahia é a defensora das causas nacionais e guardiã (única, naquele momento) de uma das maiores riquezas do Brasil: o petróleo. Jorge Amado não deixa de nos contar sobre a batalha baiana (e

---

<sup>167</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 271.

brasileira) pelo petróleo contra as multinacionais, para defender “o petróleo da Bahia, riqueza do povo brasileiro”.<sup>169</sup>

Se a inquietude revolucionária é uma das características da Bahia e do seu povo, outras duas somam-se a esta para completar a personalidade baiana: a inteligência e a plasticidade. O baiano não luta apenas quando pega em armas. Excelentes oradores, hábeis políticos, talentosos artistas, sua luta se dá também no campo da palavra, da arte, da política. Assim,

Pode-se falar numa escola intelectual baiana, com características próprias que a diferenciam do Rio, de São Paulo, do Recife ou de Porto Alegre. Se bem o intelectual de qualquer dessas cidades tenha alguma coisa de baiano, sempre. O gosto quase sensual das palavras e do debate de idéias, a liberalidade da discussão, certa cordialidade democrática, o amor à liberdade, eis algumas das marcas intelectuais do baiano. É claro que alguns ficam apenas na recordação saudosista do passado, presos ao lado conservador do espírito da cidade. Na sua maioria, porém, eles formam uma escola de arte política que é tradição da inteligência baiana e é também a realidade intelectual da sua arte. João Mangabeira, Hermes Lima, Luís Viana Filho, Anísio Teixeira, Sosígenes Costa, Dias da Costa, Jacinta Passos, Édison Carneiro, Alves Ribeiro, Nestor Duarte, Camilo de Jesus Lima, Herberto Sales, Clóvis Amorim, jovens professores das Faculdades, os estudantes e os intelectuais mais moços, provam que a tradição de luta da inteligência baiana perdura viva. A estes nomes podem-se ligar alguns outros, de intelectuais nascidos em diversos Estados mas que se realizaram sob a imediata influência do clima da Bahia, Artur Ramos, por exemplo.<sup>170</sup>

Essa é outra característica da identidade cultural baiana, pautada nas elites que sobrevive na releitura amadiana. Na verdade, o que Jorge Amado faz é estender os valores positivos que as elites brancas (ou pseudo-brancas) acreditavam serem só suas aos baianos pretos e mestiços e pensar a inteligência como própria dos baianos e os baianos como irremediavelmente fruto da mistura. Para Jorge, não há baiano que não tenha um ascendente negro e esse povo contribuiu positivamente para a inteligência, o gosto pela liberdade, a luta contra a injustiça, a plasticidade, a bondade do baiano. E essa mistura deu frutos singulares. Nas tintas amadianas tudo na Bahia é mais e melhor, tem um caráter especial, acentuado pela primordialidade e originalidade, por ter sido fruto da mistura original.

<sup>169</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. 16 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1968, p. 275.

<sup>170</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951, p. 25-26.

A Bahia não só tem algo que a diferencia das demais partes do país, como possui algo essencial que faz parte de todos os outros estados, tem algo capaz de fazer aflorar o que há de melhor em quem aqui chega. Amado nos dá um exemplo de um perfeito baiano (do seu tempo) João Mangabeira. Ele é um

Baiano com tôdas as suas virtudes de inteligência e com todas as características do seu temperamento. Cultuando o passado e sonhando o futuro. O baiano que faz da amabilidade uma verdadeira arte, que é arguto até não mais poder, que é cordial e compreensivo, descansado e confiante. Que desmorona com uma piada agressiva todo um edifício de retórica. Escondendo sob o fraque solene um coração jovem. Gostando de rir, de conversar, de contar casos.<sup>171</sup>

Esse conjunto de elementos que conformam a personalidade baiana vem da ancestralidade portuguesa e africana, mas vem também da atmosfera dessa cidade que possui um ritmo próprio, propício a um amadurecimento lento, fincado num solo muito bem assentado sobre séculos de tradição.

Eis uma cidade onde se conversa muito. Onde o tempo ainda não adquiriu a velocidade alucinante das cidades do Sul. Ninguém sabe conversar como o baiano. Uma prosa calma, de frases redondas, de longas pausas esclarecedoras, de gestos comedidos e precisos, de sorrisos mansos e de gargalhadas largas. Quando um desses baianos gordos e mestiços, um pouco solene e um pouco moleque, a face jovial, começa a conversar, se fechardes os olhos e fizerdes um pequeno esforço de imaginação, podereis distinguir perfeitamente distinguidos o seu remoto ascendente português e seu remoto ascendente negro, recém-chegado um da pátria colonizadora, recém-chegado outro das florestas da África. De quem é esta gargalhada clara e sôlta senão do negro? De quem é esta solene consideração para com o doutor, que é o salafrário personagem da história que ele conta, senão do português imigrante, rude admirador dos mais sábios? Essa mulataria baiana, essa mestiçagem onde o sangue negro entrou com uma boa parte, não produziu o clássico mulato espevitado, pernóstico, egoísta, adulator e violento com os inferiores. Sempre que penso no mulato baiano vejo um homem gordo. Gordo não apenas fisicamente. Como caráter também: bom, amável, glutão, sensual, agudo de inteligência, bem falante mas de fala mansa, sabendo tratar tão bem os inferiores quanto os superiores, ou melhor ainda. Comendo comida gordurosa, cheia de azeite, mas apimentada também. Assim é o homem da cidade da Bahia, um pouco derramado e um pouco

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 22.

distraído. Um pouco poeta, poder-se-ia dizer, mas também astutamente político, o mais hábil político, do Brasil.<sup>172</sup>

Tamanha é a força “civilizatória” baiana, seu poder aculturador que “sob a imediata influência do clima da Bahia” vários intelectuais vindos de outros estados como Artur Ramos, Herman Lima, Odorico Tavares, Wilson Rocha, Carlos Eduardo, Juraci Magalhães, abaianaram-se, ou seja, tornaram-se mais plásticos, democráticos, amantes da liberdade, da discussão e da cordialidade.

Não foi por acaso a Bahia que fez do jovem e agressivo tenente Juraci Magalhães um finíssimo político, lembrando aqueles de antigamente, que transformou o magro oficial de 30 num homem gordo que se apoderou das melhores virtudes políticas baianas? Alguém me disse certa vez, analisando o caráter baiano, que Juraci Magalhães aqui chegara quase direitista e daqui saiu democrata progressista, cheio de compreensão humana. Assim é a Bahia. Êste é o seu clima, ligado ao passado, fitando o futuro. Nenhuma outra cidade do Brasil se mantém nesse equilíbrio espiritual que exige dos homens uma constante vigilância para não cair num conservadorismo reacionário ou num anarquismo inconstrutivo.<sup>173</sup>

Porque ser baiano é mais do que apenas ter nascido na Bahia, é compartilhar dessa filosofia de vida, dessa festa democrática, dessa celebração da vida. É ganhar o “alto privilégio” de participar dessa comunidade imaginada, na qual o grande prêmio é o profundo humanismo e uma doce alegria de viver.

Baiano quer dizer quem nasce na Bahia, quem teve este alto privilégio, mas significa também um estado de espírito, certa concepção de vida, quase uma filosofia, determinada forma de humanismo. Eis porque homens e mulheres nascidos em outras plagas, por vezes em distantes plagas, se reconhecem baianos, apenas atingem a fímbria desse mar de saveiros, as agruras desse sertão de vaquejadas e de milagres, os rastros desse povo de toda a resistência e de toda a gentileza. E como baianos são reconhecidos, pois de logo se pode distinguir o verdadeiro do falso. Aqui entre nós: tem gente que há vinte anos tenta obter seu passaporte de baiano e jamais consegue pois não é fácil preencher as condições e como diz o moço Caymmi, nosso poeta, “quem não tem balangandãs não vai ao Bonfim”.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> Ibidem, p. 22-25.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 23-24.

Vemos que a mistura não gestou apenas uma terra culturalmente rica, mas também um povo especial, original, único, quase mítico. Falamos no capítulo anterior que o povo é um dos mais importantes elementos numa narrativa da cultura nacional. É ele o portador da missão de erigir e conduzir a nação frente aos desafios e através dos tempos. Um povo forte significa uma nação forte, uma comunidade verdadeiramente irmanada na luta por ideais comuns. Segundo Amado, a grande missão do povo baiano seria espalhar seu humanismo pelo resto do Brasil e para o mundo.

Na releitura da identidade cultural baiana amadiana, o verdadeiro baiano descende diretamente e em igual medida dos portugueses e dos negros africanos. Jorge Amado assume em sua narrativa a tradição cultural negra relegada na identidade cultural anterior e longe de acreditar que os valores civilizatórios negros eram um dos “infortúnios” para a Bahia, ele os eleva à marca essencial.

Sendo a cidade negra por excelência do Brasil, com uma grande população de côr, é aquela onde menos existe, em nosso país, o preconceito racial. O que não quer dizer que êle seja inteiramente inexistente. A mistura de sangue é muito grande e em sã consciência pouca gente poderá negar o avô mais ou menos remoto. A influência do negro sente-se em tôda a parte. Não apenas no aspecto físico da cidade mas na sua vida.<sup>175</sup>

Na sua versão conciliadora e harmoniosa, o preconceito racial na Bahia se apresentava mais brando, e mesmo que no seu texto ele fale da dor e da miséria que atingem, principalmente, a “população de côr” pobre da Bahia, ele não percebe essa exclusão social dos negros como fruto da discriminação racial, mas sim da luta de classes, isso devido a sua filiação marxista da época, e mesmo quando rompe com o partido comunista em 1956, ele continua a defender essa idéia, pelo menos é o que diz em entrevista em 1981: “eu nunca tive dúvidas: o problema racial é consequência do problema social. Não existe um problema racial isolado do contexto social. Se isolar, vai errar na apreciação do problema e na busca das soluções”<sup>176</sup>.

Se de um lado Jorge se encanta da intelectualidade baiana e não se cansa de exaltá-la, por outro lado o que significa esse intelecto é o seu uso à favor do povo. Assim, dentre os personagens baianos, Jorge Amado escolhe destacar aqueles vindos do

---

<sup>175</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>176</sup> AMADO, Jorge. É preciso viver ardentemente. In: GOMES, Álvaro Cardoso. *Literatura Comparada: Jorge Amado*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 23.

povo como os capoeiristas mestre Bimba e Samuel Querido de Deus, os capitães da areia, o major Cosme de Faria e sua luta como rábula na defesa de quem não podia pagar advogado, o poeta Cuíca de Santo Amaro, Mirandão, o boêmio, contador de causos, eterno estudante de agronomia, valorizando a sabedoria e a luta popular.

Esses personagens possuem a mistura que a primeira vista pode parecer contraditória no caráter baiano: o revolucionário e a plasticidade conciliadora, mas só a primeira vista, e lembrando o que foi dito no início desse capítulo sobre que as identidades podem comportar aspectos divergentes e até contraditórios, basta que se crie uma trama que seja sua justificação. Não é diferente com esses dois aspectos da personalidade, apesar de parecer contraditório, eles se completam na narrativa baiana. O baiano é conciliador “o povo mais doce do Brasil”, mas é também amante da liberdade e da justiça, está sempre pronto para lutar, mas pelas lutas justas, pela nação, pelo povo, para defender os mais fracos. O que parecia contraditório acentua a doçura baiana, a bondade, a renúncia.

Assim é a Bahia. Se disserdes que esta é a cidade de Castro Alves estareis dizendo apenas meia verdade. Se disserdes que esta é a cidade de Rui Barbosa estareis também dizendo apenas meia verdade. Entre o espírito libertário e o espírito liberal vive a Bahia. Nunca fascista, se bem por vezes reacionária, saudosista, enamorada de fórmulas passadas. Mas, por outro lado, revolucionária, afirmativa, progressiva e até violenta. Essas duas figuras do seu passado e tudo que elas representaram dominam a mentalidade da Bahia: o poeta libertário Castro Alves e o tribuno liberal Rui Barbosa. De Rui toma a Bahia certo amor ao castiço, ao verbo eloqüente, mesmo à retórica, à frase sonora, ao liberalismo político. De Castro Alves recebe a vocação do futuro, o desejo de liberdade, a capacidade de romper com o passado, de marchar para a frente, a flama revolucionária. Gilberto Freyre já notou que o espírito de moleque rompe sempre, na Bahia, o excesso conservador que tenta impor-se. O conservador e o revolucionário coexistem no espírito da cidade, chocam-se, fundem-se por vezes, são quase palpáveis no seu contraste. Vereis aqui as diferenças mais absurdas em tôdas as coisas. Encontrareis uma arte essencialmente política, desde os tempos longínquos de Gregório de Matos até os dias de hoje, uma arte a serviço do povo, visando o futuro, mas encontrareis também, com certa notoriedade estadual ou municipal, os mais carunchentos gramáticos, os estilistas mais torcidos, mais quinhentistamente ilegíveis de todo o país.<sup>177</sup>

---

<sup>177</sup> Ibidem p. 21-22.

Mas um povo singular como o baiano precisa de uma terra a altura, e a Bahia, com sua topografia exótica dividida entre alta e baixa, encharcada de mistério, é assim,

Sua beleza eterna, sólida como em nenhuma outra cidade brasileira, nascendo do passado, rebentando em pitoresco no cais, nas macumbas, nas feiras, nos becos e nas ladeiras, sua beleza tão poderosa que se vê, se apalpa e se cheira, sua beleza de mulher sensual, esconde um mundo de miséria e de dor.<sup>178</sup>

Jorge Amado nos diz que esse é realmente um estranho Guia, que nele encontraremos o “pitoresco”, a “beleza”, a “festa quotidiana”, mas nossos olhos também se entristecerão com a miséria, a fome, a tuberculose, os meninos de rua, com as condições sub-humanas em que vive o povo baiano mais pobre, nos antigos casarões coloniais transformados nos “cortiços mais abjetos do mundo”, fétidas habitações. “Lá dentro a miséria murmura pelas escadas onde os ratos correm, pelos quartos imundos”.<sup>179</sup> Apesar de Jorge Amado nos falar das mazelas da Bahia, dos bairros operários que os turistas “encantados com a surpreendente e misteriosa beleza da Bahia, quase nunca visitam”, carente de médicos, de higiene e por isso mesmo repletos de doentes, ele nos diz também que o povo resiste, e nessa resistência produz uma cultura rica, poderosa que salta aos olhos e nos faz esquecer a tristeza. Jorge nos faz parecer que os baianos são felizes apesar da miséria. Na luta entre a beleza e dor - o pitoresco vence.

Nas ruas dêsses bairros encontrareis pelas manhãs os feitiços, “despachos” contra inimigos. Pelas noites gemem violões porque o povo resiste, batem candomblés nas festas que se prolongam pela madrugada porque o povo resiste, saem homens para o trabalho e não são vencidos porque o povo resiste.<sup>180</sup>

Resiste e faz da vida uma grande festa, festa de candomblé, de igreja, festas cívicas e festas profanas. Jorge Amado dedica quatro itens do seu Guia para falar das festas baianas, e mais outros quatro pela agitação e colorido também lembram uma grande

---

<sup>178</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 85.

festa multicolorida (macumba, madrugada na praça Castro Alves, mercados e feiras-livres).

São muitas as festas populares da Bahia, festas religiosas, católicas, negras ou misturadas, festas de rua e festas patrióticas, material para um vasto livro. Tôdas elas cheias de pitoresco, iluminadas com a presença alegre das “baianas” com seus trajes típicos, dos capoeiristas, dos pais-de-santo, das mulatas dengosas, dêsse povo de tanto colorido, de tão resistente alegria que supera a miséria em que vive. Povo forte que a fome não consegue abater. Uma simples relação das festas populares mais importantes do ano bastará para dar uma idéia do seu número e de sua variedade.<sup>181</sup>

Na narrativa amadiana, a festa aparece como o lugar no qual a mistura, a harmonia, a alegria e o caráter popular da Bahia melhor se efetivam. Ela é também espaço para a reencenação de ritos, de culto aos valores e símbolos tradicionais de reafirmação da essência (do mito fundacional baiano), da mistura harmoniosa. Durante as festas, ricos e pobres, pretos e brancos, os doutores e os trabalhadores se irmanam numa mesma fê, numa mesma alegria.

Na manhã da terceira quinta-feira de janeiro todo o povo da Bahia se encaminha para a colina do Bonfim, onde está a Igreja do santo mais popular da cidade, santo que – no dizer de um padre amigo – está por cima de todas as divergências religiosas e políticas. Eis uma verdade: Senhor do Bonfim não é exclusivo de nenhuma religião. Sua festa, que dura oito dias (sendo que os três últimos parecem carnaval), tem muito de fetichista e Édison Carneiro a considera mesmo a “maior festa fetichista do Brasil”. Para os negros o Senhor do Bonfim é Oxolufã, ou seja, Oxalá-velho. Oxalá na sua maior dignidade. Para os cétricos êle é um símbolo do pitoresco e da poesia solta nas ruas da Bahia. Mas nestes últimos anos, Senhor do Bonfim, devoção maior do povo baiano, tem sido antes de tudo símbolo das tradições que o povo brasileiro deseja conservar, livres da escravidão do fascismo, livres numa pátria independente. Senhor do Bonfim, nestes anos, tem sido um santo de guerra.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> Ibidem, p. 145.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 123.



Assim como os baianos (e como um santo baiano), o Senhor do Bonfim consegue ser um santo harmonizador dissolvendo divergências raciais, de classe, política, mas também consegue ser guerreiro, “um santo de guerra” para defender os valores essencialmente narrados como baianos, a liberdade e a harmonia. Jorge Amado descreve exaustivamente a beleza e a riqueza presentes na divindade dessa festa,

As festas duram oito dias, mas seu maior momento é sem dúvida a quinta-feira da lavagem. Apesar do sábado e do domingo com seus ranchos na colina, mistura de festa de reisado e de carnaval, apesar da segunda-feira da Ribeira com suas comidas, suas festinhas familiares, sua cachaça farta e fácil. Ainda assim o maior espetáculo é a lavagem da igreja com a procissão que a precede.

A procissão da lavagem, espetáculo para um quadro de Cícero Dias ou uma aquarela de Luíz Soares, sai da Igreja da Conceição da Praia. A multidão se aglomera em frente ao Elevador Lacerda e ao Mercado Modêlo. Quem nunca viu esta procissão da lavagem do Bonfim não sabe os segredos da beleza nem os segredos da poesia. Talvez por um milagre a mais do Senhor do Bonfim talvez porque não seja mesmo hábito chover no verão baiano, a verdade é que a manhã desta quinta-feira é sempre esplêndida de luz. No cais próximo os pequenos e líricos saveiros bordejam os grandes navios de guerra que conduzem os soldados aliados para as campanhas da Europa. Há um ar de festa nas ruas comerciais e o rosto os homens se abre em sorrisos. Sim, porque quem nunca a viu, jamais poderá imaginar a surpreendente beleza desta procissão. Primeiro direi que há uma harmoniosa confusão de músicas e cânticos, onde os cantos religiosos em estropiado latim se misturam aos cânticos negros as macumbas. Mas, ah! existem também devotos que vivem na boêmia e não sabem nem os cânticos ilustres da igreja nem as canções em honra de Oxolufã. Ainda assim são devotos do Senhor do Bonfim e desejam cantar para o santo, música em sua homenagem. E cantam então sambas e marchas, gemem as violas, as cuícas, os cavaquinhos. Mas é tudo em louvor do santo e nesta quinta-feira o pecado não existe nas ruas da cidade da Bahia.<sup>183</sup>

E continua tentando apreender com palavras a intensidade dessa festa,

E vêm os aguadeiros, em jumentos e carroças. Dizer jumentos e carroças é dar uma triste e falsa idéia do que é este espetáculo. Os jumentos desaparecem sob papel de sêda recortado, coisa tão lírica nunca se viu! as carroças desaparecem sob as flores, tão variadas e tão numerosas. Não eram carroças, eram carros florais de primavera, não eram jumentos, eram animais simbólicos e lendários. Nunca se reuniu no mundo tanto colorido, tanta graça e tanta alegria. Tôdas as côres nos vestidos das *baianas*, nos papéis pintados, nos desenhos dos tabuleiros, nas flores sôbre as bilhas, as moringues, os potes. Ah! A

<sup>183</sup> Ibidem, p. 124-25.

sedução destas bilhas, dêstes potes, dêstes moringues... As frutas da Bahia, mangas, laranjas, sapotis, abacaxis, esplêndidas, saltam dos tabuleiros, são para o santo. Porque Senhor do Bonfim, como os orixás negros, recebe presentes de frutas nos ritos africanos.<sup>184</sup>

Muitas outras festas são citadas e descritas na sua alegria, colorido, devoção do povo, mistura e harmonia. A festa de Iemanjá, festa de Bom Jesus dos Navegantes, o Reisado, a festa da Senhora Sant'Ana, Aleluia, a festa do Espírito Santo, Dois de Julho, São Cosme e São Damião, festa de Santa Bárbara, festa da Conceição da Praia. Ele não esquece, porém do mês de junho,

O São João é para nós, baianos, o que é o Natal para os povos europeus. Porém junho não é apenas o mês de São João. É também o de Santo Antônio, patrono das moças casadoiras, e o São Pedro, padroeiro das viúvas (“viúva é o sexo mais perigoso que existe”, explicou-me certa vez um negro).

Junho é o mês do milho. É ele que domina tôdas estas comemorações de santos padroeiros. De mistura com as fogueiras e os balões, o milho está presente durante todo o mês. O milho e a laranja, as célebres laranjas da Bahia, sumarentas, os enormes umbigos. Quanto maior o umbigo e mais fina a casca, melhor a laranja, diz o povo. Milho das canjicas, dos mungunzás, dos manuês, dos acaçás, milho assado nas fogueiras, pipocas, milho cozido com café. Pamonhas e bolos. Doces envolvidos na palha crespa do milho. Junho é o seu mês, o tempo em que melhor se come na cidade (excetuando a Semana Santa, é claro). A finíssima canjica, a deliciosa pamonha, os manuês saborosíssimos. E o licor de genipapo para acompanhar.<sup>185</sup>

Ele completa que “tem gente que dança do primeiro ao último dia do mês” e que os festejos juninos se estendem até e emendam com a festa do Dois de Julho, data que se comemora a Independência da Bahia,

“Foi um Dois de Julho”, se diz na Bahia quando se faz referência a uma coisa notável ou grande ou barulhenta ou grandiosa. As festas do Dois de Julho têm um caráter cívico e patriótico que não lhes tolda a graça popular. Comemora-se a data da entrada triunfante dos exércitos libertadores na capital em 1823.

Da Lapinha parte o préstito conduzindo as carrêtas com o Cabloco e a Cabloca, puxados pelo povo. Bandos representando os batalhões patrióticos que lutaram pela independência acompanham o préstito. Toda gente veste roupa branca neste dia e usa braçadeiras verde-e-

---

<sup>184</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>185</sup> Ibidem, p. 139.

amarelas. Nas lapelas e nos obrigatórios chapéus de palha quebrados de lado usam-se fôlhas de um cróton também verde-e-amarelas.

O préstito faz o percurso histórico do Exército Libertador: Lapinha, Soledade, São José, Perdões, rua 15 Mistérios, Conceição do Boqueirão, Cruz do Pascoal, rua do Carmo, Pelourinho, Portas do Carmo, Terreiro, chegando por fim ao Largo da Sé onde o Cabloco e a Cabloca demoram numa barraca onde o povo os admira. Cosme de Faria faz um discurso.

À tarde o cortejo rumo para o Campo Grande, onde no monumento ao Cabloco há uma cerimônia cívica. É um dia alegre, muito baiano na sua jovialidade e no seu culto à liberdade. Há um verso muito repetido sobre o Dois de Julho que diz que o sol de Dois de Julho brilha mais que o de primeiro. A verdade, porém, é que quase sempre chove.<sup>186</sup>

É exemplar que nessa reencenação da mais importante batalha baiana as cores reverenciadas não são as cores da bandeira baiana (branco, azul e vermelho), mas, o verde e amarelo, as cores da nação, mostrando que ele não é reencenado apenas como um mito baiano, e sim brasileiro. Outro aspecto que nos chama atenção é que na versão amadiana, como já foi dito anteriormente, a festa é um espaço de conciliação, de harmonia. Muito diferente, no entanto, são os relatos de Wlamyra Albuquerque e Rinaldo Leite que estudam um período imediatamente anterior ao da escrita do Guia. A festa carnavalesca registrada pelo periódico *Bahia Ilustrada*, estudado por Rinaldo Leite, por exemplo, apresentava “as ‘senhorinhas’, as famílias e a ‘fina flor da sociedade’”, como os sujeitos “típicos, legítimos e, aparentemente, únicos foliões das brincadeiras momescas”. Essa representação desprezava a existência do povo e

as celebrações populares sofreram, durante os anos republicanos, intensas críticas e desaprovação por parte das elites, assim como passaram por sucessivos ensaios de controle e, em alguns casos, até tentativas de extinção. O carnaval de rua, por exemplo, teve, nos anos finais dos oitocentos e iniciais dos novecentos, uma marcante presença negra, devido os clubes que regatavam as tradições e heranças africanas. Estas associações foram, no entanto, tão durante depreciadas nos jornais que a repressão a elas dirigidas conseguiu proibi-las de desfilar por toda a Primeira República, pelo menos. Também o culto aos cablocos, a face mais popular das comemorações anuais do Dois de Julho, os quais arrastavam uma multidão ao saírem para cumprir seu trajeto no desfile cívico, não era algo do agrado das elites, que pretenderam substituir, certa vez, a devoção a eles pela de um santo católico. E se quisermos lembrar outros hábitos, pode-se incluir os posicionamentos contrários ao soltar fogos nas festas juninas, assim como aos batuques ouvidos nos diversos cantos da

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 148-149.

cidade, fosse em reuniões informais ou nas cerimônias das religiões afro-brasileiras.<sup>187</sup>

Falando sobre como as alas estavam organizadas no cortejo dos festejos do Dois de Julho, Wlamyra Albuquerque nos expõe que, longe da festa ser “lugar” de conciliação e harmonia, ela era espaço para reencenação da hierarquia sócio-racial por meio da exclusão da “crioulada” e da “mulatada”, vistos como elementos negativos, a destoar dos demais ilustres participantes e atrapalhar esse solene evento cívico. Ela conclui, no seu estudo, que a festa do povo era a “levada dos carros”, ou seja, o retorno à Lapinha do Cabloco e da Cabloca, para serem guardados até o ano seguinte, que ocorria mais ou menos uma semana após o desfile, esta sim era a festa popular regada a bastante cachaça.

Na manhã do dia 2 os participantes começavam a tomar lugar no cortejo. As autoridades, os acadêmicos da Escola de Medicina e Direito, os associados do IGHBA, as senhorinhas da Escola Normal, os caixeiros e a comissão organizadora solenemente iam à frente do préstito empenhados em apresentar aquele momento como fundado em uma ordem cívica e seriedade patriótica. A “crioulada” e a “mulatada” a “tumultuar os festejos”, encarnando a desordem, mantinham-se ao lado dos carros dos cablocos e após as alas organizadoras, inclusive as bandas de música”.<sup>188</sup>

No Guia, festa, vivência popular e comida andam juntos. Assim como no *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, Jorge Amado dá grande importância à culinária. Para ambos a cozinha não é uma expressão cultural de segunda linha, para eles, a culinária figura como mais uma das provas materiais da mistura que se deu no Brasil, uma mistura de sucesso que resultou em pratos saborosos. Mas não é apenas isso. O alimento também é um agregador. Em volta das fartas mesas das casas-grandes, a sociedade patriarcal era reencenada, a cozinha também registrava a hierarquia social dessa sociedade, as mulheres na cozinha: as negras cozinhando, as iaiás brancas supervisionando e o senhor sentado a cabeceira da mesa para ser servido.

<sup>187</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005, p. 284-286.

<sup>188</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 59.

A forte ligação com a cozinha, com a comida, também nos revela algo do caráter de baianos e nordestinos. Gente gorda que come muito e fartamente, gente simples, sincera, gorda não apenas fisicamente, como nos disse Amado, gorda de caráter. Segundo Paloma Jorge Amado, na obra amadiana “o de comer e o de beber” serviam também para “marcar o caráter, a personalidade dos que comem” a comida farta feita com azeite e pimenta, os carurus, vatapás, a cachaça marca a gente simples e boa do povo enquanto “os ricos bebedores de uísque” comedores de comidas grã-finas “têm um caráter duvidoso”.<sup>189</sup>

No texto amadiano, a comida está presente em várias passagens, nas festas, nos mercados, nas feiras-livres, no restaurante ao ar livre da baiana Maria José, na madrugada da Praça Castro Alves, nas muitas referências às baianas vendedoras de comida. Seus tabuleiros são ricos em sabores, mas também em mistura e tradição. Mas, acreditando ainda ser pouco, Jorge Amado dedica um item no Guia para falar das comidas afro-baianas.

Todo mundo gosta de abará, diz a canção do poeta baiano, mas ninguém quer saber o trabalho que dá... Realmente é trabalhosa e difícil esta cozinha afro-baiana que marca tão agudamente a nação da Bahia. Temos uma cozinha nossa, chegada da África com os negros, misturada aqui pelos portugueses. Comidas com sonoros nomes africanos e um sabor peculiar de azeite de dendê e pimenta. Eis aí, mais o leite de côco, os três elementos que dão personalidade própria à nossa cozinha. Êsse azeite amarelo de côco de dendê, essencial para grande parte dos pratos baianos, a pimenta malagueta ou de cheiro que se mistura à totalidade das receitas e é servida em molho separado porque existem os baianos que gostam de muita pimenta na comida e aqueles que só sabem comer com muita pimenta e mais alguma, o leite de côco para as moquecas, para o cuscus, requintando o sabor da comida baiana.<sup>190</sup>

A essência baiana, ou seja, a mistura, está fortemente presente, é a marca principal da culinária baiana e há um ditado popular que diz “somos o que comemos”. Dessa forma, os baianos, como mestiços que são, física e psicologicamente se identificam e são apaixonados por sua culinária, essa também é uma forma de expressar um pertencimento cultural à “nação da Bahia”. Outro aspecto relevante, que não

---

<sup>189</sup> JORGE AMADO, Paloma. O de comer e o de beber na obra de Jorge Amado. In: FRAGA, Myrian (org.). *Bahia, a cidade de Jorge Amado: ata do ciclo de palestras - A Bahia de Jorge Amado*. Salvador: FCJA; Casa das Palavras, 2000, p. 65-66.

<sup>190</sup> Ibidem, p.291.

poderíamos esquecer, é que a culinária afro-baiana é uma culinária sagrada, essa é também a comida dos deuses afro-baianos. Mais do que alimentar apenas o corpo, essa comida alimenta também a alma, a religiosidade desse povo. Ele compartilha com seus deuses essas iguarias. O alimento é aí utilizado como um instrumento que religa o mundo material ao mundo espiritual. Jorge Amado nos fala do poder e extensão do prestígio dos pais-de-santo dos candomblés, dando provas novamente da plasticidade conciliadora da Bahia capaz de unir ricos e pobres, pretos e brancos em torno de uma mesma fê.

Não penseis que o poder dos pais-de-santo se estenda sòmente sôbre os negros pobres, sôbre os mulatos desta cidade. Brancos ricos, grã-finos da Barra e da Graça, gente da Vitória e da Avenida Oceânica, palmilham os caminho da Gomeia, e os caminhos também difíceis dos outros candomblés, em busca de feitiços, rezas e remédios, em busca de consôlo e esperança.<sup>191</sup>

E o povo come, bebe, se diverte, se mistura, vive terna e intensamente a cultura popular baiana, e a feira é um desses espaços onde vários aspectos da cultura baiana se encontram.

A feira de Água dos Meninos é uma festa noturna e semanal. Realiza-se no sábado à noite e na manhã do domingo. Os saveiros vindos das pequenas cidades do recôncavo descansam no pôrto em frente à feira, onde barracas se levantam para a venda de todos os produtos baianos. Tem quem só vá à feira passear. Negros, mulatas, marítimos, gente grã-fina que vem comprar, acotovelam-se ante as barracas que vendem a melhor comida baiana em pratos de flandres. Num canto alinham-se as panelas de barro, os moringues, os potes, as esculturas populares (burrinhos, imagens de São Cosme e São Damião, brinquedos para meninos), as jaras, todos os trabalhos que os camponeses fabricam com o barro da terra dadivosa do recôncavo. Sapatos vindos de Feira de Sant'Ana, alpercatas, chinelos, sapatões vermelhos que os negros adoram.

É uma festa. Os coloridos vestidos das “baianas”, os tabuleiros de frutas, doces e acarajés, os montes de abacaxis e melancias maduras, as gargalhadas do povo negro, as piadas trocadas entre marítimos e mulatas, o sarapatel fervendo nas panelas, os cegos cantores que pedem esmola, as barracas de bugigangas que atraem os capoeiristas e cozinheiras, as barracas que vendem material para os ritos das macumbas, pedras e ervas, búzios e fetiches, os montes de frutas.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 249.

Jorge Amado traz algumas dessas receitas “recolhidas de negras cozinheiras e mães-de-santo”, como vatapá, açaá, “chin-chin de galinha”, sarapatel, frigideira de camarões, moqueca de peixe, acarajé, abará, caruru, aberém, arroz de aussá, mungunzá, efó, cocada branca, cocada puxa, aluá. Mas, confessa: não acredita na sua eficácia para qualquer um que tente colocá-las em prática, pois, para ele, o segredo não está no que se deve misturar, “mas, sim na própria mistura, em conseguir alguém apoderar-se dessa ciência que cada vez está mais circunscrita a um restrito número de negros e mulatas e de donas de casa”. Da mesma forma que Freyre, Jorge Amado lamenta que essa culinária esteja se acabando “em meio ao grã-finismo ridículo, preocupado com a imitação mal feita da cozinha francesa, perde-se o sabor admirável dos pratos baianos”.<sup>193</sup> Mas a descaracterização da cultura baiana não estava ocorrendo apenas com a culinária. A arquitetura também estava sofrendo duros ataques, como a derrubada da Igreja da Sé de onde o Padre Antônio Vieira pronunciou “com sua voz de fogo, os sermões mais célebres da sua carreira”, o “monumento histórico mais importante da cidade” para alargar as ruas e ceder mais espaço para trafegar os bondes.

O povo da Bahia perdeu seu monumento, a ruazinha atrás da Igreja veio abaixo e os bondes da Circular ficaram com todo o Largo. Puseram uns bancos de mármore, plantaram uns ficus. Onde era o Parque construíram certa monstruosidade arquitetônica que chamam de Belvedere. Tudo que se salva é a vista sobre a montanha e o mar. Havia antes uma sólida beleza, negra e pesada, que era necessário conservar, que pertencia ao povo todo, era um bem da cidade. Agora tudo ficou pequenino apesar do alargamento surgido da derrubada da igreja e da rua. Ficou tudo de um mau gosto irritante.<sup>194</sup>

Mas não foi apenas o Largo da Sé que sofreu. A Avenida Oceânica, para Amado, um dos mais belos pontos de se ver a Bahia por ter algo de “selvagem, de inconquistado, de poderoso que o mau gosto dos granfas ainda não conseguiu liquidar”, estava também ela perdendo sua originalidade devido a “tristeza arquitetônica de certas casas pseudo-modernas”.<sup>195</sup> Jorge Amado, como Freyre, acreditava que o Brasil, o Nordeste, a Bahia não deveriam se curvar diante das estrangeirices modernas. Sua força e beleza vinham desse passado, dessa mistura, que imprimiu certa singularidade ao

---

<sup>193</sup> Ibidem, p. 291-292.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 50-54.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 69.

nosso país e que essas regiões ( Nordeste e Bahia) deveriam preservar, pois faziam parte de algo essencial da identidade brasileira.

Salvador, a cidade da Bahia, da década de 1940, era, segundo os dados trazidos pelo próprio autor, uma cidade mediana para os padrões atuais, com uma população de 285.933 habitantes<sup>196</sup> e possuía uma infra-estrutura bastante deficitária para receber os turistas. Faltavam hotéis, restaurantes que pudessem atender bem os visitantes, bem como opções de lazer. Jorge Amado reclama,

Bem merecia a cidade, com tantos fatores favoráveis para o turismo, melhores hotéis que acomodassem aqueles viajantes desejosos de um maior conhecimento da mais características das cidades brasileiras e que pensassem numa permanência longa em meio ao povo mais acolhedor e amável do Brasil. A falta de bons hotéis no centro da cidade, assim como de hotéis para turistas em bairros como Barra ou Amaralina, próximos às praias onde a constante brisa do mar faz das tardes verdadeiras delícias, é uma dessas clássicas lacunas a preencher.<sup>197</sup>

Passado, presente e futuro se digladiam no texto do Guia. Apesar de Jorge Amado censurar os que “ficam apenas na recordação saudosista do passado, presos ao lado conservador do espírito da cidade”<sup>198</sup> e de clamar por melhorias na infra-estrutura urbana para melhor atender aos visitantes, ele próprio é flagrado em várias passagens do texto criticando as intervenções urbanas modernizadoras. É um tenso equilíbrio. As reformas, para ele, deveriam se harmonizar e preservar a arquitetura antiga da cidade, deveria realçá-la e não competir com ela, muito menos derrubá-la. É o novo que deve adaptar-se, assim como os mais jovens devem respeito e reverência aos mais velhos, (é a lei natural de acordo com a cultura patriarcal). Duas décadas depois, numa edição revista e atualizada do Guia, Jorge Amado já se preocupa com os efeitos do turismo,

certos homens, aventureiros vindos de tôdas as partes, tentam reduzir essa beleza negra e pesada, densa como óleo e profunda de mistério, às proporções turísticas, e tudo fica pequeno e triste quando tocado por tais mãos. Existe uma persistente e criminosa tentativa de reduzir a beleza da Bahia, sua dramática beleza centenária à medida limitada da curiosidade turística, e maus poetas, vindos de fora, cantaram sem a entender, e cineastas a fotografaram sem a sentir, e milionários e grã-

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 26.



finos a compraram sem a conhecer, e a todos ela resiste e persiste para todos capazes de compreendê-la e amá-la. Persiste na sua grandeza, no seu mar e nas ruas, na renovação diária de sua beleza e do seu mistério.<sup>199</sup>

Amado teme a modernidade, e a Bahia, assim como o Nordeste, se transforma também num “espaço da saudade”, território onde o passado foi aprisionado, *front* de combate à modernidade desagregadora no qual Gilberto Freyre e Jorge Amado, dentre outros, lutaram bravamente para manter preservados. No seu apego nostálgico ao passado, lamenta o que “havia antes”, “antigamente” e que hoje não há mais devido “mau gosto irritante” e a construção de certas “monstruosidade[s] arquitetônica[s]” que “estragam as paisagens mais formosas”. Defende a culinária baiana, os velhos casarões coloniais, a natureza intocada “ainda não maculada”<sup>200</sup> pelo excessivo desejo de mudança do seu tempo.

Assim, a mais brasileira das cidades, a que possui os valores mais autênticos, porque primordiais, precisa ser preservada, sob pena do Brasil se descaracterizar, visto ser a Bahia este último reduto cultural, segundo Freyre, “e Deus queira que invencível”<sup>201</sup>, uma vez que as demais cidades brasileiras estavam se entregando à sedução modernista européia. A mais singular, o último bastião da tradição precisava ficar de pé, resistir às mudanças, resistir ao tempo, aos tratores da modernidade, pois

Não há cidade como essa por mais que a procureis nos caminhos do mundo. Nenhuma com as suas histórias, com o seu lirismo, seu pitoresco, sua funda poesia. No meio da espantosa miséria das classes pobres, mesmo aí nasce a flor da poesia porque a resistência do povo é além de toda a imaginação. Dêle, dêsse povo baiano, vem o lírico mistério da cidade, mistério que completa sua beleza.<sup>202</sup>

E a narrativa do Guia Bahia de Todos os Santos é uma tentativa (daquelas meio mágicas) de manter de pé a cidade da Bahia, nem que seja na memória.

<sup>199</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. 16 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1968, p. 327.

<sup>200</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951, p. 50-54.

<sup>201</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed., Rio de Janeiro, Record, 1998, p. XLV.

<sup>202</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951, p. 31-32.

### 3.3 - “Em Defesa da Bahia”: um Estado empobrecido e suas reivindicações.

Na antiga geografia do Brasil que o dividia entre o Norte e o Sul, a Bahia aparecia como o primeiro Estado da região Sul, região esta que iria da Bahia ao Rio Grande do Sul e que contrastava com a região Norte, devido ao seu progresso material, enquanto a outra vivia em pobreza, ignorância e servilismo.<sup>203</sup> Nos

anos trinta, mesmo com a idéia de Nordeste já cristalizada, não incorporava ainda a Bahia. A Bahia era vista, neste momento, como uma realidade à parte, tanto do ponto de vista econômico e político, como cultural. O ser baiano, que contraditoriamente vai ser a forma de conhecer todo o nordestino que chega a São Paulo, foi, durante muito tempo, considerado como tendo uma identidade divergente da nordestina.<sup>204</sup>

Nas divisões regionais, a Bahia já fez parte do Brasil Oriental, do Sul, do Este, do Leste Setentrional. A realidade a parte, da qual Durval Albuquerque nos fala, era concretizada no traçado regional quando, por exemplo, na divisão proposta, em 1945 pelo IBGE, conforme nos mostra o mapa a seguir, a região Leste Setentrional era composta apenas por dois estados: Bahia e Sergipe. Esta divisão estava baseada na posição geográfica e nos aspectos físicos do território, elementos considerados como tendo uma maior estabilidade de comportamento.

---

<sup>203</sup> Jornal o Estado de São Paulo “O Bloco Político do Norte” de 03/09/1920, p. 4, c. 5. Apud ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 43.

<sup>204</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 218-219.



**Mapa 1 - Fonte: LIMA (org.) Maria Helena Palmer. Divisão Territorial brasileira. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.**

Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 1938, esse órgão passa a ser o responsável pela divisão regional oficial do país, e só em 1958 é que a Bahia fará parte dos estados do Nordeste quando seu conceito é reformulado pelo Governo Federal com a criação do Banco do Nordeste do Brasil, demarcando a região numa área denominada de “Polígono das Secas”. Essa mudança só será concretizada junto com uma série de outras mudanças em 1970, conforme vemos no próximo mapa.



**Mapa 2 - Fonte: LIMA (org.) Maria Helena Palmer. Divisão Territorial brasileira. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.**

Antecipando essa divisão oficial do IBGE de 1970, Gilberto Freyre, em seu livro *Nordeste* (1937), delimita essa região como indo “desde o Recôncavo, na Bahia, até certos trechos do Maranhão”.<sup>205</sup> Se não havia uma proximidade climática, territorial e econômica que justificasse a inclusão da Bahia, pelos órgãos oficiais, na região Norte e, posteriormente, na nascente região Nordeste, havia para Freyre e também para

<sup>205</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5 ed., Rio de Janeiro; Recife: José Olympio; FUNDARPE, 1985, p. 7.

Amado uma proximidade cultural muito grande entre essas duas regiões que justificava que eles as considerassem pertencentes a uma mesma região cultural em seus escritos.

No Guia, escrito em 1945, não nos esqueçamos, Jorge Amado identifica a Bahia como pertencente à região Norte, a antiga denominação, ou Nordeste, cita as populações sertanejas da Bahia e vê semelhanças culturais entre a Bahia e essa região. Para Freyre, a terra fértil do massapé, encontrada da Bahia ao Maranhão, propícia para a plantação da cana-de-açúcar, foi onde “primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira, os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro”<sup>206</sup>, gestando esses dois fatores conjugados: a terra úmida e a civilização do açúcar, uma continuidade e riqueza cultural por ele identificado como o mais autêntico Brasil.

A Bahia, para Freyre, fazia parte daquele primeiro Nordeste, o mais antigo, identificado não pela falta, mas sim pela abundância. Um Nordeste de águas fartas, de “terra gorda e de ar oleoso”. O Nordeste das “casas-grandes dos engenhos”, “dos sobrados de azulejo”, “dos mucambos de palha de coqueiro”.<sup>207</sup> O Brasil primeiro, o mais original. Segundo Freyre

A terra mais macia do litoral e da “mata” do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os seus próprios senhores – como sobre as próprias plantas terríveis do tipo da maconha, importada da África – amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia naqueles baianos maneirados que Joaquim Nabuco retratou n*Um Estadista do Império* - os políticos mais flexuosos e plásticos da monarquia: às vezes excessivamente flexuosos e até falsos, homens sem palavra, a ponto de “baiano” ter ficado para o resto do Brasil equivalente de “francês”. E arredondando as mulheres naquelas iaiás dengosas que os Maciéis Monteiro e os Castro Alves cortejavam em versos tão sensuais e que foram umas criaturas diabólicas pelas graças do sexo, desde muito verde especializado para o amor; suavizando pernambucanos e alagoanos em estadistas e diplomatas do tipo de Araújo Lima, de Maciel Monteiro, de Francisco do Rego Barros, afrancesados que, entretanto, tiveram seus rompantes de independência em relação até com o Papa; do tipo do próprio Joaquim Nabuco, a quem não faltaria nunca o gosto da contemporização, a plasticidade de atitudes e até de idéias, embora a altivez fosse também um dos seus traços mais pernambucanos. Do tipo de Carvalho Moreira e de João Alfredo que nos momentos mais ásperos de luta conservaram os punhos de renda:

---

<sup>206</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 6.

essa renda também tão do Nordeste, feita pacientemente por moças e velhas nos seus vagares para os vestidos das senhoras, as toalhas de mesa, os panos dos altares de santos, os enxovais de batizado e de casamento. Arte rival da do doce fino, da do quitute delicado, da de rede de plumas.<sup>208</sup>

Os homens zangados, agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura são filhos dos sertões ou de engenhos de terras ásperas . O Nordeste do massapê é plástico, maleável, acolhedor, doce como sua terra. Os homens iguais a terra. Flexíveis, macios, mas capazes de roupantes libertários. Sensuais, especialmente as mulheres, arredondados, dengosos. Talvez aquele mesmo caráter gordo de que fala Jorge Amado.

Mas a Bahia não se identifica apenas com o Nordeste da abundância, ela também se insere no “outro Nordeste”: o da falta, da seca, das paisagens duras, dos mandacarus. E outros discursos a aproximavam desse Nordeste, ou pelo menos dos seus problemas, como no “brado lancinante de socorro” feito pelo Senador Pinto Aleixo em 1947,

Sr. Presidente, desejo, nesta primeira oportunidade, que se me apresenta, transmitir ao Senado e ao Exmo. Sr. Presidente da República um brado lancinante de socorro, feito pelas populações flageladas da Bahia. O Estado, presentemente, atravessa uma sêca, que se pronuncia – pode-se dizer – calamidade pública. Tôdas as lavouras, do nordeste, do centro e do sudeste já estão perdidas; as pastagens ressequidas e quase todos os fazendeiros da região que tive oportunidade de atravessar, no sudoeste, retiram seus gados para a mata, em virtude das pastagens estarem ressequidas e as aguadas prejudicadas. A nossa lavoura cacaueteira acha-se, por sua vez, embora tôda ela feita sob o abrigo da sombra de arvores para êsse fim empregadas, muito afetada. A safra de marçõ, que é de frutos temporões, já se ressentida da sêca que, se demorar mais 15 dias, sòmente poderá proporcionar uma safra reduzidíssima do principal produto baiano.

Todos os vales e os grandes rios baianos, como o S. Francisco, o Jequitinhonha, o Pardo, o Rio de Contas, e próprio Paraguassú, estão sofrendo as conseqüências do flagelo. Só um pequeno trecho do Inhambupe, até o momento em que me encontrava na Bahia, conservava-se normal.

Nestas condições, a população do Estado da Bahia, aquela que moureja no sertão, que trabalha de sol a sol, está com a sua economia comprometida, observando-se que muitos lavradores emigraram. É o caso de fazer funcionar o plano que já existe preparado pela Inspetoria de Obras Públicas, retomando-se os trabalhos de construção de estradas inicialmente de Geremoabo a Canudos, construindo-se a transversal projetada e possibilitando-se, dêsse modo, trabalho a

---

<sup>208</sup> Ibidem, p. 12-13.

muitos flagelados, e, portanto, os meios de subsistência para muitas famílias.

Sr. Presidente, era este o brado que desejava transmitir ao Senado Federal e ao Sr. Presidente da República, certo de que não faltará boa vontade nem disposição para socorrermos os nossos irmãos, que tanto precisam da nossa ajuda.<sup>209</sup>

O discurso do flagelo da seca será utilizado também pela Bahia para ter acesso às verbas federais e aos programas de desenvolvimento econômico, destinados às regiões vítimas desse fenômeno climático. Em aparte ao discurso do deputado Luis Viana, no mesmo ano, o deputado Juracy Magalhães, falando sobre as obras contra as secas, reclama de que “havia a convicção de que a Bahia não devia ser grandemente contemplada, por não haver ali o problema da seca; era uma convicção errada mas, sempre, uma convicção”, e por conta dessa “convicção errada” a “Bahia foi excluída do Plano das Obras contra as Sêcas”.<sup>210</sup> Falando sobre a atuação da Inspetoria de Obras Contra as Secas na Bahia, o deputado Luis Viana diz poder evocar “o testemunho unânime: boa vontade, muita gentileza, muita delicadeza muita atenção; obra – muito pouco”, e continua,

Estou me referindo aos açudes, aos reservatórios de água, que não existem na Bahia. No ano passado, quando houve seca na Bahia, sofremos a calamidade, como V. Ex<sup>a</sup> sabe. Em zonas que são reconhecidamente secas, como a zona de Monte Santo, a de Queimados, a de Cansanção e também na zona central, a de Ituassú, Triunfo, Jiqui, V. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que as populações – e apelo para que o Deputado Novais diga se não é a verdade – morreram de sede, porque até hoje o Serviço de Obras contras as Sêcas não fez lá o que tinha o dever de fazer.<sup>211</sup>

Vemos um esforço dos deputados e senadores baianos em demonstrarem que a sua região era atingida pelo flagelo da seca, e por essa razão, necessitavam dos açudes, reservatórios de água, estradas, de trabalho para as populações sertanejas baiana que estavam perdendo suas lavouras, morrendo de fome e de sede ou emigrando por conta

<sup>209</sup> ALEIXO, Pinto. Seca na Bahia - Pedido de socorro das populações flageladas. *Anais do Senado*. Livro vol. 1, 1947, p. 102.

<sup>210</sup> VIANA FILHO, Luiz. *O aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Discurso proferido na sessão de 23/09/1947 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 16. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 16.

da seca. No entanto, era preciso disputar as verbas federais para o combate às secas com outros Estados já fortemente identificados com a seca e ainda lutar contra um imaginário de opulência baiana, e assim contra-ataca o deputado Paulo Sarasate,

V. Ex<sup>a</sup> diz que não conhece o problema das sêcas, senão na Bahia, porque, se dele tivesse conhecimento, não choraria as máguas; as lágrimas do Ceará são eternas e, só depois de secarem essas lágrimas, é que poderemos cuidar das outras. E já estamos cuidando. V. Ex<sup>a</sup>, que acompanhou brilhantemente os trabalhos da Comissão de Finanças dará seu testemunho de que a Bahia foi muito bem aquinhoadada neste orçamento, graças à diligência deveras louvável de seus representantes, que foram levar sua colaboração para a consecução do trabalho. Notável foi a ajuda do nobre Deputado Sr. Manuel Novais.<sup>212</sup>

Mas, ao que parece, os esforços baianos estavam sendo recompensados e sua bancada conseguiu garantir as verbas necessárias para “socorrer” a população baiana. Quando sobe a tribuna para expor seu estudo sobre *O aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*, em 1947, o deputado federal Luis Viana o faz como um nordestino e não como um representante da Bahia. Nesse momento, oficialmente, a Bahia não fazia parte dessa região, pelo menos na divisão regional brasileira proposta pelo IBGE. Percebemos, portanto, que havia uma ligação cultural e histórica que tornava essa aproximação possível, conjugada a um esforço dos políticos baianos em aproximar a Bahia dos problemas climáticos do Nordeste.

Mas a bancada baiana não subia até a tribuna apenas para reclamar as verbas federais contra a seca, havia também as “reivindicações baianas”. Assim, o senador Lima Teixeira profere seu discurso protestando contra a “espoliação” que seu estado vinha sofrendo ao não usufruir das divisas produzidas por suas exportações. Mas deixemos que ele mesmo fale:

No ano de 1956, a Bahia exportou cerca de seis bilhões de cruzeiros e sua importação não chegou a um bilhão de cruzeiros. As divisas assim obtidas proporcionaram benefícios a outros Estados da Federação, menos ao meu. Dêse modo, Sr. Presidente, cresce entre os baianos um sentimento de revolta contra êsse conformismo, principalmente porque – Deus nos livre dessa hipótese – se a Bahia fôsse um Estado independente, ou separatista, seria um dos mais progressistas do

---

<sup>212</sup> Ibidem, p. 16-17.



Continente. Com vinte e oito artigos de exportação, é o maior produtor de petróleo, cacau, mamona, laranjas e côco, em todo o Brasil, e o segundo de agave, e fumo e outros produtos. Dispõe de condições excepcionais, com uma faixa litorânea que julgo não encontrar similar em todo o País. Apesar de tudo, vê-se empobrecida.<sup>213</sup>

Os “problemas baianos” eram principalmente dois: o valor “ridículo”, apenas 5%, do royalty estabelecido para o estado e municípios baianos pela exploração do petróleo, e o segundo é acerca das divisas oriundas da exportação de seus produtos dos quais se beneficiam outras regiões do país. A Bahia se sentia duplamente usurpada pela União, por ser um Estado muito rico, e, no entanto, se via empobrecida, pois “ não é justo que, extraindo o petróleo dos seus mananciais, também esgotáveis ao fim de algum tempo, a Bahia, que terá dado tudo ao Brasil, fique sem coisa alguma”.<sup>214</sup> Por isso, estava crescendo um sentimento de revolta entre os baianos que poderia resultar, conforme ameaça velada do senador, em separação desse estado da União, o que, segundo ele, seria melhor para a Bahia. O senador Lima Teixeira voltará a essa ameaça por mais duas vezes durante esse discurso pela voz de dois intelectuais baianos como veremos mais a frente.

Jorge Amado nos fala em seu Guia como foi a luta do povo baiano pelo petróleo, uma luta contra as “companhias imperialistas” que inicialmente negavam a existência do petróleo no Brasil e contra o próprio governo brasileiro “ e tôda a polícia da ditadura [que] mobilizava-se para garantir a ‘verdade’ ianque dos trustes”.

Vencida a primeira batalha, iniciou-se a segunda. Já não negavam as companhias imperialistas a existência do petróleo. Ao contrário: agora eram as primeiras a afirmar ser o nosso país rico como poucos em ouro negro. Apenas queriam para si a exploração dos poços, queriam roubar-nos nossa riqueza. O povo lançou-se outra vez às ruas, na campanha do ‘O petróleo é nosso’. Novas batalhas, novas lutas, novas prisões, processos, perseguições. E, finalmente, nova vitória do povo com a aprovação da lei do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás. Êste clarão de fogo na noite da Bahia vem de Mataripe, das instalações da Petrobrás, do petróleo baiano. A nova estrela a iluminar as trevas foi ali colocada pelas mãos do povo.<sup>215</sup>

<sup>213</sup> TEIXEIRA, Lima. As divisas produzidas pela Bahia – com referência ao petróleo e ao cacau. *Anais do Senado*, Livro vol. 2, 1958, p. 545.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 548.

<sup>215</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. 16 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1968, p. 275-276.

Mais uma vez o revolucionário povo baiano estava defendendo uma causa nacional. Segundo Francisco de Oliveira, “o processo de industrialização do Centro-Sul” esbarrava num “defeito fundamental na sua base de sustentação técnica: à matriz energética do Brasil faltava o petróleo”<sup>216</sup>, e será a Bahia novamente que virá socorrer a nação e fornecer os recursos energéticos necessários para o desenvolvimento industrial do país. “Durante três décadas, o Recôncavo Baiano será o único produtor nacional de petróleo, chegando a produzir um quarto das necessidades nacionais”<sup>217</sup>, assim, não foi pequena a contribuição baiana para o que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, ocorrido na década de 1970 durante a vigência da ditadura militar.

As elites baianas, contudo, não estavam satisfeitas e continuavam com a “choradeira de que a Petrobras, menos por ela e mais por determinação de sua direção nacional – o imperialismo do Centro-Sul –, não pagava taxas de *royalties* mais altas, como seria de ‘direito’, já que a Bahia estava ‘sustentando’ o processo de enriquecimento do Centro-Sul”.<sup>218</sup> Por outro lado, ainda segundo Oliveira, a “Bahia será a principal beneficiada” pelos incentivos fiscais sob a égide da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene. “Em alguns ramos industriais, como metalurgia, extração de minerais, mecânica, borracha, química, o estado da Bahia absorverá mais da metade de todos os investimentos industriais realizado no Nordeste”<sup>219</sup>, informação que contrasta com o discurso dos parlamentares baianos nos quais a Bahia tudo dava a nação e não recebia nada em troca.

O senador Lima Teixeira afirma em seu discurso, proferido em 1958, estar sofrendo pressões, especialmente da intelectualidade baiana, para não aceitar o tratamento injusto dispensado à Bahia pela União.

Venho recebendo inúmeras cartas de amigos e artigos publicados na imprensa da minha terra, sobretudo dos professores da Faculdade de Direito, Jayme Junqueira Ayres, uma das nossas maiores expressões intelectuais, e Nelson de Souza Sampaio, culto e erudito. Apelo aqueles professores para os representantes da Bahia no Congresso Nacional, no sentido de não se conformarem com o tratamento

<sup>216</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 41.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 61-62.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 47.

desigual dispensado àquele Estado, que tanto contribui para a economia nacional.<sup>220</sup>

ao que corrobora o senador Othon Mäder,

Acompanho esta questão desde algum tempo. Tenho recebido inúmeros recortes de jornais, relatórios e discursos, inclusive o artigo do Professor Jaime Junqueira Ayres, a respeito da espoliação que o Estado de V. Ex<sup>a</sup> vem sofrendo. Creio que os baianos estão dominados pela idéia de que a Bahia está sendo sacrificada. Na realidade está, porque de tudo aquilo que tem produzido para benefício do Brasil, muito pouco a Bahia consegue usufruir. Acompanho o movimento, vejo que está tomando vulto, não sendo de estranhar ocorra, dentro em breve, verdadeira revolta, naquele Estado, contra a espoliação que vem sofrendo. Prova do meu interesse pelo assunto foi a apresentação ao Projeto da Petrobrás, de emenda no sentido de repartirem-se os benefícios da exploração da terra. Infelizmente, não pude ver essa emenda aprovada. Posteriormente, quando aqui passou o projeto de pagamento desses benefícios diretamente aos Municípios, renovei aquela sugestão. Ainda desta vez não logrou aprovação a minha idéia; mas vejo que os baianos se estão convencendo de que a exploração do petróleo não está trazendo vantagem alguma para a Bahia.<sup>221</sup>

Sim, os baianos estavam convencidos de que estavam sendo sacrificados, é o que indica esse e outros discursos da bancada baiana na Câmara e no Senado Federal, convencidos de que “a Bahia, maior produtor de petróleo do Brasil, ao invés de enriquecer e progredir, está[va] empobrecendo”.<sup>222</sup> E continua o senador Lima Teixeira, pois diz que o seu propósito era levar ao conhecimento de todo a campanha desenvolvida na sua terra para defender sua economia, sobretudo o petróleo. O senador passa então a ler passagens do artigo de autoria do professor Jayme Junqueira Ayres que, segundo ele teve grande repercussão no seu estado.

São raros os baianos convencidos de que sua terra já não é decadente, terra do *já houve*, do *já teve*, do *já foi*, - Preteritópolis. É porque acreditam nas insuperáveis dificuldades baianas, que se hão disposto a aceitar todos os *abusos, usurpações e intrujices*. A convicção íntima da decadência gera os hábitos da pusilanimidade. Esta geração baiana tem a atitude de mendiga: está sempre a pechinchar verbas e favores do Governo Federal. *O Governo Federal responde-lhe por cima do*

<sup>220</sup> TEIXEIRA, Lima. As divisas produzidas pela Bahia – com referência ao petróleo e ao cacau. *Anais do Senado*, Livro vol. 2, 1958, p. 545.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 545-546.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 548.

*ombro, e dá-lhe alguma esmola, quando dá. Entretanto, espolia-a. Espolia-a, à luz do sol, impávido e impune. Ela, porém, não toma conhecimento da espoliação, nem contra esta, se insurge, porque todo mendigo é, por seu próprio destino, alguém que renunciou à coragem de viver por si mesmo. Em última palavra: pusilânime.*

No entanto, a realidade profunda, bem visível e tangível é muito outra. *Quem tem petróleo, não precisa importar do exterior combustíveis e lubrificantes. Economiza o largo dinheiro que isso custa.*

*E quem tem petróleo além de suas necessidades, pode vender a sobra, e ganha. O enriquecimento aqui é duplo: no “economizar” e no “ganhar”.* Por outro lado, a Bahia é um dos Estados brasileiros cujas exportações produzem mais divisas no estrangeiro. É atualmente o 3.º Estado produtor dessas divisas. Ora, quem tem divisas no exterior, pode ali comprar aquilo de que necessite imperiosamente. Pois bem: *o petróleo baiano serve muitíssimo menos à Bahia do que a outras regiões que, em detrimento dela, progridem e enriquecem.* A bem dizer, prejudica-a. Quanto a suas divisas, a Bahia não utiliza para si, sequer, 2% delas. *Nosso petróleo e nossas divisas vão enriquecer outras regiões, máxime do Sul do País. A Bahia produz para empobrecer-se.*

Ponderem bem Vocês – *se a Bahia fôsse, por acaso, um país independente seria, com seu petróleo e suas explorações(sic) uma das nações de maior progresso, neste Continente.* Se nos livrássemos da espoliação e desdém a que nos tem sujeitado o Governo Central, seríamos um dos Estados mais Prósperos do Brasil. Nem precisaríamos de leis protecionistas de nossa economia, das quais, por exemplo, sempre precisou e precisa São Paulo.

[...]

É dever dos jornalistas baianos promover essa campanha de esclarecimento popular. Há homens, na Bahia, estudiosos e cientes dêsses assuntos. Eles possuem informes e observações preciosas, que precisam ser do conhecimento de todos. Se a Bahia produz para empobrecer-se com o enriquecimento de outros, isto se deve, em muita parte, à falta da consciência coletiva dos seus problemas. Tragam Vocês para as colunas da imprensa um Miguel Calmon, um Clemente Mariani, tantos outros. Êsses homens, afeitos a tais problemas, devem falar, explicar, sugerir. É certo que já o têm feito em conferências e estudos; mas precisam fazê-lo ao alcance da massa, pela imprensa, com ânimo militante e pertinaz.

O que é certo é que nós, baianos, precisamos perder a cerimônia de *lutar pelo que é nosso e devido à nossa terra.* Enquanto nos calamos e nos submetemos, a cultivar demasiadamente as boas maneiras, outros lutam e reivindicam desenvoltamente o *que é deles e o que não é deles.* E fazem-no, não raro, com empáfia e intrujice que precisamos, definitivamente, embargar.<sup>223</sup>

Certamente, esse artigo inspirou-se num famoso editorial publicado em Salvador no ano de 1915, nos revelado por Rinaldo Leite. Segundo ele,

<sup>223</sup> Ibidem, p. 549-550.

Amplas parcelas das elites baianas se ressentiam pelas transformações ocorridas no país no intervalo de poucas décadas de instalação e consolidação da República – mudanças estas que, na percepção das mesmas, afetaram as mais diversas dimensões das suas experiências. No plano material, no econômico, cultural, no artístico e no político não faltavam razões para lamentar a realidade tal como então ela se apresentava. Remeter-se às glórias do passado podia ser na prática, também, uma forma de reconhecer e denunciar as aflições do presente. As tensões entre passado e presente, júbilos e dissabores, glórias e infortúnios ficaram registradas um editorial do Jornal Diário de Notícias, o qual se propôs a estabelecer um paralelo entre os dois momentos. O editorial tinha o sugestivo título de “A terra do – já teve, o passado e o presente”.<sup>224</sup>

Algo também possível de ser aplicável para o momento que estamos estudando, o artigo do professor Jayme se recente de tudo o que a Bahia já teve e que agora não tem mais. No entanto, para ele era possível para a Bahia retomar o caminho das grandezas do passado, visto seu potencial exportador e petrolífero, bastava apenas que homens de coragem (como muitos que a Bahia já teve) assumissem as rédeas da situação.

E a voz que se levanta no artigo é a voz de um “verdadeiro baiano”, intelectual, combativo, orgulhoso, que não aceita a condição humilhante de pedinte ocupada por seu estado. Não a Bahia! A “mãe das cidades do Brasil”, a “Athenas Brasileira”! Revolta-se contra a falta de coragem desta “geração baiana” que não honrava seus antepassados, que não honrava as glórias do seu Estado. Numa atitude de perdedores que escolheram não lutar, que aceitou covardemente a “atitude de mendiga” que em nada combina com a Bahia e com os baianos.

O discurso da baianidade se constrói, como aliás é próprio aos discursos da culturas nacionais, tentando equilibrar a ambigüidade do passado e do futuro, entre a tentação de voltar as glórias do passado e o impulso de avançar para a modernidade. É um tenso equilíbrio. E a denúncia do professor Jayme Junqueira era de que aquela geração baiana estava conformada em viver das glórias do passado, transformando sua terra numa *cidade do passado*, ou nas suas palavras numa “preteritópolis”.

Seu Estado, no entanto, não precisava viver assim. Era ele o guardião do “ouro negro” brasileiro, era também o terceiro estado em volume de exportações para o exterior, mas suas riquezas estavam sendo usurpadas e diante dessa situação era bem

---

<sup>224</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005, p. 158.

melhor para a Bahia tornar-se um “*país independente*”, pois, nessa condição, poderia florescer e tornar-se “uma das nações de maior progresso, neste Continente”, algo mais adequado a história baiana. Por isso, clama aos “baianos verdadeiros” do tipo dos intelectuais “Miguel Calmon, ou um Clemente Mariani”, “homens afeitos a tais problemas” para esclarecerem o povo e lutar para a Bahia retomar o que era seu de direito. A Bahia deveria parar de se sacrificar pelo Brasil e pensar um pouco em si mesma e rumar para um futuro com tantas glórias quanto no passado.

O senador Lima Teixeira continua seu discurso citando outro trecho de um segundo artigo do mesmo professor que diz:

O mais curioso é que, do ponto de vista legal, o *esbulho do petróleo da Bahia se faz com violação da própria Constituição Federal*. O art. 153, § 3.º da Constituição, reserva aos Estados, assim que organizem seus serviços administrativos e técnicos, o direito de concederem ou autorizarem exploração de riquezas do subsolo. Isto logo prova que *tais riquezas não pertencem à União. E, o § 1.º, do mesmo artigo 153, assegura aos proprietários do solo, sob o qual haja riquezas minerais, a preferência na exploração delas*, sejam essas riquezas minerais quais forem. Nada mais claro e tranqüilo. *O petróleo, não está excluído da regra.*

O que incumbe à União em matéria de riquezas do subsolo (petróleo inclusive), é legislar sobre elas. Cabe-lhe o dever de firmar as bases e rumos da política petrolífera brasileira, e tutelá-la. Mas, num *passé de prestidigitação*, converteu em atribuição de natureza num direito patrimonial puro e simples. *Fêz-se dona do petróleo*. Transmudou sua ação intervencionista e tutelar numa apropriação indébita. *O tutor empalmou a fortuna do tutelado.*<sup>225</sup>

E repete uma pergunta que segundo o senador está na boca dos baianos: “como pode a gasolina, produzida na Bahia, ser mais cara que a vendida no Rio de Janeiro?” e ainda completa: “suponho que, se o petróleo tivesse surgido em São Paulo, não se conformaria aquele grande Estado, nesta hora, em receber apenas 5% sobre a produção ou sobre a venda daquele produto”. Sua proposta era de que “os baianos se unam, nas Bancadas das duas Casas do Congresso, para solicitar providências tendentes a evitar desequilíbrio tão prejudicial”<sup>226</sup>, pois “a Bahia não está sendo tratada como deveria ser e como tem direito”.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> TEIXEIRA, Lima. As divisas produzidas pela Bahia – com referência ao petróleo e ao cacau. *Anais do Senado*, Livro vol. 2, 1958, p. 551. Grifos do texto.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 551.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 546.

O artigo do professor Jayme Junqueira Ayres não foi, no entanto, o único citado pelo senador Lima Teixeira. O dito senador cita trechos do artigo do também professor da Faculdade de Direito do Dr. Nelson de Souza Sampaio, que diz o seguinte:

A demora em travar-se a discussão somente se explica pela fragilidade do nosso espírito federativo ou pela ausência de uma sadia consciência regionalista. Enquanto se grita, por toda a parte “o petróleo é nosso”, pouquíssimos se atrevem a lembrar ao País que o petróleo é da Bahia. Quase toda a gente se preocupa de defender-nos contra os tristes estrangeiros, mas poucos se incomodam que a União nos trate pior do que mais o explorador dos imperialismos de hoje. Que retribuição nos dá aquela madrasta pelo óleo ou pelo gás natural extraídos dos poços baianos? Apenas migalhas: 5% sobre o valor desses produtos (com a obrigação de entregarmos 20% do seu montante aos municípios produtores) e mais um número de ações do capital da Petrobrás, correspondente a 10% (8% para o Estado e 2% para o município) do valor das jazidas incorporadas ao patrimônio dessa empresa. Imaginemos, agora, o que poderíamos obter se, ao invés de um estado federado, a Bahia fosse um Estado soberano. Qualquer companhia, estrangeira nos ofereceria 50% dos resultados da exploração petrolífera. Como a produção dos nossos poços, supera as necessidades baianas, poderíamos exportar as sobras, aumentando, assim, as divisas que obtemos com a venda do cacau e outros produtos no mercado internacional. Com essa receita cambial poderíamos comprar livremente aos países de maior avanço industrial artigos manufaturados mais baratos e de melhor qualidade do que os da indústria brasileira, que somos obrigados a adquirir por força da barreira alfandegária que os protege da concorrência estrangeira.<sup>228</sup>

Também o artigo do professor Nelson Sampaio insurge-se contra a espoliação da União ao seu Estado. O Brasil, agindo como uma impiedosa madrasta, estava lhe tirando tudo e deixando-o na pobreza. Vivendo de migalhas da sua própria riqueza, a Bahia se via humilhada, envergonhada, mas precisava levantar a cabeça e “lembrar ao País que o petróleo é da Bahia”! E que seu estado não agüentaria mais calado toda a sorte de abusos, nem que para isso fosse necessário separar-se do restante do país, visto que a soberana dos estados federados não estava sendo respeitada quando a União “fêz-se dona do petróleo” baiano! Esse era o momento para o fortalecimento de uma “sadia consciência regionalista” que restabelecesse o equilíbrio que havia sido quebrado quando a União, agindo como o mais “explorador dos imperialismos”, ateou mãos daquilo que não era seu, deixando sua primogênita empobrecida.

---

<sup>228</sup> Ibidem, p. 552-553.

Dois anos mais tarde, em 1960, é a vez do deputado federal Luis Viana Filho levantar sua voz “em defesa da Bahia” contra esses mesmos problemas já denunciados pelo senador Lima Teixeira, utilizando inclusive do mesmo recurso, a citação de vários trechos de artigos de jornais nos quais novamente a intelectualidade baiana expõe sua “antiga e generalizada insatisfação, sobre o tratamento reservado a êsse Estado na distribuição dos benefícios do ouro negro”. Assevera o deputado que “o clima de irritação, de descontentamento e, talvez, mais do que isso, que se está criando na Bahia com a atual política do petróleo seguida pela Petrobrás”, é grande e se estende por vários periódicos baianos “sem discrepância de côr partidária, sem distinção de jornais, é unânime” e assegura que “o movimento ganhou as ruas”<sup>229</sup>, e continua o deputado,

Se quisesse ainda trazer testemunho tão eloqüente quanto êste da imprensa, poderia invocar a moção votada por unanimidade, pela Assembléia do Estado, sem discrepância de qualquer partido ou Deputado, na qual se aplaude a atitude que eu havia tomado aqui defendendo as reivindicações da Bahia. E se aludo a essa moção que tanto me honra, mas da qual não me envaideço, pois sei que é ela, antes de tudo, um estímulo e o revigoramento dessas aspirações da Bahia, não posso deixar de mencioná-lo como documento da mais alta significação, para que se compreenda bem que o assunto paíra acima das dissensões políticas, pois nesta matéria das reivindicações da Bahia, mercê de Deus, não temos divisões, nem separações. Estamos todos unidos, sem discrepância, para que a Bahia venha a ter, querendo Deus e permitindo os homens, aquilo a que tem direito inconcusso. Então, se há de perguntar: por que ainda não foram atendidas as reivindicações da Bahia?

Há um ano, Sr. Presidente, a bancada do meu Estado, pela sua unanimidade partidária, levava ao presidente da República memorial em que expunha, de maneira serena e enérgica, as reivindicações da Bahia. Documento da lavra do Deputado João Mendes, honrava, não somente a nossa cultura, mas também o nosso civismo porque nada pedíamos que pudesse ser detrimetoso à Nação. Queremos ajudar a Petrobrás, o Brasil, e temos certeza e segurança do nosso papel, mas não podemos consentir que, à sombra dessa generosidade da Bahia, se queira espoliá-la ao que de direito lhe pertence, mergulhando-a num terrível empobrecimento.<sup>230</sup>

Mais quais eram essas reivindicações baianas que estavam acima de qualquer discrepância política e unia todos em prol de interesses comuns? Eram quatro as principais. Primeiro, que o preço da gasolina na Bahia não fosse superior ao do produto

<sup>229</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Em Defesa da Bahia: discursos proferidos na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p. 3-4. Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 4.



no Rio e em Santos; a elevação do royalty sobre a exploração do petróleo de 5% para 8%; a instalação de uma indústria petroquímica na Bahia; e por fim a inclusão de um baiano em um posto de direção na política nacional do petróleo. Com o atendimento dessas reivindicações, a bancada baiana ficaria, se não satisfeita, pelo menos sentindo-se respeitada. No entanto, um ano havia se passado e tudo continuava como antes, nem mesmo o grupo de trabalho criado pelo próprio presidente da república para examinar as reivindicações baianas foi a frente. Enquanto isso, a Bahia continuava “vítima do imperialismo da Petrobrás” e “a verdade é que na Bahia se está verificando que, enquanto todos enriquecem, com o petróleo, a Bahia se empobrece cada vez mais”.<sup>231</sup> Para sanar este estado de coisas, o deputado Antonio Carlos Magalhães sugere,

Tenho a impressão, Deputado Luiz Viana, que nós, da Bahia, devemos usar, nesta Casa, a técnica de conseguir-se as coisas ameaçando. Devemos unir, todos os partidos baianos aqui representados, e reivindicar, fazendo sentir que só deixaremos de obstruir os trabalhos parlamentares na base do atendimento de, pelo menos, uma parcela das reivindicações baianas. Enquanto não agirmos assim, continuaremos a ser espoliados.<sup>232</sup>

ou só restará uma opção: “que o povo baiano tome conta do petróleo da Bahia. E o resto se resolverá”.<sup>233</sup> As ameaças tanto de desintegração da unidade nacional quanto de “obstruir os trabalhos parlamentares” deixam o clima tenso entre a Bahia e a União. Assim como os “problemas nordestinos”, as “reivindicações baianas” são problemas nacionais e precisa que lhe seja dada a atenção devida, sob pena de o Brasil perder um de seus estados mais ricos e, até aquele momento, seu único produtor de petróleo. Veremos, pois, que toda a pressão feita pelos baianos (intelectuais, parlamentares, povo) surtiu efeitos, uma vez que muito diferente é o tom dos discursos do senador Luis Viana na década seguinte, se bem que ainda se queixe de alguns problemas.

Há pelo menos duas mudanças significativas nos três discursos analisados proferidos pelo então senador Luis Viana Filho na década de 1970. Primeiro, a completa identificação da Bahia com o Nordeste. Suas falas se dão sempre como um representante nordestino, algo esperado, visto que a integração oficial da Bahia a essa região se dá nessa mesma década. Não temos mais a menção nos discursos a “bancada

---

<sup>231</sup> Ibidem, p. 6-7.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 9.

baiana” tão comum nos discursos das décadas anteriores, vemos que o esforço de identificação da Bahia dos problemas do Nordeste (seca, pobreza etc.) deu certo.

O outro aspecto que se destaca é o tom bem mais otimista dos discursos que, apesar de lamentar a miséria, o subdesenvolvimento do Nordeste, também exalta o desenvolvimento alcançado nos últimos anos, principalmente a partir da criação da Sudene. O discurso do Nordeste interessou e muito a Bahia, pois foi visto como uma forma de ter acesso às verbas federais que a tiraria da situação de dificuldade econômica no seu presente, lhe abrindo os caminhos para retomar as glórias do passado. Mesmo as ditas “reivindicações baianas” foram ressignificadas, e, na década de 1970, são retomadas não como problemas baianos, mas como questões de interesse regional e até nacional. O petróleo não era um problema da Bahia e sim do Nordeste, região da qual agora fazia parte, que muito bem representava e da qual defendia os direitos, bem como uma questão de interesse nacional, visto que, o desenvolvimento econômico da nação (a saber, do Centro-Sul) dependia do petróleo baiano/nordestino.

Em abril de 1975, o senador Luis Viana sobe a tribuna “não apenas como representante da Bahia, mas sobretudo como homem do Nordeste”, bastante otimista com as “diretrizes para ação governamental” apresentado pelo recente empossado governador da Bahia o senhor Roberto Santos, onde expunha,

não somente o panorama econômico da Bahia, mas expressa também a segurança de que a ação governamental do meu Estado se fará no sentido de obter do II Plano Nacional de Desenvolvimento o máximo de aproveitamento para a implantação de novos centros industriais, especialmente em relação às indústrias chamadas dinâmicas.<sup>234</sup>

pois sentia-se entusiasmado quando “novos governos abrem perspectivas animadoras para que a Região Nordestina possa diminuir um pouco, Sr. Presidente, a imensa diferença que ainda a separa da Região Sul e da Região Centro-Sul.” O senador depositava suas esperanças, principalmente, na indústria petroquímica e na metalurgia que, segundo ele, num futuro próximo seria “a maior perspectiva, a maior possibilidade de desenvolvimento do Estado da Bahia”.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 29/04/1975. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 1459. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93826>. Acessado em 30/04/2009.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 1459.

Congratula-se com o desenvolvimento baiano o senador pelo Sergipe, o Sr. Gilvan Rocha, em aparte, ao discurso do senador Luis Viana, demonstrando o forte sentimento regionalista que vigorava naquele momento e que estava acima dos estadualismos.

Apenas para me congratular com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porta-voz das ansiedades de todo o nosso Nordeste. Acho que todos nós, independente de quaisquer conotações partidárias, devemos continuar a empreender essa verdadeira cruzada de desenvolvimento nordestino. O Nordeste já sabe qual é o seu destino: ele tem que se integrar na economia brasileira, industrializando-se. E os pólos de desenvolvimento que devem ser divididos, sem nenhuma pretensão de favorecimento de Estados, merecem o apoio de todo nordestino sentado nesta Casa. Congratulo-me, portanto, com V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que Sergipe acompanha o desenvolvimento da Bahia, não com inveja, mas com a sinceridade de um Estado-irmão que pretende, também, dentro de pouco tempo, integrar-se num pólo petroquímico para o desenvolvimento regional e não estadual.<sup>236</sup>

Noutro discurso, no mesmo ano, o senador Luis Viana sobe a tribuna para solidarizar-se pela aprovação da emenda constitucional que reformulava o fundo de participação dos estados e municípios que havia sido drasticamente reduzido em 1969, fazendo com que a região Nordeste sofresse enormes prejuízos. Para exemplificar isso o senador,

Tinha colhido alguns números sobre as perdas que haviam sofrido os Estados nordestinos, os Estados do Norte, com a redução do Fundo de Participação.

Diria, por exemplo, que, em números redondos, o Nordeste, entre 1969 e 1974, perdeu três e meio trilhões de cruzeiros. Esta foi a importância que deixou de ser entregue aos Estados, aos Municípios, do Nordeste, entre 1969 e 1974.

Ora, quem sabe o que é a pobreza nordestina pode avaliar o que isso representou para os Estados, para os Municípios, na sua capacidade de atenderem às necessidades de serviços básicos, de serviços de infraestrutura.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 1460.

<sup>237</sup> VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 20/05/1975. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 1961-62. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93824>. Acessado em 30/04/2009.

Essa emenda viria para mudar essa situação e restabelecer o crescimento econômico nordestino, apesar desse ser um tempo de *vacas magras*, de recursos federais escassos, por conta dos reflexos da crise econômica mundial de 1973 e da Sudene admitir que “para atender aos projetos que ela própria aprovou e que considerou necessários à região, há um déficit da ordem de 3,5 trilhões”.<sup>238</sup> No ano seguinte, o citado senador traça um panorama da situação socioeconômica da Bahia sob o título de “Bahia: o caminho do Desenvolvimento”, no qual visa “aquilatar não apenas o que está sendo, na Bahia, levado a bom termo pelo Governo Federal, mas também quais as aspirações mais vivas, mais prementes, do povo do meu Estado”, e prossegue:

Quanto ao que se realiza pelo trabalho conjugado do Estado e da União, nada sobreleva ao Pólo Petroquímico do Nordeste, realmente destinado a mudar a fisionomia de toda a região.

Decidida graças ao empenho e à determinação do Presidente Médici, que precisou vencer imensas resistências para atender ao que então lhe solicitara em nome da Bahia e dos interesses da segurança nacional, a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste somente se tornou possível pelo entusiasmo do Presidente Geisel, que, na direção da PETROBRÁS, afastou numerosos obstáculos postos no caminho da concretização do empreendimento. Hoje já os seus efeitos começam a fazer-se sentir na receita do estado, mas é imprevisível o que representará, devendo, em breve, promover a duplicação da arrecadação da Bahia. Acredito que, na vida, no desenvolvimento e na prosperidade dos baianos, a petroquímica terá influência semelhante à que, representou o café, na sua fase áurea, para os paulistas, e, posteriormente, para o Paraná.<sup>239</sup>

Mas não só de petróleo vivia a Bahia e outros setores se encontravam também em “franca afloração”

como é o caso do pólo cafeeiro, extraordinariamente promissor, e que, conjugado ao cacau e à pecuária, áreas também em apreciável desenvolvimento, deverá propiciar à agropecuária da Bahia um período de crescimento bastante significativo, principalmente se a ampliação do crédito rural, no Nordeste, prosseguir no ritmo atual.<sup>240</sup>

<sup>238</sup> Ibidem, p. 1963.

<sup>239</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Bahia: o caminho do desenvolvimento*. Discurso proferido em 01/04/1976. Diário do Congresso Nacional, Brasília, seção 2, p. 1008. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/94710>. Acessado em 30/04/2009.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 1008.

Ressalta também a “benemérita política social do Governo”, por meio da ampliação e aprimoramento dos serviços do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e FUNRURAL (Fundo de Assistência Rural), ainda bastante deficientes, mas no “honesto propósito de melhorar”. Por outro lado, o senador cobra que seja “acelerado pela ação do Governo Federal” a efetivação do projeto do Cobre que “há quase vinte anos que a Bahia, e também o Brasil, esperam pela implantação desse projeto, que tem sido uma espécie de miragem, acenando-nos com sucessivas ilusões”. Descobertas há mais de um século, quando da construção da estrada de ferro para o São Francisco, essas jazidas continuavam inexploradas, deixando de representar economia de divisas (com a não exportação), bem como geraria empregos para uma região tão necessitada, pois “dispõe de condições pluviométricas das mais severas do chamado ‘polígono das Secas’”. Acredita que

Igualmente importante para o Brasil e para a Bahia será o rápido incremento da implantação de usinas para a produção do álcool extraído da mandioca, de modo a gradativamente ganharmos fontes de energia que possam até nos libertar da importação de petróleo. Hoje isso não é uma utopia, mas palpável realidade conquistada pela tecnologia. Mas, se entre os países poucos terão condições tão favoráveis quanto às do Brasil para a obtenção do álcool tirado da mandioca, talvez nenhum Estado tenha, no Brasil, melhores condições do que a Bahia.<sup>241</sup>

E, para isso, a Bahia, no Brasil, era o Estado que reunia as melhores condições para levar esse grande projeto a frente. Era o maior produtor brasileiro de mandioca, possuía os conhecimentos técnicos necessários ao cultivo, sem falar num clima e solo propícios, mão-de-obra acostumada a lidar com essa lavoura, grande extensão territorial, estágio adequado de desenvolvimento tecnológico e industrial, capacidade interna de geração de recursos financeiros necessários e a “existência de uma sociedade disposta a aceitar o desafio da constante busca e adoção de soluções autônomas para seus problemas específicos”.<sup>242</sup>

Apesar de todo o potencial da Bahia para ajudar o Brasil, este estado sofria com a falta de estradas; com a taxaço da lavoura cacaueteira (exceção dentre as lavouras

---

<sup>241</sup> Ibidem, p. 1009.

<sup>242</sup> Ibidem, p. 1009-1010.

brasileiras, todas elas assistidas pelo federal, sem ter que pagar, por isso, nenhuma taxa adicional de imposto); com a falta de órgãos federais sediados na Bahia, o que poderia estreitar o diálogo com o governo federal, serviria também para que pudessem ver de perto as necessidades baianas, (“pois nossa pobreza está à vista de todos ”<sup>243</sup>, assim como também em todo o Nordeste), além de demonstrar a falta de respeito por este estado, quando não lhe agracia com a sede de órgãos federais, deixando-o à margem das decisões importantes para a nação.

Os problemas nordestinos e os problemas baianos eram tão sérios, tão fortes, que faziam sumir as divergências partidárias, fazendo com que a “situação” e a “oposição” se irmanassem para defender seus interesses regionais. A Bahia não apenas se integra à região Nordeste, como se transforma em sua líder nata, na porta-voz das reivindicações nordestinas. E, ostentando este recente título, transforma, muitas vezes, interesses baianos em interesses regionais e até nacionais, como nos casos do petróleo, do cobre e do álcool.

Sim, a Bahia estava a *caminho do desenvolvimento*, ainda encontrava algumas dificuldades pela frente, o que só justificava que seus representantes continuassem a luta, para que seu prestígio e poder fossem retomados.

---

<sup>243</sup> Ibidem, p. 1011.

### III CAPÍTULO

#### 4.0 - A BAHIA NO POPULAR: A NOVA IDENTIDADE BAIANA

As identidades culturais tocadas que são pela história são mutáveis. As disputas políticas, econômicas, sociais, culturais, intelectuais, dentre outras, que são travadas no seio das nações, regiões etc., deixam marcas profundas nessas identidades e faz mover os capitais simbólicos que as sustentam.

As identidades são na verdade, um emaranhado de significados com os quais no identificamos (no todo, ou em parte), e como um sistema de (auto)representação precisa manter com o representado alguma intimidade.

“A nova identidade baiana” vem atender ao anseio de uma grande massa que havia ficado de fora da representação cultural pautada nas elites. Aproveitou-se de um momento de fraqueza dessa e emergiu na arena das lutas pelas representações.

#### 4.1 – Embates entre a Velha e a Nova: A “Athenas Brasileira” versus a “Mulata Velha”.

A Bahia sempre se orgulhou de ser a “primogênita de Cabral”. Suas elites criam que “nunca se fez coisa digna de ser referida à posteridade que não fosse levada à efeito pelos bahianos, ou com o concurso positivo delles”.<sup>244</sup> Esse orgulho da pátria Bahia, da sua “baianidade”, soava aos demais estados brasileiros como bairrista.

A primordialidade baiana nos eventos mais importantes para a futura “nação brasileira”: Descobrimento, primeira capital, maior entreposto comercial do Novo Mundo, um dos principais núcleos da civilização do açúcar, sede religiosa, arcebispado primaz do Brasil, as lutas pela Independência, abolição, a precursora da mestiçagem, a mãe dos mais hábeis políticos e dos mais talentosos artistas, conferiram-lhe uma

---

<sup>244</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005. p. 40.

posição central na vida política, econômica e social do país, muito difícil de ser esquecida por suas elites.

A predominância na vida política brasileira, ocupando os mais altos cargos do Império, gerou ciúmes e inimizades por parte das demais províncias que se sentiam preteridas, especialmente quando representantes baianos eram escolhidos para presidir as províncias em detrimento dos candidatos locais. Essas questões são amplamente discutidas por Lizzir Archanjo, quando nos traz os embates político-literários de meados do século XIX, período no qual há um grande esforço centralizador, com vistas a preservar a política da unidade nacional empreendida nos pós-independência. No entanto,

nas províncias do Norte, Bahia e Pernambuco, principalmente, marcadas pelas lutas da independência, o programa de nacionalidade que excluía as contribuições regionais não foi assimilado, gerando no Rio de Janeiro o receio de que a política da unidade nacional pudesse enfrentar sérias ameaças.<sup>245</sup>

Daí se instaurou (ou se acirrou) uma animosidade entre a Corte e as províncias do Norte pela legitimidade representativa da recente nação. Nesse momento, segundo Lizzir, como herança do período colonial a idéia de pátria estava intrinsecamente ligada as províncias de nascimento, ou seja, os conceitos de “pátria” e “nação” eram ainda tidos como distintos, o que acabava fortalecendo as relações de lealdade para com as províncias de origem, prejudicando o discurso da unidade Nacional defendido pela Corte naquele momento. Assim, para os baianos de meados do século XIX, “essa atitude assumiu um caráter de afrontamento à política nacional. Os literatos baianos não buscaram louvar propriamente a pátria brasileira, mas especificamente a pátria baiana, compreendida como parcela proeminente do conjunto da nação”.<sup>246</sup>

A crença dominante entre os políticos e intelectuais baianos de que “a Bahia está sempre no princípio” alimentou na Bahia (ou nos seus porta-vozes) um “sentimento de superioridade” que desaguardaria numa briga entre as províncias do Sul contra as do Norte, especialmente a Corte fluminense e a Bahia, briga essa travada nos discursos de políticos, nos jornais e também na literatura analisada por Lizzir Archanjo, ao ponto de

<sup>245</sup> ALVES, Lizzir Archanjo. *Os Tensos Laços da Nação: conflitos político-literários no segundo reinado*. Universidade Federal da Bahia: Salvador, vol. 1 e 2, 2000. Tese de doutoramento, p. 15.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 281.



um jornalista fluminense acusar os baianos de chamá-los de “marotos do Rio” numa clara alusão( e analogia) aos inimigos na guerra pela Independência do Brasil.

Essa discórdia instaurada, com o Rio de Janeiro de um lado e as províncias do Norte, do outro, elas também descontentes com a predominância baiana no poder, inclusive de suas províncias, coloca a província baiana numa posição incômoda no quadro geral da representação política do país, (num não lugar, nem Norte nem Sul) e a Bahia passa a ser alvo de chacotas e deboches especialmente na imprensa sulista, e de “Rainha do Norte” passa a “Terra do Vatapá”, “ Mulata Velha”, pois o elemento negro africano e suas influências na cultura e constituição da população baiana serão retomados nesse momento de forma a depreciar a Bahia e sugerir nisso a origem de sua decadência moral.

Apesar de tudo isso, a Bahia continuaria a ocupar lugar de destaque no II Reinado. Foi apenas com o advento da República que ela teve ameaçada sua hegemonia política, gerando os discursos saudosistas e inconformados da elite baiana das duas primeiras décadas do século XX, analisados por Rinaldo Leite.

Nesses discursos, as elites baianas procuraram reafirmar a “primordialidade” e “imprescibilidade” baiana na história, na política e na cultura nacional. Alegoricamente, a Bahia orbitava entre dois ícones da cultura grega clássica: Atenas e Esparta. Como “heroína hercúlea de seios titânicos”, título conferido por José Bonifácio de Andrade e Silva por conta das lutas pela independência, a Bahia encarnaria a Esparta brasileira sempre pronta a luta, sempre disposta a defesa da nação. Além disso, a crença num “talento intelectual superior” dos baianos personificados, principalmente, pelas figuras de Castro Alves e Rui Barbosa lhe renderiam também o epíteto de “Athenas Brasileira”. Lócus da efervescência político-cultural do país, desde a Colônia, a Bahia tal qual a antiga Atenas grega “produzia estadistas, oradores, poetas, sábios e, também, guerreiros” de alta qualidade, todos a orgulhar sua pátria.<sup>247</sup>

Se, por um lado, as constantes identificações da Bahia com Atenas e Esparta foram utilizados nos discursos das elites na tentativa de ressaltar a importância histórica da Bahia, por outro, serviam também para reforçar/aproximar as heranças européias como forma de combater as também constantes referências a “degradante” influência dos costumes africanos naquela província. As teorias racistas em voga na época

---

<sup>247</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005. Passim.

corroboravam essa idéia e a Faculdade de Medicina da Bahia, centro intelectual da província, sofre a influência desse “racismo científico”, especialmente da escola criminalista italiana, modelo para as pesquisas do médico Nina Rodrigues que se inspirava nos trabalhos dos professores italianos Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo para produzir sua tese, dentro da medicina legal, de que os negros e mestiços possuíam maior propensão para o crime.

No plano social, se os negros eram considerados de uma raça “inferior”, “selvagem” eles seriam também os responsáveis, nos discursos das elites sulistas, pelo atraso econômico do Norte. Enquanto o Sul, marcadamente São Paulo, caminhava a passos largos rumo ao progresso e a civilização, o Norte do país e a Bahia, como “Rainha do Norte”, encarnava o atraso, a incivilidade, a barbárie dos costumes de uma população predominantemente mestiça. Obviamente que as elites baianas não gostavam nenhum pouco dessa “propaganda indigna” e procuravam se defender exaltando os prodígios da “assimilação étnica” que estaria gerando o “typo legítimo do bahiano”, qual seja, os “morenos”, os “brancos” ou “trigueiros”. Na representação das elites baianas não cabia os negros que deveriam desaparecer pela assimilação fenotípica e cultural branca.

Caso exemplar disso nos é contado por Leite e Albuquerque, quando em 1919 o Instituto Geográfico e Histórico Baiano (IGHB) lança a seus sócios o desafio de formular um símbolo para representar a Bahia em virtude da solicitação do arquiteto Roberto Etzel que pretendia concorrer com um projeto para a construção de um monumento comemorativo aos 100 anos da Independência brasileira. Três propostas são encaminhadas ao IGHB: o “typo cabloco”, “uma indígena christianizada” e por fim a “Athenas brasileira”, esta última foi considerada a mais adequada para representar a Bahia.<sup>248</sup>

Vemos, dentre os três símbolos propostos, que o negro nem sequer é citado, fato bastante pertinente para entendermos em que consideração nossas elites tinham a influência negra na constituição do povo baiano. Para essas elites, os negros eram uma espécie em extinção, pelo menos é o que nos faz crer o parecer final emitido pela comissão julgadora estabelecida para avaliar as propostas apresentadas,

---

<sup>248</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005.

A gente portugueza como evoluiu na America do Sul, nesse meio tropico, mesclada mais ou menos com o indio e o africano é que dará o typo brasileiro, typo que mais e mais se approxima do branco puro, pelo estancar das outras raças, pelo fluxo constantemente renovado de europeus, pelo prestigio dos idéaes da raça branca.

A figura representativa da nossa gente não será, portanto, a do indio. Não é o typo indio que aqui prevalece, como no Mexico e no Paraguay, mas sim o typo europeu[...].

É por isso que opinamos a que se não tome por figura representativa da Bahia o typo indio, que não é prevalecente, nem o do mestiço accentuado, que é fôrma transitoria, mas o da mulher bahiana dos nossos dias, de procedencia européa ou branca, com as feições expressivas do nosso meio ethnico.<sup>249</sup>

Seguindo este parecer, percebemos o que a miscigenação representava para essas elites: a extinção dos negros, tanto fenotípica quanto culturalmente. O ideal proposto era o do “branco puro”, uma vez que a mistura visava “estancar” as outras raças e a imigração européia seria uma arma bastante eficaz nesse processo. O branqueamento como meta fica evidenciado, o “mestiço accentuado”, visto que é uma “fôrma transitória” vai se acabar/desaparecer e levar consigo os costumes incivilizados dessa raça bárbara.

Até o início do século XX, essa era a representação identitária predominante para a Bahia, e, mesmo sofrendo ataques de fora, das elites sulistas que tentavam, a todo custo, expor a face negra da Bahia, seus porta-vozes lutavam bravamente para acentuar sua ascendência européia e impor uma idéia de Bahia ligada a uma cultura letrada, branca, inspirada nos ideais gregos e franceses, baluarte da tradição católica portuguesa, amante das grandes causas revolucionárias, possuidora de um povo cultuador dos “idéaes da raça branca” que estava cada vez mais e mais embranquecendo, palco para as mais grandiosas reencenações do civismo e do cristianismo católico por meio de suas festas. Era uma identidade centrada física e simbolicamente nos espaços das elites, nos seus bairros nobres, na Faculdade de Medicina, no teatro São João. Seus personagens: políticos, intelectuais, artistas, médicos, professores, poetas, oradores, soldados, jornalistas, nos seus discursos, representavam a saudade do tempo do Imperador, no qual a Bahia viveu seus anos de Glória.

---

<sup>249</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado, São Paulo, Doutorado em História Social/PUC, 2005. p. 188-189.

Os discursos dos políticos baianos, analisados no capítulo anterior, situados entre as décadas de 1940 e 1970, trazem resquícios dessa exaltação do passado, de saudosismo de um tempo em que a Bahia reinava absoluta no país, que ocupava os mais altos cargos políticos, que gozava de uma posição econômica invejável. No entanto, desde o advento da República, tudo isso havia ficado para trás e a Bahia sentia-se alijada dos espaços nacionais decisórios, mas reivindicava em função das glórias do passado o respeito a sua posição de berço da nação e de primeira líder política do país.

Continuava também presente nesses discursos a crença na superioridade baiana, que passava apenas por um momento difícil, mas que com a ajuda dos “grandes homens baianos” retomaria o caminho do desenvolvimento, pois riquezas naturais e humanas não lhes faltavam. Contudo, abalada em seu poder político e econômico essa elite não conseguiu manter sua hegemonia identitária e, pouco a pouco, outras representações sobre a Bahia emergiram dos espaços de silêncio em que foram encerradas e ganharam destaque.

Essas outras representações identitárias, a exemplo da literatura amadiana, não deixou de render reverência a esse passado glorioso da Bahia e fez dele conteúdo marcante da “nova” identidade. No entanto, ampliou os espaços e os sujeitos, incluindo os negros e pobres baianos (mesmo que tenha mantido vários dos estereótipos), sua fala, seus conflitos, sua cor, suas casas, seus bairros, tingindo definitivamente de negro o cenário da Bahia, bem como alterou os significados de questões fundamentais dessa identidade baiana ao incluir o legado africano como parte constituinte da tradição cultural da Bahia, da sua religiosidade, das suas festas, do seu povo baiano.

Jorge Amado inicia sua carreira de romancista na década de 1930, período marcado por uma grande efervescência política e também artística no país. A semana de 1922 marcou de forma decisiva a produção literária do Brasil. O questionamento dos ideais literários europeus impulsionou esses artistas num “mergulho” em busca de materiais indígenas e também afro-brasileiros, a uma “Pré-história obscura” brasileira, para ressaltar “alguma coisa que desse fundo imenso atávico” que pudesse compor uma identidade nacional mais autêntica e condizente com a realidade mestiça nacional.

Dessa forma, a questão da identidade nacional, centrada unicamente nos valores civilizatórios europeus, é colocada em cheque – apesar de considerarem esses legados obscuros, primitivos – os modernistas advogam por uma literatura que levasse em consideração a realidade da diversidade brasileira. Para os modernistas, era mais fácil a identificação com o índio do que com o negro, uma vez que sobre esse último pesavam

os efeitos da história colonial brasileira e na sua condição de escravo, de “raça inferior” e incivilizada (incivilizável), não se constituía num herói com que as elites literárias do Cento-Sul quisessem se identificar.

Já no Nordeste com sua maciça presença negra, a influência do Modernismo aliado ao Movimento Regionalista resultou numa valorização das heranças africanas, mas, segundo David Brookshaw muitos dos estereótipos sobre os negros foram mantidos.

Para os modernistas não interessavam nem a identidade indígena nem a negra, o ideal era o “mesticismo”, pois no “Brasil, era o mulato o elo entre as raças e o símbolo de uma democracia mais autêntica”.<sup>250</sup>

As interpretações sociológicas empreendidas na década de 1920, por Paulo Prado e Oliveira Viana, ainda viam com muito pessimismo o futuro mestiço do país e ansiava ardentemente o branqueamento físico e cultural do Brasil. Só na década seguinte que os trabalhos de Arthur Ramos e de Gilberto Freyre questionam essas interpretações, mas ainda que folclorizando a cultura negra, o primeiro, ou reforçando estereótipos da exacerbação sexual, da docilidade negra, o segundo. Esses últimos autores em muito influenciaram a obra amadiana que será considerado o principal expoente “do afro-brasilianismo no romance”.<sup>251</sup> Contudo, conforme nos assinala David Brookshaw

uma aceitação cultural do afro-brasileiro e uma explicação mais racional de sua posição social não alteraram o tratamento dado a ele como personagem literário. A estética branca estava por demais enraizada nas mentes mesmo daqueles brasileiros mais abertamente liberais e complacentes.<sup>252</sup>

Ou seja, veremos reeditados nessas e noutras obras alguns dos estereótipos já consagrados pela literatura brasileira, a saber, no romantismo: a feiúra, a crueldade e a sexualidade animal do negro, sua superstição selvagem. Mas ao negro era também possível ser bom, fiel ao seu senhor como um cão. Com o realismo/naturalismo e sua “cientificidade” esses estereótipos foram alçados a condição de tese científica e então os

---

<sup>250</sup> BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 95.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 101.

negros eram imorais, preguiçosos e sujos, devido a sua condição de raça inferior ou por conta da degenerescência causada pela mestiçagem.

Ainda assim, no que se refere à obra *Amadiana*, mesmo reeditando uma série de estereótipos já consagrados na literatura brasileira, como analisaremos mais a fundo a frente, suas obras influenciaram e muito num repensar da identidade cultural baiana a partir da década de 1930, especialmente quando seus livros chegam a vendas nunca antes vista por um escritor brasileiro, tanto no Brasil como fora dele.

No *Guia Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*, já tendo publicado nove romances, debruça-se, como já foi dito antes, não sobre uma trama, mas sim sobre seu cenário, não sobre personagens e histórias “inventadas” e sim sobre o povo e o cotidiano dos baianos, sobre a “realidade” por eles vivida. Diferentemente dos discursos das elites baianas, a representação cultural de Amado acerca da Bahia evidencia a face negra desse Estado. Questões a exemplo do candomblé, que estavam ausentes, negadas e até colocadas na ilegalidade, passam a fazer parte central das tramas e da vida cotidiana do povo baiano nas obras desse autor. Segundo Amado,

A influência do negro sente-se em toda a parte. Não apenas no aspecto físico da cidade mas na sua vida. A superstição alastrada confundindo-se muitas vezes com a religião. Cidade religiosa, sem dúvida. Porém onde se encontrarão na religiosidade do baiano os limites entre religião e superstição? Estão as duas quase sempre confundidas e quase sempre predominando a última. Os ritos religiosos adquirem aqui estranhas modalidades, os cultos católicos aformoseiam-se logo com uma aura fetichista. Há qualquer coisa de pagão na religião dos baianos, qualquer coisa que raia pelo sensual e que faz com que múltiplas igrejas não sejam senão uma continuação, estilizada e civilizada, das macumbas misteriosas.<sup>253</sup>

Não satisfeito em mostrar um povo negro e uma religião negra na Bahia, Jorge Amado faz questão de evidenciar a “contaminação” cultural negra que se alastrou, chegando até a atingir um dos bastiões da civilização ocidental branca, a religião católica, para horror das velhas elites, que, segundo o romancista, de vez em quando saía de seus “territórios” e olhava com espanto no que a Bahia havia se transformado. Vamos seguir sua fala,

---

<sup>253</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951. p. 26

A Vitória é uma larga rua que parte do Campo Grande. De sobrados antigos, residências amplas e confortáveis. Ouvireis ali nomes que soam como títulos nobiliárquicos da monarquia. O Corredor da Vitória, apesar dos novos ricos, é uma rua imperial, onde muita gente continua na saudade dos tempos de D. Pedro II e dos escravos, das aias negras para catar cafuné e para levar cocorotes. De quando em vez de um desses sobradões sai uma senhora engomada que parecer surgir do passado, de há cinquenta anos e que olha para o comum dos mortais como para seres de casta inferior. De certa senhora da Vitória, vestida como se fôsse para um baile na Côrte, ouvi um dia a surpreendente afirmação de que “tôdas as desgraças do Brasil decorriam da Princesa Isabel”. Ante a minha estranheza a senhora com sete sobrenomes sonoros teve a bondade de explicar-me:

– Não foi ela quem libertou os negros?

E dissertou, com real e sentida mágoa, sôbre o asco que lhe causara a necessidade, nascida da guerra, de ter que realizar uma incômoda viagem de bonde ao lado de um negro que --- imagine! exclamava ela

– Usava um anel de doutor.<sup>254</sup>

Muito diferentes são, no entanto, os espaços e os personagens privilegiados na obra de Amado. A gente do povo, os pais, mães, filhos e filhas de santo, pescadores, as baianas vendedoras de comida na rua, o capoeirista, o boêmio, o poeta popular, o major, os capitães da areia, os moradores e freqüentadores dos bairros pobres, dos subúrbios, da Baixa dos Sapateiros, da Ladeira do Tabuão, da Ladeira do Pelourinho, do cais, do Largo dos Aflitos, São Caetano, Plataforma, Estrada da Liberdade, dos candomblés da Gomeia, do Engenho Velho, do Alto do Cabrito, do Retiro, do Pau Miúdo, da Cidade de Palha. Nas feiras livres de Águas de Meninos, a Feira do 7, das Sete Portas, a do Cabeça, a do Largo do Tanque. Nas festas do Bonfim, Iemanjá e em muitos outros espaços nos quais este povo é rei.

No entanto, continuidades da identidade anterior pautada nas elites também podem ser percebidas, como a reverência à intelectualidade baiana sintetizada no culto a seus dois personagens de referência Castro Alves e Rui Barbosa não apenas largamente citados no Guia, mas vistos como os definidores do caráter da Bahia. Segundo Amado, a identidade baiana órbita entre o poeta libertário Castro Alves e o tribuno Liberal Rui Barbosa. Além desses, a identificação da Bahia como mãe do Brasil, a exaltação da primordialidade e da originalidade baiana, bem como a leitura do Dois de Julho como o mito fundador da nação brasileira.

---

<sup>254</sup> Ibidem, p. 68.

Inegavelmente, a forma da Bahia se mostrar e de ser vista muda com a literatura amadiana. Outros discursos discordantes da face branca das elites baianas já existiam, a exemplo de Nina Rodrigues, Manoel Quirino, Edson Carneiro, Xavier Marques, mas o discurso amadiano foi o primeiro a romper com as barreiras do espaço, chegando com força às mãos das elites centro-sulistas do nosso país, bem como em países estrangeiros. Veremos que, como resultado disso, romperemos com a representação hegemônica das elites baianas em vigor até as duas primeiras décadas do século XX, centrada unicamente nas heranças brancas européias, e a emersão com grande pujança da cultura afro-baiana.

Não obstante não possamos negar esse largo passo a frente na representação do povo e da cultura baiana, um estudo mais acurado desses romances nos faz perceber que ainda prevaleceu uma visão racista e estereotipada dos negros baianos na obra amadiana, supervalorizando-os como um animal sexual, dócil, infantil e ingênuo. Da mesma forma que, para os modernistas centro-sulistas, para Amado também não interessava o negro, mas sim o mestiço. A mestiçagem é para ele a cura de todos os males da Bahia e do Brasil. E é isso que veremos mais a frente.

#### 4.2 – Negros e Mestiços na identidade cultural brasileira.

“As nações não são formadas só por territórios e jogos políticos, elas são também imaginadas na e pela linguagem”,<sup>255</sup> e a literatura é campo privilegiado de contato tanto com a linguagem/ língua, quanto com o imaginário de um povo. Enquanto “experiência social”, a literatura nos remete às representações socialmente compartilhadas, e, dessa forma, nos permite rastrear, ao longo do tempo, crenças, valores, ideais, estereótipos, ou seja, as experiências sociais.

Num país como o Brasil, com quase quatrocentos anos de experiência escrava negra, a literatura se constitui campo privilegiado de contato com imaginários e representações sobre as populações negras e mestiças ao longo desse período, bem como o padrão de mudanças, suas continuidades e discontinuidades no pós-abolição.

---

<sup>255</sup> GOMES, Heloísa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Raciais e Códigos Eróticos na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Anais do IV Congresso da Abralic: Literatura e Diferença*. São Paulo: Abralic, vol. 1, 1994, p. 387.



A primeira constatação sobre as representações dos negros e mestiços na literatura brasileira nos é trazida por David Brookshaw.<sup>256</sup> Segundo ele, a figura do negro nessa literatura brasileira anterior à abolição do tráfico de escravos em 1850 praticamente não existe. Isso, para o mesmo autor, “é um indício de que o escritor brasileiro não considerava o escravo de modo nenhum um ser humano”<sup>257</sup>, ou, pelo menos, não um ser humano em toda sua plenitude, digno de ser cantado em seus versos poéticos. E nas poucas aparições em que encontramos os negros, são caracterizados como “soberbos animais para o labor”.<sup>258</sup>

Segundo Jean França<sup>259</sup>, Gregório de Matos, famoso poeta baiano do século XVII, associa negros e mulatos, no seu mundo poético, quase sempre a aspectos negativos como vaidade, moral frouxa, sexualidade exacerbada, estereótipos que se cristalizaram nas literaturas dos séculos seguintes.

Ao longo desse período, as visões sobre os negros orbitavam entre o negro ruim e o negro bom, ambas herdeiras de uma visão racista e eurocentrista. O negro bom, ideal aos interesses dos senhores, era aquele fiel, submisso, servil e afetuoso como um cão, e forte, trabalhador e belo como um cavalo. Já o negro ruim era encarnado pelo quilombola perverso, frio, cruel, pelo feiticeiro supersticioso, bárbaro, pelo escravo burro, perverso, manhoso, tagarela, preguiçoso, luxurioso, feio como um animal, sujo e fedorento. Mas havia uma terceira via de visão do negro (ora bom, ora ruim, a depender do interesse do senhor) que é o negro erotizado, aquele possuidor de uma sexualidade sem freios, animalesca, de uma volúpia, de um vigor exacerbado, luxurioso e imoral. Existiam também estereótipos específicos atribuídos aos mestiços ou mulatos, como eram conhecidos aqueles que compunham esse grupo social-racial, eles eram vistos como traidores, infiéis, vaidosos, astutos, espertos, pretensiosos, de gosto fácil pelo luxo.

No romance oitocentista, elementos negros e mestiços nos serão apresentados como fatores de desagregação e corrupção do lar branco, da moral, da sociedade como

<sup>256</sup> BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 26.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>258</sup> BASTIDE, Roger. Estereótipos de Negros Através da Literatura Brasileira. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 117.

<sup>259</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Imagens do negro na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 19-22.

um todo. Um verdadeiro “demônio familiar”.<sup>260</sup> Os romances dessa época, segundo escritores e críticos, teria uma concepção pedagógica: “a ele caberia, entre outras coisas, colaborar para a edificação de alguns mitos nacionais, divulgar a história e a geografia pátria, contribuir para a singularização da língua brasileira e, sobretudo, moralizar os leitores.”<sup>261</sup> Nesses romances, a mulata surge como o mais perigoso demônio familiar:

Ela, de certa forma, encarna a síntese dos perigos representados pela maciça presença da raça negra no meio das famílias brancas. A sensualidade extremada, a volubilidade constante e a falta de princípios morais sólidos tornavam-na uma das maiores ameaças à paz doméstica, à unidade das famílias cariocas das páginas da ficção.<sup>262</sup>

O perfil mais bem acabado da mulata sensual é encontrado no romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo<sup>263</sup>: a personagem Rita Baiana. Rita era avessa ao trabalho, a casar e a constituir família. Dada a pândegas, possuía uma sensualidade exagerada e um comportamento extremamente libidinoso<sup>264</sup>.

(...) viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua cama de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher.<sup>265</sup>

Sob sua *má* influência:

O português abasileirou-se para sempre: fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento: fora-se-lhe de vez o espírito da economia e da ordem: perdeu a

<sup>260</sup> ALENCAR, José de, *O demônio familiar*. 2 ed., Rio de Janeiro: B.L. Garmir Editor, 1864. Nesta peça o autor narra a história do escravo Pedro, moleque de recados, que envolve a família para que trabalhe, numa rede de intrigas e mentiras que põe em risco a moral desta família quase a arruinando.

<sup>261</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Op. cit., p. 71.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>263</sup> AZEVEDO, Aluísio de, *O cortiço*. Rio de Janeiro, Otto Pierre Editores, 1979.

<sup>264</sup> Ibidem, p.88-89.

<sup>265</sup> Ibidem, p.109.

esperança, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém.<sup>266</sup>

É exemplar aqui a visão da Rita baiana como uma verdadeira Eva ou como a própria serpente que, segundo a tradição bíblica, é o próprio diabo disfarçado com intenção de tentar Adão e Eva *a provar do fruto proibido* e desobedecer às ordens divinas. Neste romance, Rita age como Eva ao tentar o seu Adão, neste caso o português Jerônimo, casado, pai de dois filhos, a deixar a família e entregar-se a uma paixão desenfreada pela mulata. Ao fazê-lo, o português abraçava-se e isto quer dizer torna-se amante dos prazeres da carne, dos vícios, da preguiça. Não creio que a classe média, público alvo destes romances, se reconheça nesta descrição do brasileiro. Reconhecem, sim, um Brasil pobre e mestiço que tem nos cortiços (as futuras favelas) seu antro de reunião e proliferação.

Segundo Brookshaw, a oposição branco-bom e negro-ruim é muito antiga, remontaria a bíblia cristã, portanto muito anterior à escravização dos negros africanos,

Foi da Bíblia que os europeus, em ambos os lados do Atlântico, retiraram suas explicações ora a inferioridade dos negros, pela associação destes com os descendentes da tribo de Ham, amaldiçoada por Noé. Se alguém ligar superstição a respeito de negritude com o ideal colonial de trazer a “luz da civilização” para a “escuridão da ignorância e selvageria”, e, finalmente, com os efeitos degradantes de três séculos de escravidão negra, então poder-se-á entender por que o preconceito contra o homem negro está tão inculcado na cultura social branca como a superstição relativa à negritude. Pode-se começar a entender, a partir daqui, por que o negro é um ser estereotipado dessa maneira.<sup>267</sup>

A associação negro-maldade-feiúra e do branco-bondade-beleza, no caso do Brasil, um país colonizado, foi além e reforçou a briga pela construção de uma identidade cultural nacional. O branco dominante, querendo expurgar toda influência africana, vista como nociva, se utiliza de todas as suas armas para garantir a hegemonia de sua tradição cultural na constituição de identidade brasileira. Assim, segundo Brookshaw, essa rivalidade tomou o formato de briga entre duas morais, ou melhor,

<sup>266</sup> Ibidem, p. 296.

<sup>267</sup> BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 13.

entre a moralidade branca e a imoralidade da cultura negra. Para esse mesmo autor, no entanto, nesse conflito entre essas duas tradições culturais existe uma linha

Esta linha não é uma barra colorida, pois pode ser atravessada pelo preto, ou pelo mulato: ao atravessá-la, porém, tornam-se exceções do estereótipo, implicitamente impedidos de mostrar qualquer vestígio de sua cultura anterior em troca de sua assimilação. Eu chamaria esta divisão de “linha do comportamento”, cuja função não é, aparentemente, segregar as raças, e sim duas tradições culturais, a européia e a africana, a moral e a imoralidade, daí a importância de uma transformação em comportamento cultural uma vez que a linha tenha sido atravessada.<sup>268</sup>

Na literatura amadiana, a história do personagem Tadeu, do romance *Tenda dos Milagres* (que estudaremos mais adiante) é exemplo disso. Ao se casar com Luiza e ser aceito por sua família, foi preciso abandonar a Tenda dos Milagres, o Pelourinho, seu padrinho Pedro Arcanjo, sua tradição cultural.

Segundo Brookshaw, isso é resultado do colonialista que se identifica exageradamente com a metrópole<sup>269</sup>, e, dessa forma, rejeita sua sociedade presente, pela distância entre ela e a sociedade metropolitana idealizada. Isso parece muito familiar ao Brasil, que viveu a contemplar a Europa e suas elites, a querer um país embranquecido, fazendo até contas de quanto tempo isso levaria se houvesse cruzamento dos brancos imigrantes com os negros brasileiros recém libertados.

A visão pessimista das teorias raciais importadas cria uma tensão no Brasil entre os intelectuais que se alternam entre a submissão ao padrão de pensamento pessimista europeu e, dessa forma, não vê futuro para o país, diante da grande massa de mestiços degenerados e uma tentativa de positivação da mestiçagem, com a prevalência do elemento branco superior, devido à necessidade de crença num futuro.

A nação mestiça foi um dilema para os cientistas brasileiros, alguns deles também mestiços. Segundo Lília Schwartz, houve, então, numa tentativa de dosar até que ponto a miscigenação era fator de degradação, a adoção pela intelectualidade brasileira apenas daquilo que interessava das teorias racialistas.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>269</sup> Pg. 18

<sup>270</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da Miscigenação. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 8, n. 20, Janeiro/ Abril 1994, p. 3-8.

Definir essa questão era de crucial importância para pensar a nação brasileira, pois o povo, como já dissemos antes, é um dos elementos fundamentais para a narrativa da nação. A inclusão ou não dos negros e mestiços como pertencentes ao povo brasileiro definiria o caráter da identidade cultural brasileira. Muitos teóricos deram contribuições para resolver este dilema, desde Nina Rodrigues, que apesar de ver os negros africanos como inferiores e os mestiços como degenerados, foi um dos primeiros a pesquisar profundamente a cultura afro-brasileira e a defender sua preservação. Arthur Ramos, que como discípulo de Nina Rodrigues, consegue ultrapassá-lo em vários aspectos.

Certamente, os trabalhos de Gilberto Freyre foram os mais famosos e os que mais impactaram na resolução desta questão (definição do povo brasileiro, posituação do mestiço). O momento histórico de sua publicação, a década de 1930, era o palco perfeito, pois a “revolução” (de 1930) que levou Getúlio Vargas ao poder, criou um clima democrático de otimismo e esperança, pelo fim da hegemonia São Paulo e Minas Gerais (da política do café com leite). E, dessa forma, Vargas se apropriou dessa posituação do mestiçamento brasileiro e o transformou em ideologia de Estado, que deveria ser ensinado, inclusive, nos livros didáticos.

A explicação freiriana, derivada de seu mestre, o antropólogo Franz Boas, de que as diferenças entre negros e brancos se davam por causas sociais e econômicas, e não por um fato de inferioridade biológica<sup>271</sup>, completada pela interpretação de que a miscigenação que “largamente se praticou aqui corrigiu a distância social” entre a “casa-grande e a senzala”<sup>272</sup>, além de revolucionária, adequava-se bem ao anseio da intelectualidade de pensar um futuro para o país. A mestiçagem não gerava mais degenerados, pelo contrário, a “morenidade” – tanto física, quanto cultural – se apresentava para Freyre como positiva e inevitável para o “mundo moderno em geral”.

Está produzindo essa crescente miscigenação novas combinações de forma e de cor - da quase preta à morena muito clara - cujos supostos efeitos cacogênicos, portanto negativos, já ninguém frisa, como outrora, tão mais evidentes são seus efeitos positivos, eugênicos e estéticos.<sup>273</sup>

<sup>271</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed., Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 32.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>273</sup> FREYRE, Gilberto (org.). *Seleção para jovens*. 4 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 117.

Seu discurso, atravessado pela “vontade da verdade”<sup>274</sup>, valeu-se muitas vezes da autoridade da fala, da ciência (citando números, estudos, pesquisas de diversas áreas científicas, bem como de famosos estudiosos estrangeiros, ou mesmo suas conferências proferidas e aceitas como tese por famosas universidades européias) como forma de produzir o discurso verdadeiro sobre o Brasil, sobre a identidade nacional, sobre o povo brasileiro.<sup>275</sup>

Elevado à categoria de conceito, a “morenidade” é descrita por Freyre, em plena década de 1970, da seguinte forma,

Por morenidade deve-se entender uma transformação semântica, no Brasil, da palavra *moreno* que vem correspondendo a uma crescente indiferença, da parte de grande número de brasileiros, ao que, na sua situação, seja diferença entre descendentes de brancos, de pretos e de pardos, e a uma crescente tendência para considerar-se *moreno* não só o branco *moreno*, como outrora, mas o pardo, em vários graus de morenidade, da clara à mais escura, por efeitos de mestiçagem, e o próprio preto. Com esse amorenamento (antropológico e sociológico) ao qual se tem juntado, nos últimos anos o de brancos que procuram amorenar-se ao sol tropical de Copacabana e de outras praias, a morenidade estaria a afirmar-se, no caso do Homem brasileiro, uma negação de raça e uma afirmação de metarraça. Como um tipo metarracial de homem, o brasileiro já seria uma repulsa a qualquer mística ou ideal exclusivista de pureza de raça, como ideal arianista ou da negritude.<sup>276</sup>

Com mais essa tese, Freyre reforça a idéia da democracia racial surgida a partir de sua obra, ao enfatizar a “indiferença” dos brasileiros pelas diferenças raciais, chegando ao ponto dos descendentes de negros e brancos e, até mesmo os próprios pretos, todos se considerarem “morenos”. Mais do que isso, para Freyre, o Brasil transcendeu/ultrapassou a questão racial e se transformou num país “metarracial”, onde antagonismos raciais foram diluídos a ponto de haver a “negação” da raça, da “repulsa a qualquer mítica ou ideal exclusivista de pureza de raça”, ou seja, somos todos *morenos*, fruto da idílica miscigenação harmoniosa das raças índia, portuguesa e negra.

Freyre não pensou que a morenização do povo brasileiro, antes de ser uma prova da harmoniosa relação entre as raças, constituiu-se numa forma de negar e apagar a herança tanto física quanto cultural do negro africano. É o próprio Freyre que nos diz

<sup>274</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso: a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8 ed., São Paulo, Loyola, 2002.

<sup>275</sup> FREYRE, Gilberto (org.). *Seleção para jovens*. 4 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 119.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 120.

que a preferência pelo adjetivo moreno estava diretamente relacionada ao fato de que as palavras “negro” e “mulato”, ainda soavam, em muitos casos, como equivalente de “escravo”, “como sobrevivências lexicais de uma época, ainda relativamente recente, quando se dizia que um dono de escravos no Brasil possuía não “tal número de escravos”, mas tantos “negros” ou “tantos pretos”, tantos “cabras”, mesmo onde os escravos eram de cor mais clara que seus amos<sup>277</sup>. Não poderia Freyre inferir, a partir daí, então, que sua morenidade era antes fruto do racismo da sociedade ainda a identificar os descendentes de negros como escravos. Vozes discordantes<sup>278</sup> de Freyre já conseguiam enxergar as estratégias do nosso racismo à brasileira.

Um aspecto importante da questão racial no Brasil é que ela sempre foi tratada e pensada em comparação ao modelo estadunidense, visto como mais cruel, segregacionista. Dessa forma, o nosso sempre pareceu “ameno”, mais brando, ou até mesmo inexistir. Isso se deveu, segundo a interpretação freyriana, ao caráter mais plástico do português em oposição ao anglo-saxão, puritano muito mais contido. Já a visão otimista desse autor, teria sido provocada pelo lugar social que ocupava. Como expectador plantado mansamente em sua cadeira de balanço na soleira da Casa-Grande, lembra-nos ternamente que quase todos trazem a marca da influência negra,

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo.<sup>279</sup>

A escolha do pronome “nós”, primeira pessoa do plural não foi aleatória. Gilberto Freyre efetivamente junto com os de sua cor/classe partilhou dessa experiência que a ele parece ser a de todos os brasileiros. Mas não foi. Enquanto as escravas os embalavam e davam de mamar, seus filhos se criavam sozinhos entre a senzala, as cozinhas das casas-grandes e o eito nas roças de cana-de-açúcar, café etc. Sua doce

<sup>277</sup> FREYRE, Gilberto (org.). *Seleção para jovens*. 4 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 119.

<sup>278</sup> Entre eles Arthur Ramos, Roger Bastide, Florestan Fernandes, dentre outros. Cf. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O Debate sobre a Questão Racial no Brasil Urbano: passado e presente. *Biblio 3W-Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciências Sociales. Serie Documental de Geo Crítica*. Universidade de Barcelona, vol. XII, n. 729, 15 de junio de 2007.

<sup>279</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed., Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 367.

primeira experiência sexual pode ter sido para a escrava negra a efetivação completa da alienação de sua vida, de sua liberdade, do seu próprio corpo, violado em todos os direitos, para o prazer de seu senhor. O moleque, seu primeiro companheiro de brinquedo foi, muitas vezes, ele próprio, o brinquedo com o qual o menino branco se divertia. Essa é uma possibilidade interpretativa que o lugar social ocupado por Freyre não o permitiu fazer.

Na sua obra *Sobrados e Mucambos* de 1936, continuação interpretativa “de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira”, iniciado em *Casa-Grande e Senzala*, Gilberto Freyre dedica um capítulo para tratar da “ascensão do Bacharel e do mulato” para nos contar de uma sociedade rural e patriarcal que conseguia acomodar seus “dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo”, onde a “casa-grande, completada pela senzala, representou entre nós, verdadeira maravilha de acomodação” que a urbanização do Império encarnada nas novas moradias urbanas, o sobrado e o mucambo, bem como a campanha pela Abolição, vem perturbar, tornando “quase impossível o equilíbrio antigo, da época de ascendência quase absoluta dos senhores de escravos sobre todos os outros elementos da sociedade”.<sup>280</sup> Percebemos que, para Freyre, equilíbrio não significava igualdade de condições, mais sim a predominância do senhor sobre os escravos, esposa, filhos etc.

Para Freyre, o aspecto mais caracteristicamente vivo do ambiente social brasileiro era exatamente a “reciprocidade entre as culturas” e não o domínio de uma sobre a outra e essa reciprocidade era acompanhada de uma “intensa mobilidade social”,

Talvez em nenhum outro país seja possível ascensão social mais rápida de uma classe a outra: do mucambo ao sobrado. De uma raça a outra: de negro a “branco” ou a “moreno” ou “cabloco”. De uma região a outra: de cearense a paulista.<sup>281</sup>

E só num espaço como o Brasil, no qual era até possível ascender de negro para branco, ou seja, passar da condição inferior para um superior, só nessas condições poderia o mulato ascender tanto de classe, de raça, como de região. Sair do pobre Norte/Nordeste para ocupar cargo próspero no Centro-Sul.

---

<sup>280</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed., Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, 1977, Tomo 2, p. 573.

<sup>281</sup> Ibidem, p. 654.



Gilberto Freyre situa o século XIX como o auge do período de ascensão das “duas grandes forças, novas e triunfantes, às vezes reunidas numa só: o bacharel e o mulato”. Esse último “o elemento mais plástico (...) e mais dinâmico da nossa formação”<sup>282</sup>, aquele que diminuiu a distância entre a casa-grande e a senzala, chegou quando valorizado pela cultura intelectual ou técnica, a ocupar altos cargos no império, como políticos, militares, religiosos, na justiça, a medicina, entre a intelectualidade como jornalistas, poetas e romancistas.

Apesar do tom otimista de boa parte do seu texto, é o próprio Freyre que nos mostra que as coisas não eram tão fáceis assim, pois, segundo ele próprio, “a ascensão social do bacharel, quando mulato evidente, entretanto, só raramente ocorreu”<sup>283</sup>, pois a “seleção social” se dirigiu “sempre no sentido não só do indivíduo de pele mais clara e de aparência mais européia, como de formação ou traquejo também mais europeu”.<sup>284</sup> Ainda acrescenta Freyre a necessidade desse mulato possuir pelo menos uma condição social remediada, uma ascendência realmente nobre e um nome sonoro. Posto todas essas exigências, quantos mulatos atendiam a todos esses critérios, quantos efetivamente ascenderam, em comparação com aquela grande massa deixada para trás.

Então esses “mestiços ou mulatos claros” que ascendiam, “alguns deles filhos ilegítimos de grandes senhores brancos”, passavam por uma rigorosa “seleção social” na qual muitos traços físicos eram levados em consideração e aqueles com “a mão pequena, o pé bonito, às vezes os lábios ou nariz dos pais fidalgos” levavam vantagem. “Os pés também foram para o mulato um elemento de ascensão social: pés compridos bem-feitos, finos, “nervudos”<sup>285</sup>. Mas não só os pés, o cabelo, os braços, os olhos, as sobrancelhas, os dedos etc., assim como na escolha de um escravo, o mulato para ascender, passava por uma minuciosa inspeção física para afastar a “assimetria do mestiço”. Quanto mais próximo do ideal branco, melhor.

É o próprio Freyre, um assaz defensor da importância da miscigenação do ponto de vista estético:

Sou daqueles que pensam que o aspecto estético da miscigenação é de considerável importância sociocultural. Pode contribuir em muito para uma nova valorização do homem miscigenado como ser eugênico e

---

<sup>282</sup> Ibidem, p. 573.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 584.

<sup>284</sup> Ibidem, p. 606.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 595.

estético; e através de sua eugenia e de sua estética, para sua ascensão social.<sup>286</sup>

Pois sabia ele da existência de uma grande discriminação de raça/cor em nosso país. Dessa forma, se nos aproximássemos de uma “morenidade” era muito mais no sentido de apagamento fenotípica e cultural do negro, do que rumo a um país “metarracial”.

Freyre nos ensina, por meio de uma tabuada retirada do *Guia do Commercio da América*, como funcionava as gradações da mistura

TABUADA DAS MISTURAS  
PARA FICAR BRANCO

1 branco com uma negra produz mulato  
Metade branco, metade preto.  
1 branco com uma mulata produz quartão  
Trez quartos branco, e um quarto negro.  
1 branco com uma quartão produz outão  
7/8 branco e 1/8 negro.  
1 branco com uma outona produz branco  
Inteiramente branco.<sup>287</sup>

Essa tabuada nos mostra como “limpar” a herança fenotípica negra. Caminho mais rápido para ascensão social no Brasil patriarcal ou semipatriarcal, por ele tão propalada. O branqueamento físico era a meta dessa morenidade, mas também a assimilação cultural pelo apagamento da cultura incivilizada e imoral de negros inferiores. É o próprio Freyre quem nos enfatiza a necessidade dos mulatos possuírem os “modos urbanos”, a “formação ou traquejo mais europeu”.

Não nos esqueçamos que Freyre sempre tratou a problemática entre brancos e negros no Brasil dentro da categoria de raça. “Ninguém ousará negar que várias qualidades e atitudes psicológicas do homem possam ser condicionadas biologicamente pela raça”, até por que os conhecimentos técnicos/científicos de sua época não o permitiam ultrapassar essa questão. E, para ele, a raça negra era visivelmente inferior, apesar de que, na sua interpretação, a raça era uma categoria dinâmica e, no Brasil, a miscigenação teria sido uma forma de dinamizar o desenvolvimento da raça negra pelo contato com os brancos civilizados.

<sup>286</sup> FREYRE, Gilberto (org.). *Seleção para jovens*. 4 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 117-118.

<sup>287</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed., Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, 1977, Tomo 2, p. 633.

Quando seu “cruzamento” se dava de forma sistemática, “profunda e demorada”, ele daria origem a uma “meia-raça”, mais “equilibrada entre os extremos”<sup>288</sup>. Antes, no entanto, “a mobilidade das raças oferece, nos seus primeiros momentos de transição – a fase brasileira, que tanto alarmou o Conde de Gobineau e o Professor Agassiz – aspectos dramáticos”<sup>289</sup>.

O mulato, esse elemento mais plástico da nossa sociedade, segundo Freyre, é por ele caracterizado como um ser de “meia-raça”, de “meio-sexo”, ciente do “lado socialmente inferior de sua origem, “mesmo que gozasse, pela sua qualidade de bacharel, as vantagens de branco”.<sup>290</sup> A “distância social, e talvez psíquica, entre eles e a raça definida branca ou pura, ou o sexo definidamente masculino e dominador”, era evidente. O mulato é descrito por Freyre como dócil, adulator, cordial, servil, risonho, simpático, afeminado, dengoso, é acusado do uso excessivo de diminutivos, de falar difícil e de vestir-se exageradamente para parecer fidalgo. De encher-se daqueles acessórios “que o negro é, pela sua condição física, incapaz de usar sem ser ridículo ou incômodo evidente.”<sup>291</sup>

A denguice do mulato, é certo que vai às vezes ao extremo da molície – certas ternuras de moça, certos modos doces, gestos quase de uma mulher agradando homem, em torno do branco socialmente dominante. Alguma coisa também do adolescente diante do homem sexual e socialmente maduro, o homem completo e triunfante que ele, adolescente, no íntimo quer exceder; que imita, exagerando-lhe os característicos de adulto – a voz grossa, a força, a superioridade intelectual e física; e junto a quem se extrema em agrados e festas, em desejos de intimidade. Socialmente incompleto, o mulato procura completar-se por esse esforço doce, oleoso, um tanto feminino. Até que atingida a madureza social, pelo menos nas suas qualidades e condições exteriores, ele se torna muitas vezes o arrivista, o rastaquëra, o novo-culto, extremando-se alguns naquela “hiperestesia do arrivismo” a que se refere um publicista hispano-americano.<sup>292</sup>

Seria então o aspecto “feminino” e infantil do mulato o que o incapacitava a “estabilizar-se num tipo igual do branco, social e intelectualmente completo”. Seria sempre ele um ser incompleto, servil, fadado a representar a relação patriarcal entre a

---

<sup>288</sup> Ibidem, p. 657.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 657.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 590.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 643.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 647.

casa-grande e a senzala. Por mais claro que fosse, seria ele sempre um “quase branco” ridicularizado, uma “sub-raça oprimida”.

Freyre nos conta também sobre os encantos, sobre a beleza mulata, da “atração sexual exercida sobre o branco do sexo oposto que, em grande número de casos, fez elevar socialmente o tipo mulato em nosso meio”.<sup>293</sup> Fala-nos dos boatos de certas vantagens de ordem física que faria o homem mestiço e mesmo o negro superior ao branco no ato do amor, de uma suposta superioridade no tamanho dos órgãos sexuais (que Freyre faz questão de trazer algumas pesquisas que a desmentem). Para ele, o interesse da mulher branca pelo negro e o mulato era fruto de um certo gosto pelo “bizarro”, “pela nítida atração sexual exercida sobre a mulher fina por homem de raça primitiva e escura”<sup>294</sup>, e conclui que viria daí o furioso ciúme do macho branco sobre o macho negro, explicando junto com questões econômicas, certos ódios de raça.

Com relação à mulher mestiça, a ascensão social não foi muito diferente. Ela era também mais fácil para aquelas que se aproximassem das mulheres brancas. Também elas eram vistas como possuidoras de uma sexualidade extremada, que apesar de Freyre dizer não saber ao certo se era verdadeira ou falsa, não se cansa ele de exaltar.

À mulata, pela sugestão sexual não só olhos como do modo de andar e do jeito de sorrir, alguns acham até que dos pés, porventura mais nervosos que os das brancas e os das negras; dos dedos da mão, mais sábios que os das brancas, tanto nos cafunés e nas extrações de bichode-pé nos sinhôs-moços como noutros agrados afrodisíacos; do sexo, dizem que em geral mais adstringente que o da branca; do cheiro de carne, afirmam certos volutuosos que todo especial na sua provocação – à mulata, por todos esses motivos, já se tem atribuído, um tanto precipitadamente e em nome de ciência ainda tão verde e em começo como a sexologia, uma permanente “superexcitação sexual”, que faria dela uma anormal;<sup>295</sup>

Na interpretação freyriana, seriam as circunstâncias sociais que estimulavam a mestiçagem às aventuras do amor físico, da qual as mulheres brancas estavam melhor defendidas devido a uma condição social mais estável, bem como também de uma condição racial mais estável. Ou seja, havia sim uma moral mais frouxa nessa meia-raça ainda em transição, nessa “raça primitiva e escura”.

---

<sup>293</sup> Ibidem, p. 592.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 603.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 601-602.

Apenas no Brasil, sendo a mestiça clara e vestindo-se bem, comportando-se como gente fina, torna-se branca para todos os efeitos sociais. Sempre, entretanto, ou quase sempre, porém, acompanha-a a aura de mulher mais quente que as outras – que as brancas finas, principalmente – expondo-a a maiores audácias do donjuanismo elegante e a maiores riscos de conduta nas suas relações com os homens.<sup>296</sup>

Valia aqui, tanto para os homens quanto para as mulheres, a “linha do comportamento” enfatizada por Brookshaw. Essa linha poderia ser atravessada pelos mestiços de várias matizes, mas, com certeza, com mais facilidade pelos mais claros, mais próximos aos brancos. O que não poderia ser atravessada, no entanto, era a segregação entre as duas tradições culturais, a branca e a negra: a moralidade contra a imoralidade. Assim, ao atravessar essa linha, o mestiço deveria abrir mão de sua tradição cultural e parecer, comportar-se e, vestir-se como os “de cima”.

Segundo Freyre, no Congresso Afro-Brasileiro de 1934, em Recife, dois velhos folcloristas, o alagoano Alfredo Brandão e o paraibano Rodrigues de Carvalho, apresentaram uma massa considerável de trovas, glosas e ditados que demonstram o preconceito contra o preto. O negro é o mais duramente atingido pelas sátiras nas quais se exprime o desprezo social por ele, não só pelas suas diferenças somáticas – a venta chata, o beijo grosso, o cabelo pixaim, a bunda grande de alguns – e pelo seu “cheiro de xexéu”, sua “catinga de sovaco”, seu “budum” ou sua “inhaca”, como por ostentar acessórios e formas de cultura africana.<sup>297</sup>

É o próprio Freyre que nos diz “que povo nenhum no mundo chegou a abusar tantos de perfumes europeus como o mulato brasileiro, talvez para combater a chamada “inhaca” ou odor de negro, aliás, apreciado por certos brancos voluptuosos.”<sup>298</sup> Ou ainda que os imigrantes europeus foram grandes “procriadores de mulatos”, não só por “nenhuma repugnância sexual desses europeus pelas negras, ou pardas, ao contrário, talvez por encontrarem nelas algum pegajento encanto sexual”.<sup>299</sup> Mais do que fazer parte do folclore brasileiro, a bizarrice e o odor/inhaca de negro foram elevados à categoria de ciência, rodeada por argumentos, estudos e provas ao constar entre as interpretações sociológicas de Freyre.

---

<sup>296</sup> Ibidem, p. 602.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 639-640.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 601.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 607.

Apesar de patente o racismo no Brasil, baseado nas próprias evidências trazidas pelo autor, Freyre prefere enfatizar a acomodação, a harmonia, os espaços de intercomunicação.

Porquanto lamentar a desestruturação do sistema harmonioso, acomodatório do sistema patriarcal entre nós, ressalta que os antagonismos surgidos com a urbanização, com a modernidade, com os sobrados e os mucambos, não foram nunca absolutos, e os vários espaços de intercomunicação representados pelas festas de igreja, procissão, o entrudo, o carnaval, a rua, a praça, o mercado, a escola, todas essas facilidades de comunicação “entre as classes e de cruzamento entre as raças foram atenuando os antagonismos e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira” de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo.<sup>300</sup>

No final das contas, na sua interpretação, a ascensão do mulato bacharel, a abolição da escravidão e a urbanização foram nocivas ao Brasil, pois fez ressaltar os antagonismos. O bacharel (branco ou mulato), por seu modo afeminado e desgarramento com relação à identidade nacional; a abolição por tirar os negros de uma situação de acomodação e harmonia da relação entre a casa-grande e a senzala, e os empurrar para os “fétidos” mucambos, onde possuíam uma condição social inferior à anterior; a urbanização e os sobrados por fazerem ascender uma nova classe social burguesa e intelectualizada, pouco interessada em manter os velhos valores tradicionais de mando do senhor.

O que depreendemos do discurso freyrano é que seu ideal de Brasil sempre foi o patriarcal, sob o domínio do senhor. Seu ideal de povo, o mestiço embranquecido física e culturalmente. O negro haveria de ser extinto, absorvido pela “população predominantemente européia”. Assim, mesmo na mais famosa visão positiva da mestiçagem brasileira, o negro nunca configurou como apto para compor o povo brasileiro. Os mestiços sim, mas com várias condições, e sempre colocados no seu “lugar” de inferioridade.

---

<sup>300</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed., Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, 1977, Tomo 1, p. XLVI.

#### 4.3 - A Bahia sob o olhar de Gilberto Freyre.

A obra *Casa-Grande e Senzala* transformou Gilberto Freyre num sociólogo consagrado internacionalmente. Sua teoria da “miscigenação harmoniosa das raças”<sup>301</sup> foi aceita como a mais brilhante explicação sobre “a gênese da sociedade e da identidade nacional brasileira”.<sup>302</sup> Se dentro do país sua obra sofria algumas críticas, internacionalmente a universalidade dela era aceita de forma quase unânime.<sup>303</sup> No esforço de monumentalizar sua obra, o próprio autor contribuiu a cada prefácio e na incorporação da consagrada opinião internacional extremamente elogiosa como que para reforçar o discurso de autoridade que a este tempo sua obra já adquiria.

No prefácio à primeira edição, em 1933, repetido na íntegra nas demais edições, o autor nos conta sobre sua visita à Bahia, este “último e Deus queira que invencível reduto”<sup>304</sup> da tradição, de um Brasil patriarcal, e exalta as qualidades da “velha cozinha das casas-grandes”.<sup>305</sup>

É justamente a melhor lembrança que conservo da Bahia: a da sua polidez e a da sua cozinha. Duas expressões de civilização patriarcal que lá se sentem hoje como em nenhuma outra parte do Brasil.<sup>306</sup>

Aliado à construção/invenção do nordeste como um espaço da saudade, a partir de *Casa-Grande e Senzala* veremos a construção da Bahia como o último espaço de conservação desta memória, reforçada em artigos de jornais escritos por Freyre e também nas obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio de Recife*, em 1942, Gilberto Freyre definia a Bahia como a mãe da democracia brasileira, democracia de culturas que se interpenetram, de antagonismos sociais que se harmonizam, de raças que se aproximam uma das outras com preconceitos cada vez menores a separá-las. Bahia este último reduto de um Brasil

---

<sup>301</sup> LEMAIRE, R. Discursos Históricos e Narrativa Literária: cruzamentos e encontros intrigantes. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. São Paulo, Unicamp, 1998. p. 257.

<sup>302</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>303</sup> Ibidem, p. 252-253.

<sup>304</sup> FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*...op.cit., Prefácio, p. XLV.

<sup>305</sup> Ibidem, p. XLV.

<sup>306</sup> Ibidem, p. XLVI.

tradicional, patriarcal, nostálgico, a mais “expressivamente brasileira” de suas cidades, já que a sua Recife se modernizava e perdia esta individualidade que seduz europeus.<sup>307</sup>

A Bahia seria, então, a matriz de sua tão famosa teoria da miscigenação harmoniosa das raças, não só porque o Brasil *nasceu* na Bahia, mas também porque essa desempenhou muito bem seu papel nesta teoria, além de transformar-se no reduto de conservação de sua tese. Bahia, única, individual, capaz ainda de algo muito importante para Gilberto Freyre: seduzir os europeus, agradá-los, inspirar-lhes curiosidade deste espaço tão exótico, tão diferente.

Já antes, em 1926, em sua primeira visita a Bahia, Gilberto Freyre a identificava com a imagem de mãe: “A cidade-mãe, a cidade ama-de-leite do Brasil”.<sup>308</sup> Desta primeira viagem, temos dois frutos: um artigo intitulado: *Bahia à Tarde* e uma poesia intitulada: *Bahia*<sup>309</sup>.

Tanto a poesia quanto a prosa possuem imagens equivalentes sobre a Bahia, algumas passagens da prosa foram reproduzidas literalmente para a poesia, ou da poesia para a prosa, quem vai sabê-lo! Por acreditá-la deveras importante para a compreensão da imagem deste autor sobre a Bahia achou-se por bem reproduzi-la apesar de seu tamanho. Para fazê-lo optou-se por sua última versão revisada pelo autor em 1962.<sup>310</sup>

### BAHIA DE TODOS OS SANTOS E DE QUASE TODOS OS PECADOS

Bahia de Todos os Santos (e de quase todos os pecados)  
casas **trepadas** umas por cima das outras  
casa, sobrados, igrejas, como gente se espremendo pra  
[sair num retrato de revista ou jornal  
( vaidade das vaidades! diz o Eclesiastes)  
igrejas gordas (as de Pernambuco são mais magras)  
toda a Bahia é uma **maternal** cidade gorda  
como se dos ventres empinados dos seus montes  
dos quais saíram tantas cidades do Brasil  
inda outras estivessem pra sair  
ar mole oleoso  
**cheiro de comida**  
cheiro de incenso  
**cheiro de mulata**

<sup>307</sup> FREYRE, Gilberto. Valores Rotarianos e Valores Baianos. Jornal do Commercio, Recife, 19/11/1942.

<sup>308</sup> Idem, Bahia à Tarde. In: Diário de Pernambuco, Pernambuco, 19/03/1926. In: FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

<sup>309</sup> Idem, Bahia e baianos. In: FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1990, p.15-22. Existem três versões desta poesia a de 1926, intitulada apenas Bahia, a de 1942, e a última versão de 1962, intitulada de *Bahia de Todos os Santos e de Quase Todos os Pecados*, pela qual optamos citar.

<sup>310</sup> Na análise constará em nota se a passagem analisada já constava na primeira versão ou não.



bafos quentes de sacristias e cozinhas  
 panelas fervendo  
 temperos ardendo  
 o Santíssimo Sacramento se elevando  
 mulheres parindo  
 cheiro de alfazema

**remédios contra sífilis**

letreiros como este:  
 Louvado seja Nosso senhor Jesus Cristo  
 (Para sempre! Amem!)  
 automóveis a 30\$ a hora  
 e um ford todo osso sobe qualquer ladeira  
 saltando pulando tilintando  
 pra depois escorrer sobre o asfalto novo  
 que branqueja como dentadura postiça em terra encarnada  
 (a terra encarnada de 1500)

**gente da Bahia!**

**preta, parda, roxa, morena**  
**cor dos bons jacarandás de engenho do Brasil**  
**(madeira que cupim não rói)**

sem rosto cor de fiambre  
 nem corpos cor de peru frio

**Bahia de cores quentes, carnes morenas, gostos picantes**

eu detesto teus oradores, Bahia de Todos os Santos  
 teus ruisbarbosas, teus otaviosmangabeiras  
 mas gosto das tuas iaiás, tuas mulatas, teus angus  
 tabuleiros, flor de papel, candeeirinhos,  
 tudo à sombra das tuas igrejas  
 todas cheias de anjinhos bochechudos  
 sãojoãos sãojosés meninozinhosdeus  
 e com senhoras gordas se confessando a frades mais magros  
 [do que eu

O padre reprimido que há em mim  
 se exalta diante de ti Bahia  
 e perdoa tuas superstições  
 teu comércio de medidas de Nossa Senhora e de Nossosse-  
 [nhores do Bonfim

e vê no ventre dos teus montes e das tuas mulheres  
 conservadores da fé uma vez entregue aos santos  
 multiplicadores de cidades cristãs e de criaturas de Deus  
 Bahia de Todos os Santos  
 Salvador

São Salvador  
 Bahia

Negras velhas da Bahia  
 vendendo mingaus angu acarajé  
 Negras velhas de xale encarnado  
 peitos caídos

**mães das mulatas mais belas dos Brasis**

**mulatas de gordo peito em bico como pra dar de mamar a**  
**[todos os meninos do Brasil.**

Mulatas de mãos quase de anjos  
 mãos agradando ioiôs

**criando grandes sinhôs quase iguais aos do Império**  
 penteando iaiás

dando cafuné nas sinhás  
 enfeitando tabuleiros cabelos santos anjos  
 lavando o chão de Nosso Senhor do Bonfim  
 pés dançando nus nas chinelas sem meia  
 cabeções enfeitados de rendas  
 estrelas marinhas de prata  
 tetéias de ouro  
 balangandãs  
 presentes de português  
 óleo de côco  
 azeite-de-dendê  
 Bahia  
 Salvador  
 São Salvador  
 Todos os Santos  
 Tomé de Sousa  
 Tomés de Sousa  
 padres, negros, cablocos  
 Mulatas quadrarunas, octorunas  
 a Primeira Missa  
 os malês  
**índias nuas**  
 vergonhas raspadas  
 candomblés santidades heresias sodomias  
 quase todos os pecados  
**ranger de camas-de-vento**  
**corpos ardendo suado de gozo**  
 Todos os Santos  
 missa das seis  
 comunhão  
 gênios de Sergipe  
 bcharéis de pince-nez  
 literatos que lêem Menotti Del Picchia e Mário Pinto Serva  
 mulatos de fala fina  
 moleques  
 capoeiras feiticeiras  
 chapéus-do-chile  
 Rua Chile  
 Viva J.J. Seabra  
 morra J.J. Seabra  
 Bahia  
 Salvador  
 São Salvador  
 Todos os Santos  
 um dia voltarei com vagar ao teu seio moreno brasileiro  
 às tuas igrejas onde pregou Vieira moreno hoje cheias de  
 [frades ruivos e bons  
**aos teus tabuleiros escancarados em x (esse x é o futuro**  
**[do Brasil)**  
 a tuas casas a teus sobrados cheirando a incenso comida  
 [alfazema cacau.<sup>311</sup>

---

<sup>311</sup> Grifos meus.

Nos primeiros versos, há a identificação da Bahia como esta grande mãe do Brasil. Em seguida, temos elencadas três imagens fundamentais de Gilberto Freyre sobre a Bahia: a cozinha, a religião católica e as mulheres.

Salpicado em todo o poema, temos uma sensualidade/sexualidade exacerbada da Bahia, dos baianos, este povo cheiroso, gostoso, principalmente das baianas – as “mulatas mais quentes do Brasil”.<sup>312</sup> As imagens culinárias se avultam e se sucedem misturando gostos, cheiros, gente, como a sugerir que o povo baiano também é comível. Jorge Amado e Dorival Caymmi utilizarão também em sua obra a sedução pelo estômago. Em Jorge Amado, as metáforas culinárias estarão presentes, principalmente nos romances *Gabriela cravo e canela*<sup>313</sup> e *Dona Flor e seus dois maridos*.<sup>314</sup> Nestes três autores, a culinária assume um simbolismo sexual, afrodisíaco. O comer aqui (aliás como em nossa cultura) também sugere sexo.

Na primeira versão desta poesia de 1926, existem algumas diferenças que considero importantes assinalar aqui, como nessa passagem:

Bahia de quase todos os pecados  
 escorregadiça lama de carne  
 ranger de camas de lona  
 sob corpos ardendo, suando de gozo  
 muquecas da preta Eva<sup>315</sup>

Esta passagem em muito se assemelha a uma outra muito famosa do próprio Freyre:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.  
 O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne...As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelhos.<sup>316</sup>

<sup>312</sup> Como consta na primeira versão de 1926.

<sup>313</sup> AMADO, Jorge. *Gabriela cravo e canela*. 83 ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>314</sup> Idem, *Dona Flor e seus dois maridos*. 49 ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>315</sup> FREYRE, Gilberto. Bahia, poesia, versão de 1926.

<sup>316</sup> Idem, *Casa-Grande & Senzala*...op. cit., p. 93

Em seguida, Gilberto Freyre nos lembra que os primeiros povoamentos nasceram na Bahia e posteriormente em outros pontos do litoral, ricos em pau-de-tinta. Ou seja, as primeiras índias a *se esfregarem nos brancos* foram as “baianas”. E pelo que nos parece, tanto em 1926 como em 1962<sup>317</sup>, a imagem sobre as mulheres baianas, para o autor, ainda não havia mudado muito. Não nos passa despercebido um pequeno detalhe que talvez nos diga muito sobre a imagem da mulher baiana negra de Gilberto Freyre: *a preta Eva*. E este nome não foi escolhido por acaso e sim por todo o simbolismo que ele encarna. Diante destas evas que são as mulheres baianas, qual homem poderia resistir? Inocentando, assim, os ioiôs, os sinhôs, inclusive os padres, ao caírem em tentação.

Outro aspecto importantíssimo percebido no poema, que aliás é complementar a este, é o apego à nostalgia:

Mulatas de mãos quase de anjos  
mãos agradando ioiôs  
criando grandes sinhôs quase iguais aos do Império  
penteando iaiás  
dando cafunés nas sinhás<sup>318</sup>

Temos aqui a Bahia repetida como o espaço da saudade, numa tentativa lírica de aprisionar o passado, de revivê-lo, de reinventá-lo, mas seguindo, é claro, os mesmos padrões do passado que marcam a subordinação do negro em relação ao branco, a submissão e disponibilidade da mulher negra para com os homens brancos e também para com mulheres brancas.

Completando essa visão, temos outro fragmento da versão de 1926, alterado em 1962, que diz assim: “mulatas mais gordas do Brasil, mulatas de peito para dar de mamar a multidões de brancos.”

Não podemos ver este mamar apenas como amamentar as crianças brancas, até porque ele não completa com “meninos brancos” e sim com “multidões de brancos”. Este mamar é também visto como uma disponibilidade sexual. Não é desconhecida que a iniciação sexual dos homens brancos no Brasil desde a colônia até meados do século XX se dava, basicamente, em casa, inicialmente com as escravas e, posteriormente, com as empregadas domésticas, nos lembrando que:

<sup>317</sup> Data da terceira e última versão da poesia.

<sup>318</sup> Versão de 1962.

a teoria da miscigenação de Freyre(...) longe de ser ponto de partida para a instauração de uma ordem democrática, serve para manter a ordem hierárquica anterior, já que a miscigenação, na maioria dos casos, não foi uma livre escolha dos parceiros, mas uma imposição, um símbolo de mando dos senhores brancos sobre os negros, que não tinham de volta a reciprocidade, ou seja, as mulheres brancas nunca estavam à disposição dos negros.<sup>319</sup>

Segundo artigo do próprio Freyre,<sup>320</sup> o poema provocou debates na imprensa escrita, em Salvador, tendo alguns intelectuais baianos partido em sua defesa, outros, no entanto, em seu ataque. O alvo dos ataques, contudo, teria sido a pouca importância dada aos intelectuais baianos Rui Barbosa, Otávio Mangabeira, entre outros. Ou seja, não houve nenhum questionamento quanto à imagem da Bahia ou do seu povo, principalmente de suas mulheres. Sua interpretação não destoava, ou pelo menos, não desagradava aos baianos, é o que isto nos faz crer. Mas como desagradaria? No poema, Gilberto Freyre é bastante elogioso à Bahia, respeitoso com as mulheres e os homens baianos brancos. São das *cores quentes*, das *carnes morenas* de *gostos picantes* que escorre a libido, a eroticidade. E quem sairia em defesa da honra e da moral de mulheres e homens negros? Fica, assim, neste poema, mantida a estrutura social baiana e brasileira desde a colonização. Homens brancos mandam, mulheres brancas rezam, mulheres negras servem (em todos os sentidos) e os homens negros sexualmente ausentes<sup>321</sup>, de preferência.

Analisando as imagens do negro na literatura brasileira, Jean Marcel Carvalho França<sup>322</sup> não chega a conclusões muito diferentes destas. Desde a Literatura de Viagem, nos primeiros tempos da colonização, temos ricos relatos do perigo representado por algumas mulatas capazes de causar a ruína de muitos senhores. Gilberto Freyre, em sua interpretação da ‘formação da família brasileira sob o regime da

<sup>319</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Op. Cit., p. 133.

<sup>320</sup> FREYRE, Gilberto. Valores rotarianos e valores baianos, Jornal do Commercio, Recife, 19/11/1942. In: FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

<sup>321</sup> Segundo LEMAIRE, Ria. Discursos históricos e narrativa literária: cruzamentos e encontros intrigantes. In: PESAVENTO, S.J. & LEENHARDT, J. op. cit. Gilberto Freyre em sua teoria da miscigenação harmoniosa das raças defendida em Casa-Grande & Senzala, exclui a contribuição sexual do homem negro neste processo devido ao temor deste concorrente temível cujo vigor fático constitui um dos piores medos do homem branco. p.264-265. É notável que neste poema que exalta tanto a sensualidade negra, pouco se fale no homem negro.

<sup>322</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Imagens do Negro na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1998.

economia patriarcal', parece não ter conseguido escapar da visão destes primeiros colonizadores. A mulher negra - a mulata - , assim como as índias *nuas*, continuam sendo vistas no século XX como o eram desde o século XVI, como disponíveis aos prazeres venéreos do homem branco, exalando uma sensualidade difícil de resistir.

Se o Brasil era esse espaço de harmonia, a Bahia, para Freyre, era sua síntese mais perfeita, o lugar onde os valores europeus, africanos e indígenas foram harmonizados “como em nenhuma outra parte do Brasil”. Ao mesmo tempo, essa harmonia significava para ele a assimilação do negro pelo branco.

Freyre concordava com Nina Rodrigues de que “a persistência de “fetichismo” entre os negros e mestiços baianos constituía um fato contra o qual ninguém devia continuar a ter ilusões, enganado pelas aparências e simulações católicas que assumia o mesmo “fetichismo””. Mas que “só lentamente se dissolveriam aquelas sobrevivências. Só por um demorado processo sociológico que chamaríamos hoje de “sucessão”; nunca pela pura violência”.<sup>323</sup> Não sendo a permanência dos valores africanos o ideal, ao contrário, o ideal era que os mais consolidados e civilizados valores europeus absorvessem os primitivos e inferiores valores africanos e os sucedessem.

Encontramos em Freyre a exaltação dos valores identitários baianos consagrados pelas velhas elites e também por Amado, como a primordialidade, a originalidade, a intelectualidade e o de cidade revolucionária. Freyre traz à cena os valores e cores africanas, mas, para logo em seguida identificá-los como provisórios e transitórios. Exaltava ele, no final das contas, nossas elites baianas que, sem preconceitos e harmoniosamente, estavam assimilando os negros física e culturalmente, “limpando” com isso, os traços selvagens desse povo. Na mestiçagem defendida por ele, o ideal de levar a civilização às trevas africanas vence.

#### 4.4 – Miscigenação: a maior contribuição do Brasil para a Humanidade.

Nos idos de 1930, Jorge Amado era apenas um jovem escritor de 18 anos. Amado escrevia para a *Revista ETC*, sob o pseudônimo de Alberti Borgia, para a seção de “Casos e Cousas”. Com sua partida para o Rio de Janeiro, a então capital federal,

---

<sup>323</sup> Ibidem, p. 65.

Amado continuaria a escrever para a seção que passaria a chamar-se “Cousas do Rio de Janeiro”, ainda sob o velho pseudônimo. Nessa mesma edição de despedida, nos fala da sua terra, a “Velha Bahia de gloriosas tradições”, que passava à época por “uma grande remodelação”. O viajante que visitar a “cidade do vatapá e do acarajé” verá que ela deixou de a ser a “aldeia rotineira dos primeiros bons portugueses” para tornar-se a “cidade progressista dos brasileiros inteligentes”.

A roupa nova da Bahia o prova. Calçamento bom, boa iluminação, novos prédios de estylos novos, arranhas-ceos, enfim muita novidade. Hoje a cidade do Salvador pode dizer que não vive somente das tradições. A Bahia já tem presente.

Ella não é a cidade que foi morta pelo peso das glórias do passado.

Não. Se teve um passado brilhante, tem um presente admiravel e terá um futuro glorioso.

O progresso na Boa Terra é um facto. A Bahia, ao contrario do que espalham os exploradores da credulidade alheia, está com o seculo. Dynamica e progressista. Arranhas-ceos, cinema falado, novo elevador e um movimento formidavel.<sup>324</sup>

Jorge Amado toma despreocupadamente as antigas denominações como “Terra do Vatapá” e outras referências às comidas afro-baianas que foram utilizadas pelas elites centro-sulistas no século XIX e início do XX como forma de diminuir a Bahia por conta de sua influência negra, como motivo para orgulhar-se. Orgulha-se também do progresso e da modernidade que as reformas urbanas estavam trazendo para a sua cidade. Um Jorge Amado diferente, defensor dos “predios de estylos novos”, dos “arranha-ceos”. Otimista, afirmava que a Bahia já possuía um presente e um futuro dinâmico e progressista e que não precisaria mais viver das glórias do passado, rebatendo a celeuma estabelecida nesse seu tempo de ser a Bahia a terra do “Já teve”, do “Já foi”.

Já estabelecido no Rio de Janeiro que ele descreveu deslumbrado, com os arranha-ceos, a noite, o movimento, os cinemas, os jornais, como formidável, Jorge Amado continuaria a nos mandar suas opiniões e impressões.

Noutra edição, ainda em 1930, Jorge Amado nos fala sobre o samba “talvez a mais bella criação do brasileiro, por ser a mais sincera”. Diz-nos que no samba pode-se observar bem essa tristeza do povo brasileiro que faz o orgulho de todo “idiota” que se intitula sociólogo no Brasil. “A tristeza do povo brasileiro, mistura da nostalgia do

<sup>324</sup> BORGIA, Alberti (Jorge Amado). Casos & Cousas. In: *Revista ETC*. Salvador-Ba, 16.06.1930, p.2.

portuguez desterrado que sonha com a volta á Pátria e a revolta abafada no negro escravizado, nada tem de nobre, nem de esthetica”. Para Amado essa tristeza cura-se com “banho frio e com chicote”.

Segundo ele, as letras da grande maioria dos sambas eram, no entanto, mal feitas e “Quase sempre o que nos encanta no samba e no maxixe não passa do ruthmo selvagem. Aquilo se não chega a admirável, é pelo menos para o branco, original”<sup>325</sup>.

Sobre o povo brasileiro, Jorge Amado não é muito otimista, muito menos sobre nossa influência negra africana.

Nas festas populares brasileiras quasi sempre festas religiosas, nas quaes ha mais selvageria que christianismo, pode-se bem observar o porque de todos os defeitos do homem nascido sob os céos do tropical Brasil.

O homem brasileiro, escravo da grandeza da natureza americana, preguiçoso e doente, prefere a realizar qualquer cousa, dizer que “dentro de 100 annos o Brasil será o primeiro paiz do mundo”.

É o escravo que, libertado a 13 de Maio, livre do senhor e do chicote, resolveu não mais trabalhar e viver como os padres e outros parasitas, à custa da imbecil caridade do próximo.

É a África. O rythmo selvagem do negro que dominava o leão no deserto, está inteiramente no negro ou no mestiço brasileiro.<sup>326</sup>

A exceção seria apenas os homens brasileiros situados mais ao Norte onde o caboclo já possuía sangue de índio,

Fora disso, no homem brasileiro, nada de bello, de vigoroso, de admirável.

Nem a mulata. A mulata que é a adoração de todos os conductores de bonde, de todos guarda-civis e de todos os portuguezes que habitam a heroica cidade de São Sebastião, do Rio de Janeiro, affectado e mal cheirosa, nada tem de interessante.

Nem o vigor da índia, nem a belleza da branca, nem a bondade da preta.

Apezar da largura das “cadeiras” é feia. Má, preguiçosa, tem horror ao trabalho, Dansa aos sabbados nos “bailes” das suas “Sociedades recreativas” e ás segundas-feiras falta ao trabalho deixando mal a patrôa...<sup>327</sup>

<sup>325</sup> BORGIA, Alberti (Jorge Amado).Cousas do Rio de Janeiro. In: *Revista ETC*. Salvador-Ba, 10.11.1930, p.2.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>327</sup> Ibidem, p. 2.



Em artigo no ano seguinte faz-nos entrever seu ideal feminino “Um sorriso de santa que sabe perdoar. Cabellos de um castanho com pretensões a louro que bailavam bailados estranhos sob o assovio do vento. Umas mãos finas e aristocráticas. Boa como a bondade”.<sup>328</sup>

Falando-nos sobre o momento artístico e intelectual baiano, Amado nos diz que a Bahia já fora noutro tempo a Atenas brasileira e, como “Mãe da mulata ignorância brasileira perdeu logo o seu título”. Crítico do modernismo, diz que “As sagradas tribos indígenas dos retardados modernistas bahianos teem cultos estranhos. Cultuam o analfabetismo e o elogio mútuo” e que ficava doente ao ver as tolices dos “mulatos que não são capazes de qualquer coisa de bello”.<sup>329</sup>

Esses escritos de juventude de Jorge Amado nos revelam um pensamento bastante diferente da forma como esse romancista ficará conhecido no Brasil e no exterior. Com certeza nos mostra a força de uma formação patriarcal e racista, ainda forte na década de 1930. Qual não foi o impacto em 1933, da obra *Casa-Grande e Senzala*, publicado pelo sociólogo Gilberto Freyre, que apesar de todas as limitações colocadas anteriormente, era verdadeiramente revolucionária, para a época, à ponto de Jorge Amado dizer dela, em 1961, quando de sua posse na Academia Brasileira de Letras, que ela havia causado um “impacto ainda não renovado em nosso ensaio”.<sup>330</sup>

Nos idos de 1935, Jorge Amado já era um dos mais aplaudidos romancistas brasileiros e, com a aparição de *Jubiabá*, a “consagração” se concretiza,

Neste “Jubiabá”, romance sobre a raça negra do Brasil, o victorioso autos de “Cacau” e “Suor” encontrou a sua melhor forma e põe a prova mais uma vez as suas admiráveis qualidades de romancista que o tornaram um dos maiores e mais populares escriptores brasileiros. Aliás, Jorge Amado já ultrapassou as fronteiras da nossa pátria. Seus livros estão traduzidos para o russo, a tradução ingleza de “Suor” apparecerá por estes dias, a de “Cacau” está sendo feita, e a tradução espanhola dos dois livros está em preparo.<sup>331</sup>

Jorge Amado estava a revelar ao Brasil um mundo desconhecido,

<sup>328</sup> BORGIA, Alberti (Jorge Amado). Flor de Neve. Cousas do Rio de Janeiro. In: *Revista ETC*. Salvador-Ba, 15.07.1931, s/p.

<sup>329</sup> BORGIA, Alberti (Jorge Amado). Cousas do Rio de Janeiro. In: *Revista ETC*. Salvador-Ba, 08.12.1930, p. 5-6.

<sup>330</sup> AMADO, Jorge. *Discursos*. Salvador, Casa das Palavras, Fundação Casa de Jorge Amado, 1993, p. 18.

<sup>331</sup> *Jornal A Semana*. Livros Novos. Belém-Pa, 1935.

Aquellas páginas sobre os vagabundos nas ruas da Bahia são inéditas nas letras brasileiras. Emocionam. Dão-nos a segurança de que Jorge Amado tem um accentuado pendor pela fixação desses soffrimentos anonymos e silenciosos que constituem a propria existencia dos abandonados da sorte. No meio dos meninos soltos, viciados e astuciosos, alguns se destacam brilhantemente, porem nenhum como Balduino, que toma relevos de bravura, decisão, estoicismo, todas as qualidades que tornam a raça privilegiada entre as demais. Depois vem a sua peregrinação sexual admiravel. Os seus anseios inexprimiveis. Balduino é um typo. Expressa os raros que ainda existem de um sanguejá bem misturado e já bem estragado pela cachaça. Fraco pela miscigenação, mas ainda assim rico dos melhores sentimentos.<sup>332</sup>

Lemos Brito afirma que “Jubiabá nos mostra uma Bahia muito diferente dessa que quase toda gente conhece – A Bahia das tradições e das igrejas, a Bahia histórica do carro dos caboclos lanceando o dragão que vomita fogo pelas narinas, symbolo da escravidão colonial”.<sup>333</sup> Uma identidade centrada nas elites, nos seus valores e espaços. A exaltação de uma Bahia histórica, tradicional e revolucionária.

Mas nem tudo eram flores e Jorge Amado também receberia críticas. Seu romance Jubiabá foi também taxado de maniqueísta, exagerado e artificial, além de que seu personagem, o negro Balduino, foi acusado de mais se parecer com um negro norteamericano, uma cópia do “Imperador Jones de Eugene O’Neill”<sup>334</sup>. Havia também outro tipo de crítica que não se apegava necessariamente aos aspectos estéticos da obra ou ao talento do escritor, mas sim à sua temática. Eloy Pontes nos diz que

Os negros estão em moda. Já agora os escriptores e romancistas divertem-se em nos recordar a população de moleques, de paes-de-santo, de velhos africanos, despojos da infâmia traficante, de mães pretas e sua descendencia ociosa, mulata e cynica que se consome nos vícios, nas superstições e no crime. Os que nada conhecem, inventam, conjecturam e atamancam netos de escravos, que recordam os negros dos kinels norte-americanos, onde a pintura escorre e delata o actor branco, mal enfrornado no papel. As macumbas, as religiões grosseiras, as feitiçarias, os cangerês, o sensualismo incontido dos sambas constituem outros tantos elementos dos romances, que ora apparecem em série, seguindo preceitos da moda.<sup>335</sup>

<sup>332</sup> *Boletim do Ariel*. Prata da Casa. Rio de Janeiro, 1935.

<sup>333</sup> BRITO, Lemos. Bazar de Livros. In: *Jornal Vanguarda*. Rio de Janeiro, 1935.

<sup>334</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. O Imperador Jones na Bahia. In: *Jornal Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1935.

<sup>335</sup> PONTES, Eloy. No Mundo das Letras. In: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 1935.

E essa “gente obscura”, “vítima de intoxicações religiosas”, é capaz de “fanatismos terroristas” nos mostrando que nesse momento de conhecimento do Brasil por meio do romance, a questão racial no Brasil estava muito longe de ser harmoniosa.

Os livros *Guia Bahia de Todos os Santos* (1945) e *Tenda dos Milagres* (1969), explorados mais detidamente neste trabalho, são aclamados pela imprensa como o mais autêntico retrato da Bahia, e onde o povo baiano e brasileiro deveria aprender. Já na oitava edição em 1961, o Guia era visto como indispensável para conhecer a Bahia.

Tudo que se deseja saber sobre a Bahia está nesse livro. É um roteiro de informações, ao mesmo tempo que um hino de amor. Suas praias, seus subúrbios, onde se come a melhor moqueca de peixe, suas grandes festas, seus mais famosos candomblés, seus literatos, suas figuras mais famosas e tudo quanto forma o conjunto de atrações e belezas que deu fama e glória à capital baiana.<sup>336</sup>

A recomendação da leitura de *Tenda dos Milagres* exigia-se como obrigatória, um dever cívico, sob pena de cometer crime de “lesa a Bahia”,

Por dever cívico que recomendo aos meus leitores e seus parentes que leiam o seu novo livro a Tenda dos Milagres. Considero obrigação. Pois será muito desagradável que alguém de outras terras nos visitando e ao perguntar:  
\_ Você leu a Tenda dos Milagres?  
Nossa resposta negativa é um crime de lesa a Bahia. Uma baianada condenável. Quem não leu trate de ler. A literatura também tem o seu serviço militar.<sup>337</sup>

Dessa forma, recomendava-se ao Brasil e à Bahia aprender o Brasil e a Bahia nas obras de Jorge Amado. Pois como ele mesmo disse em 1977, quando da gravação do filme de Nelson Pereira dos Santos, baseado no seu livro homônimo *Tenda dos Milagres*, “Nada do que está no livro, do que está no filme é inventado. São coisas que se passaram e que foram recriadas por mim e depois por Nelson”.<sup>338</sup> E como verdade, poderia e deveria sim ser ensinado.

O sociólogo Gilberto Freyre emitiu sua opinião sobre o filme de Nelson Pereira, baseado no romance de Jorge Amado, que foi comentado pelo *Jornal do Brasil*,

<sup>336</sup> Jornal do Comercio. *Gazetilha Literária*. Rio de Janeiro, 29.08.1961.

<sup>337</sup> *Jornal da Bahia*. Livros. Salvador-Ba, 23.11.1969.

<sup>338</sup> *Jornal A Tarde*. Jorge Amado fala de “Tenda dos Milages”. Salvador-Ba, 02.09.1977, Caderno 2, p.6.

Gilberto Freyre disse que compreende e até admira nos baianos essa “baianidade militante” em torno do valor de suas coisas: “Compreendo que a Bahia e os baianos promovam, de modo brilhante como promovem, esses valores, servindo-se, para isso, de vários meios de informação, divulgação e persuasão”.<sup>339</sup>

Mas Freyre pareceu irritado com o “baianismo exagerado”, que atribuía à Bahia a prioridade histórica da intelectualidade brasileira, a idéia das elites baianas, já citada anteriormente, de acreditarem que a Bahia estava sempre no princípio, relegava a segundo plano o seu Pernambuco. Mas Jorge Amado, falando ainda de *Tenda dos Milagres*, concorda em matéria de mestiçagem com Gilberto Freyre. “Minha novela fala do nôvo homem surgido dessa mescla racial e cultural. Creio que o Brasil tem um exemplo a oferecer à sociedade humana com sua cultura mestiça, cuja base é uma força de cordialidade e amor”.<sup>340</sup>

Fortalecido pelo sucesso da adaptação para o cinema do seu romance *Tenda dos Milagres*<sup>341</sup>, aclamado pela crítica, Jorge Amado no exterior vira sinônimo de Brasil e sua obra rima com Bahia, conforme nos conta o jornal *A Tarde*, ao traduzir parte de artigo publicado no jornal francês *Le Monde*.<sup>342</sup>

Ainda sob a grande emoção que brota torrencial em todo o trabalho, comentávamos que a “Tenda” tem a fôrça de um verdadeiro manifesto do Cinema Novo – 1977. Um manifesto político, cultural, histórico, estético, racial, democrático e com os verdadeiros sentidos da brasilidade poucas vezes tão generosa e grandiosamente expressos em música, filme, peça, livro ou poema.

Finalmente Jorge Amado teve um filme digno de seu talento de escritor e – sobretudo – de seu amor pelas belezas, pobreza e grandezas do povo da Bahia, do Brasil e de Aruanda.<sup>343</sup>

<sup>339</sup> *Jornal do Brasil*. Sociólogo vê muita Bahia num só filme. Rio de Janeiro, 20.12.1977, Caderno 1.

<sup>340</sup> *Jornal Tribuna da Bahia*. Jorge Amado em Nova Iorque. Salvador-Ba, 10.09.1971.

<sup>341</sup> Seu livro também seguia muito também. “**Tenda dos Milagres** foi traduzida para o inglês e publicado nos Estados Unidos por Knopf Editores, de Nova York. Já saiu também uma edição canadense e brevemente aparecerá a edição inglesa. Trechos da tradução russa apareceram em fevereiro na Revista **Literatura Estrangeira**, de Moscou; a edição em volume está programada para abril. A editora Losada, de Buenos Aires, preparou a edição em espanhol; sairão ainda este ano as edições alemãs de Pifer Verlag, na Alemanha Ocidental; a edição francesa aparecera em setembro; é já estão quase prontas as edições húngara e búlgara.” JORGE AMADO VOLTA A FALAR DA SUA BAHIA. *Jornal O Estado de São Paulo*, 19 de mar. 1972.

<sup>342</sup> *Jornal A Tarde*. O Cantor de seu povo. Salvador-Ba, 25.08.1976.

<sup>343</sup> *Jornal O Globo*. “Tenda dos Milagres” com o coração na mão. Rio de Janeiro, 29.09.1977, p. 36.

A brasilidade amadiana fincada na Bahia e na grande herança africana será o cartão postal do Brasil no exterior<sup>344</sup> nessa segunda metade do século XX. No lançamento em 1977 da 27ª edição do seu *Guia Bahia de Todos os Santos*, Jorge Amado diz ter feito alterações no texto para contemplar as modificações decorrentes do crescimento da cidade com o passar do tempo, lamentando porém “a ameaça de descaracterização e até mesmo destruição de alguns de seus valores mais caros”, dentre eles a arquitetura, para dar espaço aos “violentos, magros e feios arranha-céus modernos”<sup>345</sup>, que no seu tempo de juventude tanto lhe parecem positivos e capazes de fazer integrar a Bahia rumo ao progresso e à modernidade.

Um Jorge Amado mais maduro que conseguiu superar a sua fase inicial de reafirmação das idéias racistas, dos preconceitos mais grosseiros sobre as relações raciais no Brasil, mas que, no entanto, não deixou de afirmar e reafirmar outros estereótipos sobre os negros e mestiços em sua obra. Analisando sua obra, David Brookshaw concluiu que a luta da literatura amadiana foi mais contra uma moral burguesa, do que a favor de uma mudança social e política.

Desse modo, seus temas mais constantes baseiam-se numa atitude contra as restrições e a repressão da cultura burguesa, atitude que exalta de maneira romântica a psique das massas afro-brasileira como uma alternativa de libertação. Todavia, este nativismo, ou populismo na opinião de Bosi, depende, como não poderia deixar de ser, da manutenção de estereótipos sociais e raciais profundamente inculcados na mentalidade da classe que está sendo paradoxalmente criticada. Os romances de Amado, por isso, podem ser importantes meios de preservação da cultura africana no Brasil, embora também preservem e reforcem os mitos brancos concernentes ao afro-brasileiro como indivíduo.<sup>346</sup>

<sup>344</sup> Era muito grande a repercussão noutros países da obra amadiana, conforme nos mostram os jornais a seguir: A OBRA DE JORGE AMADO E SUA IRRADIAÇÃO. *Jornal do Comercio*. Lisboa, 13.out.1973. Caderno Letras e Artes. p. 17. “BAHIA DE TODOS-OS-SANTOS” UM BELO LIVRO POÉTICO E REALISTA DE JORGE AMADO. *Jornal do Comercio*. Lisboa, 25. maio 1974. Caderno Letras e Artes. BELLINI, Giuseppe. Pedro e le sue infinite donne. *Jornal Corriere Della Sera*. Roma. 11.nov.1978. BRAZILIAN IMPORT. *Jornal BEE*. Sacramento-Califórnia. 12.set.1971. CHEUSE, Alan. Fictional Tribute to Bahia. *Jornal Los Angeles Times*. Los Angeles. 19.set.1971. DAVIS, L. J. Brazilian magic. *Jornal The Washington Post*. Washington. p. 2, 12.set.1971. JORGE AMADO CONVIDA-NOS A VISITAR BAHIA DE TODOS-OS-SANTOS. *Jornal O Livro*. Lisboa, ago. 1970. RABASSA, Gregory. In Bahia, it's living theater Tend of Miracles. *Jornal New York Times*. Nova Iorque, out.1971. “TENDA DOS MILAGRES” DE JORGE AMADO. *Jornal Horizonte Literário*. Portugal, 29. mar.1973. TENDA DOS MILAGRES. *Jornal Mar Morto*. Figueira da Foz-Portugal. 26. set. 1973. Caderno Livros. VALLE, Tino Dalla. Con Jorge Amado “bailando samba”. *Jornal El Resto Del Corlino*. Itália, 04. nov.1978.

<sup>345</sup> *Jornal A Tarde*. Jorge Amado lança no Iguatemi a 27ª. Edição de um livro. Salvador-Ba, 9.12.1977.

<sup>346</sup> BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 133.

Entre os mitos preservados sobre os negros em sua obra estão o da força hercúlea e monstruosa, o do espírito infantil, o de ser mentalmente inocente, de ser puro instinto, de ser sexualmente mais ativo, e o da mulata sensual, a quem não é permitido ser esposa ou mãe, pois é “o símbolo da liberalidade sexual.”<sup>347</sup>

*Tenda dos Milagres*, que Jorge Amado considerava como sendo “a melhor coisa que já escrevi”<sup>348</sup>, é um livro que traz para o primeiro plano as tensões raciais da Bahia-Brasil. Escrito em 1968 e publicado no ano seguinte, foi largamente aplaudido pela crítica, como se viu, e lido pelos brasileiros.<sup>349</sup>

Considerado como o melhor romance regionalista moderno, traz consigo as influências neorealista e neonaturalista desse movimento literário, caracterizado pela cor local, pelos fatos de crônicas e as ações situadas e detalhadas. Considerado um romance de tese, traz à tona o embate ideológico e cultural do racismo contra o anti-racismo. Nele estão ainda contidas as tensões entre a cultura popular e a cultura da elite, a repressão policial às manifestações da cultura afro-brasileira, especialmente ao candomblé; uma crítica à colonização mental da intelectualidade brasileira que se prostra aos pés dos cientistas estrangeiros; a ameaça da cultura popular pela modernização; a crítica a falta de liberdade imposta pela Ditadura Militar, dentre outras questões presentes nesse rico período em que seu romance foi escrito.

Se no Guia Jorge Amado tratou do lugar, em *Tenda* tratou do povo. Esse é um romance que com certeza visa contribuir para a discussão da identidade nacional e a pensou a partir da afirmação da cultura popular, maciçamente brasileira, da afirmação de uma brasilidade negra que assumiu sua influência afro-brasileira, sincrética, misturada. Se seu romance é fincado na Bahia é porque foi onde essa mistura melhor se processou, mas a miscigenação é uma marca do Brasil, e sua maior contribuição para a humanidade.

O romance está situado em dois planos temporais. No primeiro, conta a vida de Pedro Arcanjo, bedel da Faculdade de Medicina da Bahia, nascido em 1868 e morto em 1943, tal qual como se preservou na memória popular. No segundo, ambientado em 1968, momento em que o romance foi escrito, o que se vê é o grande circo publicitário

<sup>347</sup> Não se critica o fato de Jorge Amado retratar mulheres assim, mais sim o fato de sempre fazer brancas casadoiras e negras prostitutas.

<sup>348</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*. Jorge Amado volta a falar da sua Bahia. São Paulo, 19.03.1972.

<sup>349</sup> “Tenda dos Milagres, seu último livro lançado em agosto de 1969, já está na quarta edição e continua entre os mais vendidos no Brasil”. *Jornal O Estado de São Paulo*. Jorge Amado volta a falar da sua Bahia. São Paulo, 19.03.1972.

montado para festejar o centenário de nascimento de Pedro Arcanjo, depois que sua obra foi retirado do ostracismo pelo cientista americano James Levenson.

O primeiro momento histórico no qual Pedro Arcanjo nasceu e viveu é marcado pelas teorias racistas do século XIX e início do XX, pela perseguição aos candomblés na Bahia pela polícia e pela imprensa; pela I Guerra Mundial; pela Quebra da Bolsa de New York; pela “Revolução” de 1930; pela Ditadura do Estado Novo e pela II Guerra Mundial. No segundo, momento o que marca é a Ditadura Militar em vigor, as revoltas estudantis pelo mundo; o Ato Institucional número 5 no Brasil; o fechamento do Congresso; a passeata dos 100 mil; todos esses eventos que participam de forma direta ou indiretamente da narrativa criada por Jorge Amado.

Movendo-se nesse cenário tenso, temos, de um lado, Pedro Arcanjo e seus seguidores, ou seja, o povo afro-baiano morador do Pelourinho. O riscador de milagres Lídio Corró, o capoeirista Mestre Budião, a mãe de santo Majé Bassã, a bela Rosa de Oxalá, o “afilhado” de Arcanjo, Tadeu Canhoto. Do outro, temos os professores da faculdade de Medicina da Bahia, adeptos das teorias racistas, Nilo Argolo, Oswaldo Fontes e o delegado perseguidor dos candomblés, Pedrito Gordo. No segundo momento histórico do romance os personagens também se dividem entre os defensores das idéias de Arcanjo, e conhecedores de sua obra, como os professores Ramos e Azevedo e a folclorista Edelweiss Vieira, e aqueles que queriam apenas lucrar com a sua imagem. Dentre estes, situavam-se os políticos e jornalistas<sup>350</sup>.

O lugar onde essa trama se desenrola, a “universidade vasta e vária” do amplo “território livre e popular” do Pelourinho, tendo como seu centro a Tenda dos Milagres, situada na ladeira do Tabuão, nº. 60, “a reitoria dessa universidade popular”, onde Lídio Corró risca seus milagres e Arcanjo, quem sabe seu reitor, curvado sobre velhos tipos gastos da caprichosa impressora, na oficina arcaica e paupérrima, compõe e imprime seus livros sobre o viver baiano.<sup>351</sup>

O segundo, “ali bem perto, no Terreiro de Jesus”, a Faculdade de Medicina, que, no começo do século XX, encontrava-se propícia a receber e chocar as teorias racistas,

---

<sup>350</sup> Segundo o historiador baiano João José Reis o romance *Tenda dos Milagres* “pode ser lido como história social, cultural e até intelectual, alegórica mas verossímil em muitos aspectos.” A razão disso, teria sido, dentre outras coisas, o fato de Jorge Amado ter “construído personagens e tramas a partir da história real”. O personagem Pedro Arcanjo, por exemplo, foi construído inspirado em Miguel Arcanjo Barrads Santiago de Santana (1896-1974) e em Manuel Quirino (1851-1923); Nilo Argolo foi inspirado em Nina Rodrigues; Já Pedrito Gordo trata-se do delegado Pedro Azevedo Gordilho. REIS, João José. *Raça, política e história na tenda de Jorge. Posfácio de AMADO, Jorge. Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, pp. 293-302.

<sup>351</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 15-16.

pois deixara paulatinamente de ser o poderoso centro de estudos médicos fundado por D. João VI, fonte original de saber científico no Brasil, a primeira casa dos doutores em matéria de vida, “para transformar-se em ninho de sublitteratura, da mais completa e acabada, da mais retórica, balofa e acadêmica, a mais retrógrada”. Lugar propício para deflagração de bandeiras de preconceito e do ódio.<sup>352</sup>

De lá é que vinham as piores interpretações sobre a influência do negro e do mestiço para o Brasil e, justamente, do maior desafeto de Arcanjo, o professor racista convicto Nilo Argolo. Ele exaltava

a superioridade da raça ariana. A inferioridade de todas as demais, sobretudo da negra, raça em estado primitivo, subumano. A mestiçagem, o perigo maior, o anátema lançado contra o Brasil, monstruoso atentado: a criação de uma sub-raça no calor dos trópicos, sub-raça degenerada, incapaz, indolente, destinada ao crime. Todo o nosso atraso devia-se à mestiçagem. O negro ainda poderia ser aproveitado no trabalho braçal, tinha a força bruta dos animais de carga. Preguiçoso e salafrário, o mestiço, porém, nem para isso servia. Degradava a paisagem brasileira, apodrecia o caráter do povo, empecilho à qualquer esforço sério no sentido do progresso, “do progredimento”.<sup>353</sup>

Foi essa visão racista que tanto exasperou Arcanjo e o incitou a escrever seus livros numa postura de o contrapor, narrando o viver do povo baiano e expor seu saber, sua arte, sua cultura. Ao contestar a tese da inferioridade negra e mestiça, Arcanjo não só positiva a mistura, mas afirmava que a raça advinda da mestiçagem é mais talentosa e resistente.

São de tal maneira terríveis as condições de vida do povo baiano, tamanha é a miséria, tão absoluta a falta de qualquer assistência médica ou sanitária, do mais mínimo interesse do Estado ou das autoridades, que viver em tais condições constitui por si só extraordinária demonstração de força e vitalidade. Assim sendo, a preservação de costumes e tradições, a organização de sociedades, escolas, desfiles, ranchos, ternos, afoxés, a criação de ritmos de dança e canto, tudo quanto significa enriquecimento cultural adquire a importância de verdadeiro milagre que só a mistura de raças explica e possibilita. Da miscigenação nasce uma raça de tanto talento e resistência, tão poderosa, que supera a miséria e o desespero na criação cotidiana da beleza e da vida.<sup>354</sup>

---

<sup>352</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 248-249.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 226-227.



Não obstante seus esforços, a visão racista justificou e legitimou a repressão aos costumes populares como a capoeira, o samba de roda, os afoxés e, especialmente, aos candomblés. O personagem Pedrito Gordo, delegado, justificava de seguinte forma suas ações: “São os mestres que afirmam a periculosidade da negralhada, é a ciência que proclama guerra às suas práticas anti-sociais, não sou eu”. E, ainda, completa falando de sua função: “Apenas trato de extirpar o mal pela raiz, evitando que ele se propague. No dia em que tivermos acabado com toda essa porcaria, o índice de criminalidade em Salvador vai diminuir enormemente e por fim poderemos dizer que nossa terra é civilizada”.<sup>355</sup>

A civilidade baiana era também preocupação constante dos jornais de início do século XX, trazidos por Amado no romance. Segundo ele “As gazetas protestavam contra o modo por que se tem africanizado, entre nós, a festa do carnaval, essa grande festa de civilização”, e continua:

Se alguém julgar a Bahia pelo seu Carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África, e note-se, para nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos, que naturalmente, de pena engatilhada, vai registrando esses fatos, para divulgar nos jornais da culta Europa”. Onde estava a polícia? Que fazia “para demonstrar que esta terra tem civilização?”<sup>356</sup>

Era nossa face africana a nos envergonhar perante a Europa. A barbárie diante da civilização, e então exorta o triste jornalista: “onde irá parar nossa latinidade? Pois somos latinos, bem sabeis, se não sabeis, aprendereis à custa de relho e de porrada”.<sup>357</sup>

Arcanjo, por seu turno, defendeu ardentemente a solução brasileira para o problema da raça: a fusão, a mistura, o caldeamento, a miscigenação. Segundo ele, “a mistura começou com o naufrágio de Caramuru, nunca mais parou, prossegue correntia e acelerada, é a base da nacionalidade”.<sup>358</sup> Afirmava ainda que “é mestiça a face do povo brasileiro e é mestiça a sua cultura”.<sup>359</sup> E seria esse o nosso maior exemplo para o mundo. “Se o Brasil concorreu com alguma coisa válida para o enriquecimento da

---

<sup>355</sup> Ibidem, p. 210-211.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>357</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>359</sup> Ibidem, p. 125.

cultura universal, foi com a miscigenação – ela marca nossa presença no acervo do humanismo, é nossa contribuição maior para a humanidade”.<sup>360</sup>

Diante de nossa solução conciliadora, por meio da mistura das raças, e da forma “correntia e acelerada”, como ela estava se processando, Arcanjo sonhava com o futuro,

Formar-se-á uma cultura mestiça de tal maneira poderosa e inerente a cada brasileiro que será a própria consciência nacional, e mesmo os filhos de pais e mães imigrantes, brasileiros de primeira geração, crescerão culturalmente mestiços<sup>361</sup>

As palavras de Arcanjo, suas idéias, seus sonhos não são apenas seus. Essa era a solução e visão que o próprio escritor Jorge Amado possuía do problema racial no país e, é essa visão que ele expressa em entrevista em 1981,

Não há outra solução para o problema de raça no mundo senão a mistura. Não há outra e, se alguém tiver, que me apresente...quero ver! Não é um racismo diferente, seja racismo preto, seja racismo árabe, judeu, que vai acabar com o problema. Você não acaba com o racismo botando racismo contra racismo. Isso é uma coisa idiota, que está em moda, mas é uma moda superficial...é como uma dessas erupções que se tem na pele, brotoejas, coceiras, que acabam passando.<sup>362</sup>

Essa também era sua forma de se opor à perspectiva racial estadunidense. Enquanto lá havia segregação, aqui havia mistura, enquanto lá havia luta (armada), aqui havia conciliação. Logo, nossa situação era superior à norte-americana. Amado descreve uma tentativa de transformar a figura de Arcanjo, numa peça teatral, num adepto do Poder Negro norte-americano, da seguinte forma:

As divergências referiam-se ao conteúdo do espetáculo e à figura de Pedro Arcanjo. Estácio Maia, declarando-se irredutível partidário brasileiro do Poder Negro norte-americano, transformava Pedro Arcanjo em membro da organização Black Panther ao declamar no palco discursos e palavras de ordem de Carmichael advogando a separação de raças, o ódio irremediável. Uma espécie de professor Nilo Argolo às avessas. Negros de um lado, brancos de outro, proibida

---

<sup>360</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 200.

<sup>362</sup> AMADO, Jorge. É preciso viver ardentemente. In: GOMES, Álvaro Cardoso. *Literatura Comentada: Jorge Amado*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 23.

qualquer mistura e convivência, em luta mortal. Jamais consegui saber onde o violento líder da negritude nacional situava os mulatos.<sup>363</sup>

Vê-se que Amado compara as idéias dos negros estadunidenses, partidários do Black Panther, às idéias do professor racista Nilo Argolo. Nem a afirmação de uma cultura negra, nem a afirmação de uma cultura branca, tampouco a possibilidade de respeito mútuo entre elas. Para ele só havia uma saída possível, a mestiçagem. Só a mistura seria capaz de acabar com as hierarquias sociais.

Nisso, Amado e Freyre se aproximavam. Ambos viam na mestiçagem a solução ideal para o problema racial brasileiro e mundial. Mas, não era apenas nesse aspecto que havia semelhanças em seus pensamentos. O exacerbado vigor sexual do mulato, a superexcitação das mulatas, o arrivismo mulato, dentre outras nuances, podem ser percebidas.

No romance de Jorge Amado, o mulato Pedro Arcanjo é caracterizado como um grande sedutor, portador de uma incontinência sexual colossal, arrendatário de mulheres, macho de tantas fêmeas, portador de estroenga poderosa, pastor de dócil e fiel rebanho: pastor de donzelas, sedutor de casadas, patriarca de putas, Pedro Arcanjo, com umas e outras, povoou o mundo.<sup>364</sup> De todas cuidava, cada uma a sua vez, e a todas satisfazia, como se outro emprego não tivesse além daquele de cama e vadiagem, folguedos de meter e mandar vara, doce ofício.

Arreliada com tal situação “humilhante para o femeaço inteiro”, resolveu uma iabá<sup>365</sup> dar-lhe uma lição. Contudo, Arcanjo, auxiliado por Exú, conseguiu fazê-la sucumbir. O embate “durou três dias e três noites (...) sem intervalo: dez mil trepadas e uma só metida” e a iabá, finalmente, alcançou o gozo. Capaz de satisfazer até mesmo uma diaba mulher, o mulato Arcanjo encarnou com maestria o mito do vigor sexual exacerbado do homem negro e mestiço, mantendo o estereótipo há séculos forjado.

A mulata amadiana também não escapa dessa aura de exacerbação sexual. Dentre os muitos exemplos que poderíamos citar (entre eles Rosa de Oxalá, a própria iabá que se transformou na negra Dorotéia), escolhemos Ana Mercedes, a jornalista que ciceroneou o cientista americano James D. Levenson em sua estada na Bahia. A mulata é da seguinte forma descrita:

<sup>363</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 149.

<sup>364</sup> Ibidem, p. 42 e 115.

<sup>365</sup> Uma iabá, como nos esclarece o próprio Amado, é uma “filha do cão”. Diabas mulheres portadoras de grande beleza, porém, não são capazes de alcançar o orgasmo, não amam, nem sofrem, por que não têm coração.

Rebolosa é termo chulo e falso, adjetivo vil para aquela navegação de ancas e seios, em compasso de samba, em ritmo de porta-estandarte de rancho. Muito sexy, a minisaia a exhibir-lhe as colunas morenas das coxas, o olhar noturno, o sorriso de lábios semi-abertos, um tanto grossos, os dentes ávidos e o umbigo à mostra, toda ela de oiro. Não, não ia a rebolar-se, pois era a própria dança, convite e oferta.<sup>366</sup>

A sensualidade da mulata é tanta que, como se vê, é difícil encontrar os adjetivos corretos, aqueles capazes de captar toda a eletricidade sensual causada por sua presença. E foi utilizando de seus atributos sensuais, por meio da sedução, que conseguiu entrevista exclusiva com o Dr. Levenson (gravado no quarto de hotel). Era dessa mesma forma que conseguia que seus amantes escrevessem versos em seu nome, pois é descrita no romance como não tendo talento algum. Falando sobre seus métodos como repórter e poetisa, outros jornalistas comentaram:

Vamos convir, meu caro Brito, que com tais métodos... Quem não daria entrevista especial a Ana Mercedes, a sós, num quarto de hotel? Até eu. Se isso não é concorrência desleal, não sei o que seja. Vocês sabem como ela é conhecida nas redações? Xibiu de ouro.<sup>367</sup>

Enciumado, seu noivo, Fausto Pena, a descreve como uma “vaca insaciável” com “infinita capacidade de mentir”. Sexualmente lasciva e de moral frouxa, continua Ana Mercedes a reproduzir o perfil da mulata degenerada à semelhança da Rita Baiana do Cortiço.

Outras mulheres presentes no romance, pela negação deste tipo, reforça o estereótipo. É o caso das mães de santo descritas sempre como sábias, rainhas, negras majestosas, as pretas velhas, as iaôs assexuadas. Também a mãe de Arcanjo é descrita como uma mulher forte e valente, que criou o filho sozinha após a morte do pai, na guerra do Paraguai, “sem ajuda de homem pois não quis a mais nenhum”. Ao sentir-se desanimado, Arcanjo pensava orgulhoso na mãe: “de manhã à noite no trabalho estafante, trancada num círculo de saudade, inflexível na decisão de manter o luto e de ganhar o sustento do filho com a força de tão frágeis braços”<sup>368</sup>.

<sup>366</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 22.

<sup>367</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>368</sup> Ibidem, p. 173.

Para Amado, era difícil conciliar nas mulheres mestiças baianas a sexualidade, a inteligência e o “caráter”. A folclorista Edelweiss Vieira, uma das únicas personagens femininas amadianas intelectualizadas, é prova disso. Descrita no romance como “Mulata branca de rosto redondo e manso falar, sorriso modesto, simpatia de pessoa”, uma das poucas conhecedoras e admiradoras da obra de Arcanjo na Bahia, ante a um bando de jornalistas, empresários e políticos que só queriam aparecer, ela é duplamente assexuada nesse romance, por ser “branca” e intelectualizada. Enquanto que Luiza, a loira noiva de Tadeu, é descrita como possuidora da “clara e diáfana beleza de donzela”.<sup>369</sup> É a mesma “mulher lírio” descrita por Brookshaw como a ideal e inatingível musa dos românticos (especialmente para os poetas mestiços).

A sexualidade magnetizante, no mundo amadiano, é característica de seres instintivos, negros ou mestiços. Ana Mercedes, Dorotéia, Gabriela, Dona Flor, Tieta e Tereza Batista são exemplos disso.

Outro caso típico é o de Rosa de Oxalá, uma mulata de tirar o fôlego, o amor platônico de Pedro Arcanjo. Amante de um dos últimos senhores do Recôncavo, com ele teve uma filha. No entanto, para ter o direito de ser sua filha registrada pelo pai, foi-lhe negado o direito de criá-la. “A condição para legitimar Miminha é que ela será criada pelas tias, afastada de sua companhia”. Você poderá vê-la, mas “minhas irmãs a educarão”.<sup>370</sup> É a própria Rosa quem sentencia: “para ele eu só prestava na cama”, não servia para ser mãe. Aqui novamente, a “Linha de Comportamento” discutida por Brookshaw entra em ação. Sua filha (Miminha), mulata clara, “digna de altar de igreja”<sup>371</sup>, não poderia ser criada e educada por ex-mulher dama, negra de roda de samba e candomblé.

A briga entre as tradições culturais européia e africana, ou seja, entre a moralidade e a imoralidade, não permitiria que Miminha fosse criada de acordo com a tradição cultural afro-baiana, caso Rosa almejasse, que sua filha ficasse acima da linha de comportamento, condição indispensável para que arranjasse um bom casamento.

Ao ver sua filha se casar, Rosa decide deixar o Pelourinho, o candomblé, o samba e a Tenda dos Milagres, e explica seu comportamento da seguinte forma: “Agora, Pedro, sou mãe de mulher casada, da esposa do doutor Altamiro, sou parenta dos Lavignes. Quero ter direito à minha filha, Pedro, a frequentar a sua casa, a me dar

---

<sup>369</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>370</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 85.

com sua gente. Quero poder criar meus netos”.<sup>372</sup> Ela também, para ser aceita pelos seus novos parentes ricos e brancos, teria que abandonar sua tradição cultural.

Tadeu Canhoto, afilhado de Arcanjo, tem destino semelhante. É o primeiro filho do território vasto e popular do Pelourinho a formar-se doutor engenheiro. É o mulato valorizado pelo saber intelectual de quem nos falou Freyre. Sua ascensão, no entanto, não foi fácil. Precisou romper com o preconceito da família, branca e bem colocada economicamente da bela Luiza, por quem se apaixonou. Mas, também, ao ser aceito por sua “nova família”, abandonou o Pelourinho, os amigos, e até o próprio Arcanjo. Segundo Arcanjo, “Tadeu começou a galgar a escada ainda na faculdade, à frente dos colegas. Decidira subir todos os degraus, disposto a obter um lugar em cima”<sup>373</sup>.

O mulato “civilizado” pela cultura branca consegue o alto (e irônico) posto de acessor do famoso engenheiro Paulo Frontin, no Rio de Janeiro, responsável pelas remodelações urbanísticas, propostas pelo prefeito Pereira Passos, para a então capital federal e pela derrubada de moradias populares para construir largas avenidas para o trânsito e o lazer civilizado da classe média local. Sua escalada, contudo, é aprovada por Arcanjo.

Para que lutamos nós, compadre Lídio, meu bom, meu camarado? Por que estamos aqui, dois velhos sem vintém no bolso? Por que fui preso, por que acabaram com a tipografia? Por quê? Porque nós dissemos que todos devem ter direito a estudar, a ir avante. Você se lembra, compadre, do professor Oswaldo Fontes, do artigo na gazeta? A negralhada, a mulataria está invadindo as faculdades, preenchendo as vagas, é preciso um freio, pôr cobro, proibir essa desgraça. Recorda a carta que escrevemos e mandamos à redação? Virou artigo de fundo e as páginas do jornal foram coladas nos muros do terreiro. Tadeu partiu daqui, aqui começou sua escalada, subiu e já não é daqui, meu bom, é do Corredor da Vitória, da família Gomes, é o dr. Tadeu Canhoto.<sup>374</sup>

Novamente a tradição cultural branca européia vence. Todavia, chamamos atenção para os termos utilizados tanto por Freyre quanto por Amado para caracterizar essa mudança, essa transição. Freyre utiliza ascensão e Amado subida, ambos nos sugerem a passagem de uma condição inferior para outra superior, e não apenas economicamente. O próprio Freyre nos lembra que era possível no Brasil, passar de uma classe à outra, mas também de uma raça à outra. Ao serem aceitos acima da linha

---

<sup>372</sup> Ibidem, p. 205-206.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>374</sup> Ibidem, p. 268.

do comportamento, esses mulatos eram considerados brancos, ou pelo menos embranquecidos, “esquecia-se”, ou mascarava-se suas heranças africanas, tanto fenotipicamente, quanto culturalmente. Mas Brookshaw nos lembra que,

É porém, depois de comprometer-se a cruzar a linha do comportamento que o negro encontra problemas, porque entra em um mundo competitivo em que a maioria dos participantes são brancos. Não importa quanto esforço ele faça para adaptar-se aos padrões de comportamento social e de tendência cultural dele exigidos; não importa o quanto ele esteja condicionado a tal tendência e o quanto sinta como sendo sua própria tendência, as atitudes para com ele não dependerão de qualquer legislação que possa existir para protegê-lo, mas do indivíduo que porventura encontrar e que possa humilhá-lo, ignorando sua mentalidade branca e vendo apenas a cor negra de sua pele. É então que ele descobre que por trás da linha do comportamento existe a linha de cor que, provavelmente, é ainda mais sinistra do que aquela legalmente definida, uma vez que se trata de uma linha que toma a forma de estereótipo na visão que o homem branco tem de seu compatriota negro.<sup>375</sup>

Mestre Pedro Arcanjo preferiu passar pela rica e vasta vivência popular sem “subir”, mas se ele não ascende, pelo menos muda. Seus estudos “científicos” acabam submetendo o saber popular afro-baiano. Questionado pelo professor Fraga Neto sobre como conseguia conciliar ciência e candomblé, Arcanjo responde que

Durante anos e anos acreditei nos meus orixás como frei Timóteo acredita nos seus santos, no Cristo e na Virgem. Nesse tempo tudo que eu sabia aprendera na rua. Depois busquei outras fontes de saber, ganhei novos bens, perdi a crença. O senhor é materialista, professor, não li os autores que o senhor cita, mas sou tão materialista quanto o senhor.<sup>376</sup>

Mas, agora, ele sabia que tudo não passava de brinquedo de criança, resultado do medo primitivo, da ignorância e da miséria. Nesse ponto, o homem Jorge Amado responde pela boca de Arcanjo um questionamento que pairava sobre ele próprio e disse: “Meu materialismo não me limita”.<sup>377</sup> “Eu penso que os orixás são um bem do

<sup>375</sup> BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 187.

<sup>376</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 246.

<sup>377</sup> Na Entrevista “É preciso viver ardentemente” que Jorge Amado concedeu para a série *Literatura Comparada* da Editora Nova Cultural, em junho de 1981, Amado reproduz essa fala do seu romance *Tenda dos Milagres* e a explica. GOMES, Álvaro Cardoso. *Literatura Comentada: Jorge Amado*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.25.

povo. A luta da capoeira, o samba de roda, os afoxés, os atabaques, os berimbaus são bens do povo. Todas essas coisas e muitas outras que o senhor, com seu pensamento estreito que acabar, professor, igualzinho ao delegado Pedrito”.<sup>378</sup>

Para Arcanjo, um dia todos saberiam da “verdade” que a ciência revelava. No entanto, ele esperava que até lá, tudo estivesse “misturado por completo”. Mas havia ainda outra verdade científica para ser revelada. A de que não haveriam nem brancos nem negros, mas sim ricos e pobres, tão somente. “A divisão de branco e negro, meu bom, se acaba na mistura”.<sup>379</sup> A divisão agora era outra – ricos versus pobres –, e era contra ela que se deveria lutar.

Vemos aqui a questão social superando a racial, como aliás, é comum ao pensamento de um socialista, como Jorge Amado, que assim se declarou até o fim de sua vida. A mestiçagem é defendida como ideal e solução, mas vimos que ela privilegia aos brancos, tanto pelo branqueamento físico almejado, quanto pelo cultural. Exemplo disso é o maravilhamento de Arcanjo com a neta de Rosa de Oxalá, não mais mulata, agora descrita como morena, “tão igual e tão diferente, quantos sangues se misturaram para fazê-la assim perfeita? Os longos cabelos sedosos, a pele fina, os olhos azuis e o denso mistério do corpo esguio e abundante”<sup>380</sup>.

A miscigenação e a ascensão social, como vimos, afastavam os afro-baianos, os afro-brasileiros de seus espaços e valores culturais. O que nos leva a concluir que a identidade negra nunca interessou à Bahia, nem ao Brasil. O que interessava, no máximo, era a identidade mestiça, embranquecida e acima da linha do comportamento, resolvendo dessa forma, que apenas os mestiços embranquecidos fariam parte do povo brasileiro nos escritos de Amado e Freyre.

---

<sup>378</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 247.

<sup>379</sup> Ibidem, p. 268.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 282.



## 5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que se processou neste trabalho nos mostrou que as identidades culturais, assim como as identidades individuais, como já nos assinalava Hall, são assentadas em um terreno movediço. Atravessadas que são pela história, as identidades individuais e coletivas sofrem transformações ao longo do tempo, apesar de muitas vezes seus membros não sentirem essas mudanças, ou a perceberem como continuidade. É próprio ao mecanismo da narrativa da “nação”, e também do “eu”, simular uma base estável sobre a qual se ancora.

A identidade cultural baiana do período estudado, 1940-1970, é fruto de um longo processo de ressignificação, no qual deixou de representar unicamente os valores culturais pautados nas elites, para incorporar também os valores afro-baianos por meio da releitura amadiana da identidade anterior, que, no entanto, manteve preservados vários elementos dessa identidade, como a religiosidade, intelectualidade, combatividade, harmonia, alegria, tradição, dentre muitas outras, só que agora os estendendo também para a população negra e pobre baiana.

Tanto as narrativas de Bahia quanto as de Nordeste analisadas se narraram como guardiãs dos valores culturais mais autênticos, mais tradicionais do Brasil, porque fruto do Brasil primeiro, permeado de singularidade, primordialidade e originalidade. Por esta razão, essas regiões sentiam-se capazes de representar o país e por isso mostram-se bastante insatisfeitas com o descaso e abandono com que a União estava tratando suas regiões.

Um processo de mudança identitária pôde ser acompanhado no Brasil, no decorrer do século XX, com a recém criada região Nordeste. Essas transformações foram capazes de alterar sua forma e conteúdo. De rica representante do Brasil mais autêntico para uma pedinte lamurienta flagelada pela seca. Seu traçado também mudou, vários Estados foram incorporados ao Nordeste, como é o caso da Bahia, que de realidade à parte no Brasil, berço da civilização brasileira, cidade-mãe, passou também a depender do socorro das verbas federais para sobreviver às mazelas da seca.

Vimos que houve por parte dos nossos parlamentares, da “bancada baiana”, um grande esforço para identificar a Bahia com “os problemas do Nordeste”, e, como consequência, ter acesso às verbas federais, vistas naquele momento como uma oportunidade para a Bahia retomar seu poder e prestígio perdidos. Mas vimos também,

que a Bahia possuía as suas reivindicações próprias. Como Estado rico, guardião do “ouro negro” brasileiro, a Bahia se via empobrecida por conta da espoliação do Centro-Sul. Porém, esse Estado encerrava um grande potencial, inclusive para ajudar o Brasil a se desenvolver. Por essa razão, a Bahia torna-se a porta-voz do Nordeste, para defender seus interesses e lutar para diminuir as enormes diferenças que separavam a sua região do Centro-Sul do país.

As reivindicações nordestinas e também baianas foram ouvidas e várias instituições foram criadas para atender o Nordeste, a exemplo do DNOCS, Banco do Nordeste, Sudene, dentre outras. Por meio desses órgãos, incentivos fiscais e verbas federais foram destinadas para o desenvolvimento dessa região tão castigada pelas inconstâncias climáticas. No entanto, essas iniciativas foram também uma tentativa de manter a “comunidade imaginada”, de proteger a unidade nacional brasileira, visto que tanto “baianos” quanto “nordestinos” acenavam sempre que necessário com a ameaça de desintegração da unidade nacional.

A Bahia, todavia, nunca se integrou completamente à região Nordeste, o fez apenas quando lhe interessava. Seus políticos, de um lado, Jorge Amado, de outro, a representavam de forma a preservar sua identidade singular e sempre que necessário reafirmavam-na, como forma de demarcar um espaço particular e especial para a Bahia dentro do imaginário identitário brasileiro.

Nos escritos amadianos a identidade cultural hegemônica baiana pintada apenas com as cores “claras” escolhidas pelas elites cedeu lugar para uma Bahia mestiça pautada também nas influências e nos espaços dos afro-baianos. Mas vimos que nessa nova representação Jorge Amado preservou muitos dos valores anteriores como a primordialidade, a maternidade, a intelectualidade e a disposição revolucionária da Bahia.

Apesar da inclusão amadiana e também freyrana do povo afro-baiano e afro-brasileiro como parte integrante da identidade baiana e nacional, vários estereótipos sobre essa parcela da população brasileira, herdadas de períodos racistas anteriores, foram preservados nos seus escritos. O excessivo vigor sexual de negros e mestiços, a superexcitação sexual das negras e mulatas, a moral frouxa, o caráter infantil, servil, dócil, são exemplares disso.

Nas suas obras, o negro nunca figurou como adequado a compor o quadro identitário da brasilidade. Seus ideais de mestiçagem previam que eles fossem pouco a

pouco sendo assimilados fenotípica e culturalmente pela influência da raça branca-européia superior.

A harmonia como essa assimilação se dava, exaltava muito mais a bondade dos brancos que sem nenhuma “repugnância” se misturava com os negros, do que festejava as influências africanas da nossa cultura, uma vez que o mestiçismo idealizado por ambos previa que esses mestiços abandonassem sua tradição cultural e fossem ao encontro de valores culturais embranquecidos.

Diferentemente do que se imaginava (e ainda se imagina) o negro nunca interessou à Bahia, ao Brasil de Jorge Amado e de Gilberto Freyre.

## 6.0 - FONTES CONSULTADAS

### Discursos Políticos

ALEIXO, Pinto. Seca na Bahia - Pedido de socorro das populações flageladas. *Anais do Senado Federal*, Livro vol. 1, 1947. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

ANNAES DO SENADO. Discussão do projeto autorizando as despesas necessárias como socorros às vítimas da seca. Livro vol. 2, 1903. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

CANEIRO, Ruy. Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 2, 1958. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

FIGUEIREDO, Argemiro de. Lendo telegrama a respeito dos prejuízos causados pelas enchentes na região do Nordeste do País. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 5, 1960. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

GONÇALVES, Ribeiro. Inundações no Nordeste; amparo às populações das zonas devastadas. *Anais do Senado Federal*. Livro vol.4, 1947. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

MAYNARD, Jorge. A visita feita ao Nordeste pela Missão Econômica Paulista. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 1, 1958. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

MAYNARD, Jorge. As inundações no Nordeste. *Anais do Senado Federal*. Livro vol. 7, 1960. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

NOVAES, Henrique de. As obras contra as secas e a recuperação do vale do São Francisco; conjugação de dos dois serviços; caixas de custeio: discurso, requerimento, sugestões e estudos técnicos. *Anais do Senado Federal*, Livro vol. 9. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

PARENTE, Joaquim. As inundações no Nordeste. *Anais do Senado Federal*. 1960. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

ROCHA, Ezechias da. A sêca que assola o Nordeste. *Anais do Senado Federal*, Livro vol. 2, 1958. Disponível na Biblioteca do Senado Federal. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

TÁVORA, Fernandes. O problema da recuperação econômica do Nordeste. *Anais do Senado Federal*, Livro vol. 5, 1957. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

TEIXEIRA, Lima. As divisas produzidas pela Bahia – com referência ao petróleo e ao cacau. *Anais do Senado Federal*, Livro vol. 2, 1958. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

VIANA FILHO, Luiz. Bahia: o caminho do desenvolvimento. Discurso proferido em 01/04/1976. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, seção 2, p. 1008. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/94710>. Acessado em 30/04/2009.

VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 29/04/1975. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, seção 2. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93826>. Acessado em 30/04/2009.

VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 20/05/1975. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, seção 2. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93824>. Acessado em 30/04/2009.

VIANA FILHO, Luiz. Discurso proferido em 23/09/1975. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, seção 2. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93816>. Acessado em 30/04/2009.

VIANA FILHO, Luiz. *Em Defesa da Bahia: discursos proferidos na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960. Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

VIANA FILHO, Luiz. Em favor do Nordeste: discurso do Senador Luiz Viana Filho, em 23 de setembro de 1975, sobre a situação do Nordeste. Brasília, 1975. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, seção 2, p. 4893-4902. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal no endereço: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/93816>. Acessado em 30/04/2009.

VIANA FILHO, Luiz. *O aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Discurso proferido na sessão de 23/09/1947 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Disponível na Biblioteca Digital do Senado Federal.

## **Livros e Literatura**

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador*. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra S.A, 1951.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. 16 ed., São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1968.

AMADO, Jorge. *Discursos*. Salvador: Casa das Palavras; Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes; Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Cultura, 1955.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro; Recife: José Olympio; FUNDARPE, 1985.

FREYRE, Gilberto (org.). *Seleta para Jovens*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 5 ed. Rio de Janeiro; Brasília: INL; José Olympio Editora S.A, 1977, Tomos 1 e 2.

GOMES, Álvaro Cardoso. *Literatura Comparada: Jorge Amado*. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988

### **Jornais e Periódicos**

AMADO, Jorge (Alberti Borgia). *Revista ETC*. Salvador-Ba. 13.out.1930. Cousas do Rio de Janeiro, p. 2.

AMADO, Jorge (Alberti Borgia). *Revista ETC*. Salvador-Ba. 30.jun.1930. Cousas do Rio de Janeiro, p. 2.

AMADO, Jorge. Capítulo Culinário. *Jornal Vamos Ler*. Rio de Janeiro, p. 13. 31.out.1940.

AMADO, Jorge. Livro de Sábio. *Jornal Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 17.mar.1935.

AMADO, Jorge. Romance Moderno. *Jornal Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 22.dez.1935.

AMADO, O AUTOR E A OBRA. *Jornal Diário de São Paulo*. São Paulo, 01. out.1972.

A OBRA DE JORGE AMADO E SUA IRRADIAÇÃO. *Jornal do Comercio*. Lisboa, 13.out.1973. Caderno Letras e Artes. p. 17.

“BAHIA DE TODOS-OS-SANTOS” UM BELO LIVRO POÉTICO E REALISTA DE JORGE AMADO. *Jornal do Comercio*. Lisboa, 25. maio 1974. Caderno Letras e Artes.

BELLINI, Giuseppe. Pedro e le sue infinite donne. *Jornal Corriere Della Sera*. Roma. 11.nov.1978.

BORGIA, Alberti (Jorge Amado). Flor de Neve. *Revista ETC*. Salvador-Ba, 15. jul.1931. Cousas do Rio de Janeiro s/p.

BORGIA, Alberti (Jorge Amado). *Revista ETC*. Salvador-Ba, 16.jun.1930. Casos & Cousas, p.2.

BORGIA, Alberti (Jorge Amado). *Revista ETC*. Salvador-Ba, 10.nov.1930. Cousas do Rio de Janeiro, p.2.

BORGIA, Alberti (Jorge Amado). Pinheiro Viegas.. *Revista ETC*. Salvador-Ba, 08.dez.1930. Cousas do Rio de Janeiro p. 5-6.

BRAZILIAN IMPORT *Jornal BEE*. Sacramento-Califórnia.12.set.1971.

BRITO, Lemos. Bazar de Livros. *Jornal Vanguarda*. Rio de Janeiro, 1935.

CABRAL, Mario. Um romance e um romancista. *Jornal de Sergipe*. Aracajú-Se. 24.dez.1935.

CHEUSE, Alan. Fictional Tribute to Bahia. *Jornal Los Angeles Times*. Los Angeles. 19.set.1971.

COSTA, Dias da. O Mundo de Jubiabá. *Boletim do Ariel*. Rio de Janeiro, 1935

DAVIS, L. J. Brazilian magic. *Jornal The Washington Post*. Washington. p. 2, 12.set.1971,.

GAZETILHA LITERÁRIA. *Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro, 29.ago.1961.

JORGE AMADO CONVIDA-NOS A VISITAR BAHIA DE TODOS-OS-SANTOS. *Jornal O Livro*. Lisboa, ago. 1970.

JORGE AMADO EM NOVA IORQUE. *Jornal Tribuna da Bahia*. Salvador-Ba, 10.set.1971.

JORGE AMADO FALA DE “TENDA DOS MILAGES”. *Jornal A Tarde*. Salvador-Ba, 02.set.1977. Caderno 2, p.6.

JORGE AMADO LANÇA NO IGUATEMI A 27ª. EDIÇÃO DE UM LIVRO. *Jornal A Tarde*. Salvador-Ba, 09.dez.1977.

JORGE AMADO VOLTA A FALAR DA SUA BAHIA. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19.mar.1972.

JORNAL O DIA. Curitiba-PR,1935.

LIVROS. *Jornal da Bahia*. Salvador-Ba, 23.nov.1969.

LIVROS NOVOS. *Jornal A Semana*. Belém-Pa, 1935.

MADRUGA, Newton. Jubiabá. *Jornal Diário da Manhã*. Recife, 1935.

MENDES, Oscar. Roteiro Baiano. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte. 28. dez. 1977.

MONTENEGRO, Olívio. Mar Morto. *Jornal Diário de Pernambuco*. Recife-PE, 1936.

MOURA, Reinaldo. Romance Negro. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre-RS, 1935.

NO MUNDO DOS LIVROS. *Jornal O Estado de Sergipe*. Aracajú-SE, 1935.

O CANTOR DE SEU POVO. *Jornal A Tarde*. Salvador-Ba, 25.ago.1976.

O IMPERADOR JONES NA BAHIA. *Jornal Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 1935.

O PRESENTE COMO ARTE: ENTRE O PASSADO E O FUTURO. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro. 11.dez.1977.

PONTES, Eloy. No Mundo das Letras. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 1935.

PRATA DA CASA. *Boletim do Ariel*, Rio de Janeiro, 1935.

RABASSA, Gregory. In Bahia, it's living theater Tend of Miracles. *Jornal New York Times*. Nova Iorque, out.1971.

REIS, Nélío. Um Livro da Macumba. *Jornal A Semana*. Belém-Pa. 1935.

SEIXAS, Cid. Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios. *Jornal O Popular*. Goiânia, p. 2. 02. abr.1978.

SOCIÓLOGO VÊ MUITA BAHIA NUM SÓ FILME. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20.dez.1977. Caderno 1.

“TENDA DOS MILAGRES” COM O CORAÇÃO NA MÃO. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, p. 36, 29.set.1977.

“TENDA DOS MILAGRES” DE JORGE AMADO. *Jornal Horizonte Literário*. Portugal, 29. mar.1973.

TENDA DOS MILAGRES. *Jornal Mar Morto*. Figueira da Foz-Portugal. 26. set. 1973. Caderno Livros

VALLE, Tino Dalla. Con Jorge Amado “bailando samba”. *Jornal El Resto Del Corlino*. Itália, 04. nov.1978.



## 7.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, Ivia. Arco & Flexa: contribuição para o estudo do modernismo. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Os tensos laços da nação: conflitos político-literários no Segundo Reinado*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Celeste Maria P. de. A literatura no ensino da história da Bahia: a obra de Jorge Amado. In: *Sitientibus*, Feira de Santana: UEFS, n. 14, 1996.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Bahia, cidade síntese da nação brasileira. Uma leitura em Jorge Amado*. Tese de Doutorado em História, PUC-SP, São Paulo, 1999.

ANDRADE, M. C. P. de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia. In: FONSECA, Aleilton & PEREIRA, Rubens (orgs). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

BACELAR, Jéferson. *A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas2001.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero(Dir.). *Enciclopédia Einaudi: Anthropol-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, vol. 5, 1985.

BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. In: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1992.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*, n. 11, vol. 5, 1991.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova histórica cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DA MATTA, Roberto. *Do país do carnaval à carnavalização do Brasil*. In: Cadernos de Literatura Brasileira: Jorge Amado, número 3, 1997.

DAVID, Maria Lenilda Carneiro. As imagens da baiana: do cotidiano aos versos da canção. In: FONSECA, Aleilton & PEREIRA, Rubens (orgs). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.

DUARTE, Eduardo Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, Rio de Janeiro: Record, 1996.

DUARTE, Eduardo Assis. *Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado*. In: Cadernos de Literatura Brasileira: Jorge Amado, número 3, 1997.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso: a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8 ed., São Paulo: Loyola, 2002.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Imagens do negro na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FREITAS, M. T. de, *Literatura e História: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil Best Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

GOMES, Heloísa Toller. A Questão da Nacionalidade, Relações Raciais e Códigos Eróticos na Literatura Brasileira Oitocentista. In: *Anais do IV Congresso da Abralic: Literatura e Diferença*. São Paulo: Abralic, vol. 1, 1994.

GOMES, Nilma Lino. *A Mulher Negra que Vi de Perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. & GOMES, P. C. C. (orgs.) *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, 1996.

HOBBSAWN, E. & RANGER, T(orgs.). *A Invenção das Tradições*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOUBRE, Gabrielle. Como a literatura chega às jovens. França, a primeira metade do século XIX. In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, 1998.

JORGE AMADO, Paloma. O de comer e o de beber na obra de Jorge Amado. In: FRAGA, Myrian (org.). *Bahia, a cidade de Jorge Amado: ata do ciclo de palestras - A Bahia de Jorge Amado*. Salvador: FCJA; Casa das Palavras, 2000.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2002.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Quirino entre Letras e Lutas – Bahia: 1851-1923. *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Culturas e Diversidade*. Universidade do Estado da Bahia – DCH VI, Caitité, 2006.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

LEMAIRE, R. Discursos Históricos e Narrativa Literária: cruzamentos e encontros intrigantes. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. São Paulo, Unicamp, 1998.

LUCAS, Fabio. A contribuição amadiana ao romance social brasileiro. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Jorge Amado*, n. 3, Instituto Moreira Salles, São Paulo, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marco A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

MARTINS, Wilson. O Manifesto Regionalista que não houve. In: *Jornal de Poesia*. 24/08/2005. Disponível em: <http://jornal.de.poesia.jor.br/wilsonmartins033.html>. Acessado em: 30.04.2009.

MATOS, M. Izilda de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998.

NOVA, Luiz & MIGUEZ, Paulo. O Mito baiano: viço, vigor e vícios. *Anais IV Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador-Ba: FACOM-UFBA, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perse Abramo, 2003.

PALAMATCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundas? In: CHALHOUB, S. & PEREIRA, A de M. (orgs.) *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Contexto, v. 15, n. 29, ANPUH, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 27, n. 53, jun. 2007.

PESAVENTO, S. J. Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S. J.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

PINHEIRO, Délio José Ferraz & SILVA, Maria Auxiliadora da. *Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre geografia e a literatura*. Salvador: EDUFBA, 2004.

PINHO, Osmundo S. de Araújo. “A Bahia no Fundamental”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 36, n. 13, Fev. 1998.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: Revel, J.(org) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RISÉRIO, Antonio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva; Salvador: Copene, 1993.

SAID, E. W. Orientalismo: *O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALAH, Jacques. *A Bahia de Jorge Amado*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008.

SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana; Feira de Santana-Ba, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da Miscigenação. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 8, n. 20, Janeiro/ Abril 1994.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O Debate sobre a Questão Racial no Brasil Urbano: passado e presente. *Biblio 3W- Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciências Sociales. Serie Documental de Geo Crítica*. Universidade de Barcelona, vol. XII, n. 729, 15 de junio de 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VITÓRIA, Dela Bruna. *O mundo dividido de Jorge Amado*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1976.

WHITE, Hayden. *Meta História: a imaginação do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.